

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JANAINY MARTINS DA COSTA

***GRANDE SERTÃO: VEREDAS – A ESCOLA NA TRAVESSIA***

GOIÂNIA  
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

### **E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### **1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação       Tese

#### **2. Nome completo do autor**

JANAINY MARTINS DA COSTA

#### **3. Título do trabalho**

*GRANDE SERTÃO: VEREDAS – A ESCOLA NA TRAVESSIA*

#### **4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:  
**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **JANAINY MARTINS DA COSTA, Discente**, em 04/02/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anita Cristina Azevedo Resende, Usuário Externo**, em 05/02/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no

site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orga\\_e\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orga_e_acesso_externo=0), informando o código verificador **1855908** e o código

CRC **0BC58CC7**.

JANAINY MARTINS DA COSTA

***GRANDE SERTÃO: VEREDAS – A ESCOLA NA TRAVESSIA***

Dissertação apresentada à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, para o Exame de Defesa, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha: Fundamentos dos Processos Educativos.  
Orientadora: Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende.

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

MARTINS DA COSTA, JANAINY  
GRANDE SERTÃO: VEREDAS - A ESCOLA NA TRAVESSIA  
[manuscrito] / JANAINY MARTINS DA COSTA. - 2020.  
CXIV, 114 f.

Orientador: Prof. Dr. ANITA CRISTINA AZEVEDO RESENDE.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Goiânia, 2020.  
Bibliografia.

1. GRANDE SERTÃO: VEREDAS. 2. ESCOLA. 3. TRAVESSIA. I.  
AZEVEDO RESENDE, ANITA CRISTINA, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata Nº **36** da sessão de Defesa de Dissertação de **JANAINY MARTINS DA COSTA** que confere o título de **Mestre em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG.

Aos **vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte (23/11/2020)**, a partir da(s) **14:30**, em plataforma virtual no link público de <https://us02web.zoom.us/j/89137689932?pwd=cHFtREtEUE1jaVplWE1VN3BtWVFRZz09>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**GRANDE SERTÃO: VEREDAS – A ESCOLA NA TRAVESSIA**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Anita Cristina Azevedo Resende**, doutora em **Ciências Sociais** pela **PUC/SP**; com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Albertina Vicentini Assumpção (PUC-GO)**, doutora em **Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada)** pela **USP** - membro titular externo e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Gina Glaydes Guimaraes Faria (PPGE/FE/UFG)**, doutora **Educação** pela **UFG** - membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovida** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Anita Cristina Azevedo Resende**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.

Banca Examinadora:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Anita Cristina Azevedo Resende**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Albertina Vicentini Assumpção**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Gina Glaydes Guimaraes Faria**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Anita Cristina Azevedo Resende, Usuário Externo**, em 23/11/2020, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gina Glaydes Guimarães De Faria, Professora do Magistério Superior**, em 24/11/2020, às 23:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Albertina Vicentini Assumpção, Usuário Externo**, em 01/12/2020, às 23:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orga Acesso Externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orga Acesso Externo=0), informando o código verificador **1696449** e o código CRC **D956A76E**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.052997/2020-15

SEI nº 1696449

A Evelyn, Helena e Cecília.

## **AGRADECIMENTOS**

Às minhas filhas, Evelyn Martins, Helena Costa e Cecília Costa, motivos maiores das minhas travessias.

Ao meu esposo, Rogério Bonifácio da Cunha, pela cumplicidade.

À Professora, orientadora e amiga Dr.<sup>a</sup> Anita Cristina Azevedo Resende, pela experiência formativa, olhar atento, postura humana e compromisso com o saber e formação.

A banca examinadora: Professora Gina Glaydes e Albertina Vicentini pelas contribuições e considerações pontuais na pesquisa e produção da dissertação.

Aos professores da FE/UFG que constituíram a minha trajetória acadêmica, em especial ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação.

## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a escola como instância de mediação e condição de travessia em *Grande Sertão: Veredas*. Publicada em 1956, a obra de Guimarães Rosa situa o homem, a terra e de luta num mesmo plano, desvelando um país repleto de contradições diante do processo de modernização combinado e atrasado. Riobaldo, o narrador e protagonista do romance é o único jagunço na narrativa atravessado pela escola. A obra se apresenta como possibilidade e condição de constituição da humanidade, na medida em que evidencia uma realidade histórico-cultural: o Brasil da Primeira República, em diálogo com os elementos de composição do mundo rural: coronelismo, compadrio, jaguncismo e catolicismo rural. Fundamentada no método dialético, a dissertação busca no movimento da história os elementos constitutivos do “ser-tão”, desvelando a escola como instância de sociabilidade fundante nas travessias riobaldianas.

**Palavras-chave:** Grande Sertão: Veredas. Escola. Travessia.

## ABSTRACT

*This research seeks to understand the school as an instance of mediation and crossing condition in the Grande Sertão: Veredas. Published in 1956, Guimarães Rosa's work places man, land and struggle on the same plane, unveiling a country full of contradictions, in the face of the combined and backward modernization process. Riobaldo, the narrator and protagonist of the novel is the only jagunço in the narrative crossed by the school. The work presents itself as a possibility and condition for the constitution of humanity, insofar as it highlights a historical-cultural reality: Brazil of the First Republic, in dialogue with the elements of composition in the rural world: coronelismo, compadrio, jaguncismo, rural catholicismo. Based on the dialectical method, the dissertation seeks in the movement of history the constitutive elements of the “being-so”, revealing the school as an instance of sociability founding in the Riobaldian crossings.*

**Keywords:** Grande Sertão: Veredas. School. Crossing.

*“E me cerro, aqui, mire e veja. Isto não é um relatar passagens de sua vida, em toda admiração. Conto o que fui e vi, no levantar do dia. Auroras.*

*Cerro. O senhor vê. Conte tudo. Agora estou aqui, quase barranqueiro. Para a velheci vou, com ordem e trabalho. Sei de mim? Cumpro. O Rio de São Francisco - que de tão grande se comparece - parece é um pau grosso, em pé, enorme... “Amável o senhor me ouviu, minha ideia confirmou: que o Diabo não existe. Pois não? O senhor é um homem soberano, circunspecto. Amigos somos. Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia.”*

Riobaldo, Grande Sertão: Veredas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1 “O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE” OU O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NO BRASIL</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1 Grande Sertão: Veredas, adentrando o sertão rosiano</b> .....	<b>12</b>
<b>1.2. A modernidade e as novas formas de subjetivação</b> .....	<b>15</b>
<b>1.3 Modernização em modo tupiniquim</b> .....	<b>20</b>
<b>1.4 O sertão e a matéria vertente</b> .....	<b>28</b>
<b>1.5 Modernização e socialização no grande sertão</b> .....	<b>42</b>
<b>2 O HOMEM DOS AVESSOS OU INSTÂNCIAS CONSTITUTIVAS DE SOCIABILIDADE EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS</b> .....	<b>51</b>
<b>2.1 Riobaldo, o narrador: indivíduo e individualização</b> .....	<b>53</b>
<b>2.2 O indivíduo e os outros</b> .....	<b>60</b>
<b>2.3 Instâncias de sociabilidade Riobaldianas</b> .....	<b>63</b>
2.3.1 A família como instância de sociabilidade .....	64
2.3.2 A religião Riobaldiana .....	69
2.3.3 O grupo da jagunçada como constitutivo de sociabilidade.....	73
<b>3 A ESCOLA NA TRAVESSIA</b> .....	<b>78</b>
<b>3.1 A escola como instância formativa</b> .....	<b>79</b>
<b>3.2 A escola no contexto de Grande Sertão: Veredas</b> .....	<b>83</b>
<b>3.3 Travessia Riobaldiana mediada pela escola</b> .....	<b>88</b>
<b>3.4 O homem humano na travessia</b> .....	<b>95</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS COMPREENDENDO A ESCOLA COMO TRAVESSIA</b> .....	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

*O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não são sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam.*

Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*

A literatura tem muito a dizer sobre o homem, a história e os processos formativos. É expressão da cultura e, de acordo com Resende (2010), capaz de revelar a universalidade da condição humana, sendo, portanto, mediadora do processo de formação humana, enquanto possibilidade e condição de constituição da humanidade. Ela revela e desvela as expressões da cultura e as contradições do existir humano. A literatura é um modo de conhecimento revolucionário na medida em que implica a transformação do mundo e responde às necessidades específicas, sendo capaz de produzir encantamento e perplexidade a partir do observador vivo de uma tradição cultural, o escritor (GONÇALVES FILHO, 2002, p. 15).

Diante da riqueza literária brasileira, o tema desta pesquisa toma como objeto a ser investigado a escola como travessia no processo de socialização. O tema é construído na medida em que a escola se apresenta em *Grande Sertão: Veredas* como a instância de sociabilidade de grande relevância na constituição de Riobaldo. É pela mediação da escola que o narrador atravessa as veredas da sua existência e consegue resposta para o seu grande questionamento. Outras instâncias educativas são também constitutivas da sociabilidade Riobaldiana, como a família, a religião e o grupo dos jagunços, num movimento contínuo de constituição e formação. Neste sentido, a escola se constitui como travessia em *Grande Sertão: Veredas*, porque Riobaldo, uma vez que foi direcionado para ter escola no Curralinho, se tornou o único jagunço letrado.

Assim, o problema de pesquisa é compreender e desvelar a escola como instância de mediação e condição de travessia em *Grande Sertão: Veredas*. A dissertação não se institui no sentido de realizar uma crítica literária da obra, até porque esse exercício exige um aprofundamento teórico específico da literatura, que se encontra em desenvolvimento. Neste sentido, toma-se como referencial de investigação a obra enquanto um emblema constitutivo de sociabilidade no âmbito da universalidade e singularidade mediado pela escola. Este trabalho é desenvolvido pela linha de pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGE/UFG).

A relevância do tema e problema é possibilitar o desvelamento do princípio explicativo da vida social, que passa a ser regulado pelo Estado e não mais pela Igreja, e atravessado pela escola. É o *Grande Sertão* que vai mostrar a modernização a partir dos processos históricos, das instâncias constitutivas de sociabilidade e como especificamente a escola se apresenta enquanto travessia. A importância formativa com que a escola atravessa o grande sertão é uma instância fundante de sociabilidade para Riobaldo e condição para “atravessar as veredas”.

Riobaldo consegue acesso à escola porque é afilhado do fazendeiro Selorico Mendes, que na verdade é seu pai. A escola se configura no grande sertão como um espaço de privilégios e de acesso para a minoria, refletindo o desenvolvimento do capitalismo, que empurra o sertão para mais adiante, de forma desigual. É o contato com os livros, o aprendizado da leitura, da tabuada e das lições que permitem a Riobaldo realizar a travessia de pobre menino do destino para Riobaldo professor. Na fazenda de Zé Bebelo, Riobaldo é titulado secretário e passa a conhecer as aspirações de seu aluno para a política, bem como a intenção de extermínio de jagunços. E, diante dos conflitos, Riobaldo se apresenta como um “herói diferente”: ele sente medo, foge, não consegue lutar e desmaia. Todas estas encenações são para constatar que Riobaldo representa a condição humana, pois o que “Existe é o homem humano. Travessia” (ROSA, 2001, p, 749). O grande aprendizado de Riobaldo é compreender o existir humano como categoria máxima do aperfeiçoamento individual.

Publicado em 1956, a obra *Grande Sertão: Veredas* situa o homem, a terra e a luta num mesmo plano, desvelando um país repleto de contradições e o lugar de angústia do indivíduo moderno que se constituiu num limite geográfico, que é o sertão. O sertão de Guimarães Rosa é ambíguo, moderno e de profundas travessias.

*Grande Sertão: Veredas* desvela um território permeado de tensões, em que um jagunço moderno se aventura numa espécie de *romance metafísico*, na tentativa de responder a questionamentos existenciais. A própria pergunta do grande sertão é um questionamento moderno: o diabo existe? A narrativa desvela um narrador, Riobaldo, que é o protagonista da obra, e o jagunço, que é o sertão. Riobaldo narra sua experiência e postula a assertiva de Benjamin (1994), na qual o narrador tanto se revela pelo marinheiro comerciante quanto por aquele que vem de fora, o camponês sedentário, que fica na sua região e conhece suas histórias e tradições. É um *romance de formação*, e a grande particularidade de *Grande Sertão: Veredas* está no jeito de contar. A narrativa, em primeira pessoa, mostra a trajetória de Riobaldo a um forasteiro e interlocutor.

Para além disso, *Grande Sertão: Veredas* é expressão do moderno que vai adentrando o sertão. O sertão de Guimarães Rosa é o mundo, entendido como uma totalidade de mundo representada, podendo ser o lugar do desconhecido dentro da gente. A narrativa destaca a luta do homem sertanejo em meio à terra e ao poder pela entrada do Estado armado por meio dos processos de urbanização.

A obra problematiza questionamentos que até então não eram passíveis de dúvidas, como a existência do diabo, se este existe ou não. A questão da dúvida acompanha um processo de modernização e constituição de um indivíduo que é tributário e representante do mundo moderno. Riobaldo é um jagunço moderno que apresenta a contradição como a própria dúvida, em meio à disputa por poder e pela terra, lutando por existir face ao processo de modernização que é constitutivo daquele determinado momento histórico. Neste sentido, Riobaldo é um jagunço diferente: tem traços urbanos, fala e se veste de modo diferente em relação aos demais jagunços e é o único jagunço atravessado pela escola.

A obra ressoa o processo de modernização no Brasil através do movimento de adentramento do litoral para o sertão a partir da entrada do Estado armado como forma de garantir a ordem e impor os limites da terra e o poder pelo uso da lei. A escola se apresenta também como tributária deste processo, uma vez que é expressão do progresso. Por fim, o grupo dos jagunços deve ser extinto para que o sertão conceda lugar ao que é moderno. É neste sentido que a obra desvela as mais demasiadas travessias riobaldianas: “Riobaldo, pobre menino do destino” para “Riobaldo professor”; a partir daí, “Riobaldo Tatarana” a “Riobaldo Uturú-Branco” e, por fim, “Riobaldo ex-jagunço e fazendeiro”.

Com esse escopo, a dissertação caminha pelo viés da história e da cultura, situando o materialismo dialético enquanto possibilidade de análise e investigação do problema proposto: pensar a escola como possibilidade de travessia no contexto de *Grande Sertão: Veredas*. Neste contexto, é realizada a pesquisa bibliográfica em teses e dissertações relacionadas ao tema, visto que a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico possibilita a construção do conhecimento científico, colocando o pesquisador diante do devido rigor teórico e metodológico exigido em relação ao objeto estudado (LIMA; MIOTO, 2008).

O primeiro capítulo situa o processo de modernização como eixo fundante para a compreensão do contexto histórico da narrativa, em que o sertão se apresenta enquanto limite territorial, no qual o processo de modernização ainda não foi consolidado. De modo desigual

e combinado<sup>1</sup>, o processo de modernização se consolida no Brasil e, neste sentido, a análise retoma o avanço do capitalismo no contexto global para compreender o processo no qual Riobaldo é tributário. O sertão é logo ali, aonde o moderno ainda não chegou. É o *Grande Sertão: Veredas*, a partir do adentramento no sertão rosiano, que vai elucidar as análises para a compreensão do processo de modernização no Brasil. Esse processo de modernização implica novos processos de individualização, sendo, portanto, necessário neste modo de produção. O indivíduo, tal como ele se apresenta, isolado, livre e igual, é uma exigência desta nova sociedade atravessada pela modernidade.

Entendido estes processos, se faz necessário compreender o sertão enquanto matéria vertente. Evidenciando os processos que estão implícitos na composição do mundo rural, como o poder dos coronéis, as oligarquias, as relações de compadrio e o catolicismo rural, esse capítulo também propõe desenvolver a distinção entre o sertão enquanto região e sentido imaginário, o modo de ser jagunço e o sertão rosiano como expressão deste sertão num sentido mais amplo.

No segundo capítulo, Riobaldo ganha relevância, no sentido de que é fundamental compreendê-lo enquanto narrador, a partir das contribuições dos ensaios de Walter Benjamin (1983, 1994). Também são analisadas as instâncias educativas de sociabilidade que constituíram Riobaldo como narrador e protagonista da obra, entendendo que as instâncias de mediação não aparecem na narrativa de maneira isolada, mas num movimento contínuo de formação e constituição. Deste modo, são apresentados a família, a religião e o grupo dos jagunços como constitutivos do processo de sociabilidade de Riobaldo, em cada “atravessar veredas”. Estas instâncias vão tecendo a constituição de sociabilidade de Riobaldo, apontando para a escola enquanto instância de socialização privilegiada.

No terceiro capítulo, a escola se apresenta como condição de travessia e tributária do processo de modernização do Brasil que avança sertão adentro. É uma escola para poucos, que evidencia questões de desigualdade, tal como o tecido social e a constituição do indivíduo num sentido mais amplo. Riobaldo conseguiu o acesso à escola porque era “afilhado” e se tornou o único jagunço com título de professor porque foi “atravessado” pela escola. No movimento da história, retornamos ao contexto do Brasil Primeira República na tentativa de desvelar os processos imbricados na constituição da escola e seus desdobramentos. As travessias mediadas pela escola e o homem humano são alicerces que orientam a discussão

---

<sup>1</sup> IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

que perpassa todo o desenvolvimento desta dissertação: compreender a escola na travessia em *Grande Sertão: Veredas*.

Por fim, as considerações finais expressam o entendimento do *Grande Sertão: Veredas* enquanto um retrato do Brasil, atravessado pela mediação da escola. A escola é emblema de um processo de modernização que se constitui de modo desigual e combinado. É também um espaço de privilégio, pois Riobaldo era o único jagunço letrado porque era “afilhado” de fazendeiro. A travessia mediada pela escola possibilita a Riobaldo superar sua condição de nascimento, terminar a narrativa como ex-jagunço e fazendeiro e esclarecendo sua dúvida existencial. Há um forte ensinamento na trajetória de Riobaldo, porque, se de um lado narra a partir da sua experiência, de outro ele finaliza a narrativa com o aperfeiçoamento individual. Neste sentido, a obra é constitutiva de humanidade, pois reporta a universalidade da condição humana, mediada por um narrador que é singular, mas também universal. Esta dissertação é um convite à tentativa de desvendar o maior aprendizado e ensinamento de Riobaldo: “Existe é homem humano. Travessia”. (ROSA, 2001, p. 749)

# 1 “O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE” OU O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NO BRASIL

*Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, e incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar concertado.*

Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*

*Grande Sertão: Veredas* revela e desvela desenvolvimentos e estruturas implicados no processo de modernização brasileiro. O romance elucida, entre outras coisas, a questão nacional, a disputa pela terra e as novas formas de produção mediadas pelo desenvolvimento do capitalismo, a consolidação do Estado como controle social e político, o contrato jurídico, que incorpora outros princípios explicativos da vida social. Instituições se constituem e consolidam, a exemplo da escola, que forma e estabelece o homem como necessário ao desenvolvimento social. Enquanto expressão da cultura, *Grande Sertão: Veredas* abarca a história do homem e do Brasil, das instituições que se estruturam, da vida social, da vida individual, do indivíduo singular e universal.

## 1.1 Grande Sertão: Veredas, adentrando o sertão rosiano

*Sertão é onde manda quem é mais forte, com as astúcias.  
Deus mesmo, quando vier, que venha armado!*

Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*

A primeira edição da obra *Grande Sertão: Veredas* foi publicada em 1956 e foi marcada pela universalidade e pelo conteúdo formativo, permeada de ambiguidade, com questionamentos que transcendem a realidade imediata. Revela problemas existenciais e essenciais da condição humana, como aquilo que não é conhecível pelo homem, colocando emblematicamente como dúvida o dualismo entre Deus e o diabo:

E, outra coisa: o diabo, é às brutas; mas Deus é traçoeiro! Ah, uma beleza de traçoeiro -dá gosto! A força dele, quando quer - Moço! - me dá o medo pavor! Deus vem vindo: ninguém não vê. Ele faz é na lei do mansinho - assim é o milagre. E Deus ataca bonito, se divertindo, se economiza (ROSA, 2001, p. 48).

A obra possui uma linguagem condensada, regional e individual. É a grande produção literária de Guimarães Rosa, mesclando a fala letrada e erudita com nuances de raiz sertaneja, universal e regional. A obra reporta a universalidade da condição humana, e Riobaldo é “homem humano”. O personagem, que mais pergunta do que responde, se refere a um labirinto de episódios aparentemente desconexos que, conforme sua narrativa se desenrola, no tecer dos fios e dos fatos que se vão encruzilhando, coloca em suas mãos “o brinquedo do mundo” (ROSA, 2001, p. 547). Alguns críticos literários, como Antônio Candido, discutem sobre a dimensão literária e formativa que é *Grande Sertão: Veredas* e a posição de Guimarães Rosa diante da universalidade humana. Neste sentido, para ampliar a compreensão da produção literária de Guimarães, Cândido (2011) argumenta que as motivações para o romancista eram os grandes problemas do homem. Em *Grande Sertão: Veredas* isso aparece de uma forma muito particular, como se estivesse criando uma linguagem, fundindo palavras:

A mim pareceu que em Guimarães Rosa isso era apenas um ingrediente, e que o mais importante eram os grandes problemas do homem. Além do mais, a linguagem dele não era propriamente documentária, o que acontece no regionalismo. A impressão que se tinha é que ele estava criando uma linguagem. Eu não tinha formação linguística para saber até que ponto, mas senti que ele estava inventando uma linguagem que ao mesmo tempo era plantada na região, mas estava ligada, por exemplo, ao passado da língua portuguesa – o que a região tem, aliás, um certo arcaísmo – e a uma criação dele, uma criação de palavras, uma invenção, uma coisa que acontece muito na língua alemã, a pessoa pode fundir meias palavras, palavras, para fazer uma nova, e ele fazia muito isso. Então me pareceu uma atmosfera completamente diferente. Era um homem encantador, uma prosa adorável, mas me dava sempre a impressão de um homem muito convencional. Eu conheci pouco, pelo pouco que conheci, me deu a impressão de um abismo entre a pessoa e o criador. Eu não me lembro de ter havido restrições ideológicas ao Guimarães Rosa, ou as pessoas gostaram ou não gostaram (CANDIDO, 2011, p. 20-21).

Com uma narrativa que utiliza o estilo oral e a dramaticidade direta, Riobaldo pode esmiuçar, com muita riqueza e autenticidade, as suas lembranças mais secretas e individuais e daí remeter-se ao mais fundo da sua condição universal. Na sua individualidade, revela o ser social.

A estrutura da obra não corresponde à sequência de capítulos e inclina para uma linguagem condensada. Nas primeiras páginas, Riobaldo em diálogo com o suposto forasteiro, desenvolve a ideia da existência do diabo e assegura que “o diabo vive dentro do homem” (ROSA, 2001, p. 33). A narrativa ganha leveza e é compreendida a partir do encontro entre Riobaldo e Reinaldo/Diadorim, no Rio São Francisco. Ali, o menino Riobaldo encontrará o

menino de traços delicados e de olhar verde profundo, que mais tarde seria Diadorim, nome que mescla a palavra “diabo” e a expressão “adorável dia em mim”. Desta forma, Riobaldo narra:

Mas eu olhava esse menino, com um prazer de companhia, como nunca por ninguém eu não tinha sentido. Achava que ele era muito diferente, gostei daquelas finas feições, a voz mesma, muito leve, muito aprazível. Porque ele falava sem mudança, nem intenção, sem sobêjo de esforço, fazia de conversar uma conversinha adulta e antiga. Fui recebendo em mim um desejo de que ele não fosse mais embora, mas ficasse, sobre as horas, e assim como estava sendo, sem parolagem miúda, sem brincadeira -só meu companheiro amigo desconhecido. Escondido enrolei minha sacola, aí tanto, mesmo em fé de promessa, tive vergonha de estar esmolando. Mas ele apreciava o trabalho dos homens, chamando para eles meu olhar, com um jeito de siso! Senti, modo meu de menino, que ele também se simpatizava a já comigo (ROSA, 2001, p. 143).

A obra desvela o sertão como “um mundo misturado”. Mundo misturado é uma prerrogativa de Arrigucci Jr. (1994) para discutir romance e experiência em *Grande Sertão: Veredas*, uma vez que mescla romance de formação com outras modalidades de narrativa resultantes da tradição oral. A relação entre o processo histórico-social e as realidades misturadas no sertão narrado por Riobaldo traduz uma narrativa épica, mítica, múltipla e labiríntica, que engendra o campo de guerra jagunça e as especificidades da trajetória do narrador. Trata-se de um mundo misturado que envolve questões sobre a experiência individual e que direciona para o espaço urbano do trabalho e da vida burguesa, como possibilidade de desenvolvimento de uma nova ordem social e explicativa daquela realidade histórica. Riobaldo era um jagunço com valores da cidade e diferenciava-se da generalidade do grupo por traduzir elementos específicos, como o letramento, os trajes e a busca constante por esclarecimentos. Desta maneira, Arrigucci Jr. (1994) diz:

[o] sertão é um espaço tão vasto, tão vago e indeterminado quanto o mar dos narradores épicos, mas é também o lugar de uma travessia individual, ou seja, da travessia de um romance de formação. O problema que ora se coloca é, pois, compreender como se dá a sutura entre as formas que vêm da tradição dos narradores anônimos da épica oral sertaneja (presente desde sempre na literatura brasileira) e o nascimento de uma forma da sociedade urbana moderna – o romance – que renasce em pleno interior do Brasil, de dentro do arcaico que é o mar do sertão, como se, de repente, se refizesse em nosso meio a história de um gênero decisivo para a modernidade, brotando de um outro tempo. A questão é, pois, ainda entender a forma mesclada de um livro em que diversas temporalidades narrativas se misturam, correspondendo ao mundo misturado que é a nossa própria realidade (ARRIGUCCI JR., 1994, p. 35).

O sertão de Guimarães de Rosa é o território do desconhecimento, certamente onde o progresso ainda não se efetivou enquanto possibilidade concreta. É ao mesmo tempo “o sem fim, e dentro da gente.” O “ser-tão” diz de processos de individualização e constituição dos sujeitos numa determinada realidade histórica, marcada pelas contradições, disputas de propriedade e poder face a um processo de modernização que desbravava o sertão. Diz do sujeito e da estrutura histórica, que, no compasso da modernização, engloba processos históricos, novas visões de mundo e novas formas de produzir e reproduzir a vida. O grande sertão reflete e destaca esses processos enquanto produção singular e universal num Brasil que se moderniza e é herdeiro do grande projeto civilizatório da modernidade, que se expandiria da Europa para o mundo.

## 1.2. A modernidade e as novas formas de subjetivação

*Explico ao senhor: o diabo vive dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos.*

Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*

A modernidade diz de processos históricos materiais de uma sociedade que se revoluciona, conferindo ao indivíduo novos processos de constituição/individualização, mediados sobretudo pelas relações de trabalho e propriedade privada. Um dos grandes marcos da modernidade é a ideia do homem como sujeito da razão, indivíduo livre. A modernidade é pensada a partir da transição do modo de produção feudal para o capitalismo, instaurando novas organizações sociais, políticas e econômicas. A transição do feudalismo para o capitalismo também implica uma nova forma de organização que divide o trabalho manual e o trabalho intelectual, assim como novas conjunturas para o campo e a cidade. O princípio explicativo do feudalismo é a religião. Por sua vez, o princípio explicativo do capitalismo é o direito, o contrato (somos iguais perante à lei, perante ao Estado), “firmado” entre sujeitos livres e iguais, de um lado, livres para vender sua força de trabalho, e, por outro lado, livres para comprar a força de trabalho. Assim, o princípio que vai assegurar a liberdade e a igualdade é a propriedade.

Esses desenvolvimentos no modo de produção resultam em novos processos de subjetivação e individualização. O indivíduo, tal como ele se apresenta, isolado, livre e igual, é uma exigência desta sociedade.

A compreensão do indivíduo no plano da historicidade é desenvolvida por Marx (1978), sendo que a ideia de indivíduo isolado só pode ser pensada em sociedade, em que as mediações das determinações desta realidade desvelam o objeto a ser conhecido:

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início, este aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é a família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época reproduz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não é só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por um acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si (MARX, 1978, p. 104).

Desse modo, Resende (2001) argumenta que o processo de individualização não é uma condição ontológica, e sim o trabalho, a condição da sociabilidade. É pelo trabalho que “o homem supera a condição de ser natural e se converte em ser social”, sendo o caráter do trabalho específico do ser genérico do homem, podendo perder-se diante da efetivação da forma capitalista de produção. A particularidade histórica não é natural, e o processo de trabalho gera estranhamento. É o que esclarece Resende (2001):

Não há, pois, para Marx, uma construção universal a-histórica de um campo em que a constituição do homem se efetivaria. O que está em questão são as formas particulares, ou seja, sob a forma particular do capitalismo, o trabalho, como mediação fundante da sociabilidade, e negatividade da consciência. E essa não é uma condição permanente do homem. Em outros termos, o trabalho, como objetivação humana, não seria necessariamente alienado. A alienação é uma desumanização, desvio, realização desvirtuada da objetivação que só se efetiva sob determinadas condições, dimensão ontológica, que se estabelece a partir do desenvolvimento histórico e concreto. (RESENDE, 2001, p. 516).

O processo de sociabilidade que se instaura na sociedade moderna elucidada aspectos fundamentais do indivíduo enquanto ser social e autônomo, que, segundo Ianni (1986), se sintetiza na liberdade ou na solidão. Esse indivíduo surge como realização social do mundo moderno, numa estreita relação com a sociedade mercantil.

A ideia de modernidade nasce com a cidade. Para Ianni (1986), as transformações e crises provocadas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista são olhares da Sociologia, na tentativa de criar novos procedimentos de reflexão acerca do turbilhão de transformações características das sociedades formadas com o mundo moderno. Desta forma, contempla tanto a realidade social quanto o processo do conhecimento, causando o nascimento do cientificismo, a partir da crescente intelectualização dos indivíduos e da racionalização das estruturas. A sociedade civil e a organização do estado nacional desmoronam com a comunidade feudal. A revolução social que se consolida na Europa espalha-se por várias regiões do globo, iniciando-se, assim, o processo de europeização do mundo.

De acordo com Hobsbawm (2017, p. 50), a passagem do feudalismo para o capitalismo impulsionou a saída das populações rurais para os centros urbanos e aniquilou a monarquia enquanto regime dominante, enfraquecendo-se o clero e a nobreza. Propiciou a constituição dos estados nacionais e favoreceu uma nova classe que se instalou enquanto dominante, a burguesia, e uma que, em decorrência do novo modo de produção que se fortalecia, se constituiu enquanto a classe explorada economicamente, o proletariado. Devido às condições materiais e históricas, já não caberia ao feudalismo continuar perpetuando-se enquanto modo de produção dominante. As relações de exploração continuariam a todo vapor no advento do capitalismo. Neste sentido, o movimento é de ruptura mas também de continuidade, pois as relações de desigualdade e exploração já haviam sido dadas. A dupla revolução que se deu na Europa ocidental no final do século XVIII, a saber Revolução Francesa (1789-1792) e Revolução Industrial na Inglaterra (1760-1840), foi que possibilitou uma nova organização da vida social. De acordo com Hobsbawm (2017), a passagem do feudalismo para o capitalismo não ocorreu sem grandes tensões e contradições:

E ainda assim a história da dupla revolução não é meramente a história do triunfo da nova sociedade burguesa. É também a história do aparecimento das forças que, um século depois de 1848, transformariam a expansão em contração. E mais ainda, por volta de 1848, esta extraordinária mudança de destinos já era certo ponto visível. Naturalmente, a revolta mundial contra o Ocidente, que domina a metade do século XX, era então apenas escassamente discernível. [...] Assim, na Europa, as forças e as ideias que projetavam a substituição da nova sociedade triunfante já estavam aparecendo. “O espectro do comunismo” já assustava a Europa por volta de 1848, sendo exorcizado nesse mesmo ano. Depois disso, durante muito tempo ficaria impotente como são de fato os espectros, especialmente no mundo ocidental mais imediatamente transformado pela dupla revolução (HOBSBAWM, 2017, p. 23).

Em 1789, o mundo era essencialmente rural e os problemas agrários se consubstanciavam na relação de exploração, propriedade agrária e escravidão. Ainda de acordo com Hobsbawm (2017, p. 48), a ideologia iluminista e “um individualismo secular, racionalista e progressista dominava[m] o pensamento esclarecido”:

Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam era o seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava suas sombras pelo mundo, da superstição das Igrejas (distintas a religião “racional” ou “natural”), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum critério irrelevante. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus *slogans*. No devido tempo se tornaram os *slogans* da Revolução Francesa. O reinado da liberdade individual não poderia deixar de ter as consequências mais benéficas. Os mais extraordinários resultados podiam ser esperados – podiam de fato já ser observados como provenientes – de um exército irrestrito do talento individual em um mundo de razão (HOBSBAWM, 2017, p. 48-49).

A partir do movimento da história e da compreensão do contexto histórico, o século XVIII, sobretudo na Europa, desvelou uma sociedade estratificada, marcada pelas ideias radicais do povo, pela rebelião popular e por uma relevante crise econômica e financeira, como desdobramentos da Revolução Francesa. Estava no plano de fundo desta Revolução a ideia do progresso, que poderia conduzir a um bem-estar da humanidade. O fazer histórico faria um progresso coletivo e não individual<sup>2</sup>.

A passagem do feudalismo para o capitalismo instaurou novas organizações sociais, políticas e econômicas. Não por acaso, a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra e não na França, embora esta apresentasse vantagens desenvolvimentistas provenientes da Revolução Francesa. As estratégias de resolução dos problemas agrários impulsionaram a criação de um sistema fabril mecanizado, instaurando seu próprio mercado. Outrossim, a indústria têxtil britânica era extraordinária, sendo a primeira a revolucionar, mas ocasionou, segundo Hobsbawm (2017), a primeira crise geral do capitalismo:

Não obstante, embora a expansão da indústria algodoeira e da sua economia industrial dominada pelo algodão zombasse de tudo o que a mais romântica das imaginações poderia ter anteriormente concebido sob qualquer circunstância, seu projeto estava longe de ser tranquilo, e por volta da década de 1830 e início de 1840 gerava grandes problemas de crescimento, para não mencionarmos a agitação sem paralelo em qualquer outro período da história britânica recente. Esse primeiro tropeço geral da economia capitalista

---

<sup>2</sup> Apontamentos e sínteses da disciplina “Sociedade, Saber e Educação”, ministrada pela Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Anita Cristina de Azevedo Resende, do PPGE-FE/UFG, 2º semestre 2018.

industrial reflete-se em uma acentuada desaceleração no crescimento, talvez até mesmo um declínio, da renda nacional britânica nesse período. Essa primeira crise geral do capitalismo não foi puramente um fenômeno britânico. Suas mais serias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social (HOBSBAWM, 2017, p. 74).

Neste sentido, as revoluções podem ser compreendidas enquanto ruptura e desbravamento da Idade Média para a Idade Moderna. A ideia de Estado Moderno implica um sistema de administração e de leis, devendo também representar uma “nação”, pautada sobretudo na propriedade e território. Do ponto de vista do desenvolvimento social e econômico, o ano de 1830 evidencia a história da industrialização, da urbanização e da migração humana, não só na Europa, mas em diversas partes do mundo, como nos Estados Unidos. De acordo com Hobsbawm (2017, p. 191), “as revoluções de 1830 também introduziram outras modificações na política de esquerda. Elas separaram os moderados dos radicais e criaram uma nova situação internacional”, conduzindo a um caminho de intensos movimentos dos trabalhadores, marcadamente a partir de 1848.

Ainda a respeito dos acontecimentos históricos decisivos para a compreensão dos princípios do mundo moderno, Paulani (2005) assegura que:

Os acontecimentos históricos decisivos para o estabelecimento desse princípio teriam sido a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa. A partir deles, o mundo divino transforma-se em “algo postulado por nós”, o livre-arbítrio surge como fundamento do Estado, em detrimento do direito histórico, a eticidade funda-se na vontade do homem e não é mais um mandamento divino, os conceitos morais adaptam-se ao reconhecimento da liberdade subjetiva do homem, a Natureza perde sua magia porque objetivamente liberta o cognoscente, e, por fim, a arte passa a ter como princípio a auto realização expressiva dos indivíduos (PAULANI, 2005, p. 26).

O princípio que vai assegurar a liberdade e a igualdade é a propriedade. Segundo Habermas (1990, p. 5), o conceito de modernidade se fundamenta na teoria da modernização como uma abstração plena de consequências:

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: a formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; a expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc. A teoria da modernização efetiva sobre o conceito weberiano de “modernidade” uma abstração plena

de consequências. Ela separa a modernidade de suas origens – a Europa dos tempos modernos – para utilizá-la em um padrão, neutralizado no tempo e no espaço, de processos de desenvolvimento social em geral (HABERMAS, 1990, p. 5).

O indivíduo, tal como ele se apresenta, isolado, livre e igual, é uma exigência desta sociedade. A cidade, o trabalho assalariado, as ciências humanas e sociais e a sociedade urbana/industrial são constituições modernas. Para Paulani (2005, p. 26), “Nas palavras de Habermas: A modernidade não pode e não quer ir colher em outras épocas critérios para a sua orientação, ela tem de criar em si própria as normas por que se rege.”. Neste ínterim, a modernidade, no plano da historicidade, se desvela enquanto partidária do processo de modernização. A Europa, a partir de meados do século XVIII, se apresentou como ponto de partida para a compreensão de processos de consolidação do capitalismo em outros contextos. O Brasil se alicerçou nestes processos revolucionários e constituintes para que o avanço do capital e de novas formas de produzir e reproduzir a vida também se apropriassem das terras do pau-brasil.

### 1.3 Modernização em modo tupiniquim

*- “Ah, cujo vou, siô Baldo, vou. Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto!” Dizendo que, depois, estavél que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchedo a pobreza, estreado mil escolas.*

Zé Bebelo e Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

Conforme o escopo anterior, o processo de modernização na Europa marcou períodos para o final do século XVII. Existe um salto histórico que separa o processo de modernização na Europa e no Brasil, instituindo-se específicas formas de constituição e consolidação do estado moderno e da expansão do capital. Ianni (1992) afirma que o processo de modernização não se consolidou de maneira homogênea no contexto mundial, tampouco foi isento de tensões e contradições. No Brasil, por sua vez, esse processo chegou de forma atrasada, se comparado à Europa. A vinda da família real para o Brasil (1808) pressupôs novas perspectivas de modernização, na medida em que foram criadas diversas instituições para atender às necessidades da corte portuguesa que aqui se instaurava. Neste mesmo período histórico, e sobretudo a partir das grandes revoluções que se instauravam e se

consolidavam na Europa, é que o Brasil (refúgio de D. Pedro I e da corte portuguesa em resposta às ofensivas francesas) foi se desvinculando parcialmente do colonialismo, embora tenha permanecido refém por um longo período do escravismo e da monarquia. Enquanto a Europa, representada por grandes potências, como é o caso da França e da Inglaterra, levantou a bandeira da modernidade já no final do século XVIII, no Brasil, ainda no século XIX, persistiam o escravismo, a cultura da colônia e o absolutismo. Isso significa pensar que o acontecimento de 1822, a Declaração da Independência, não conseguiu desamarar o Brasil dos laços que o prendiam. Assim, a partir do movimento e vínculo entre o passado e o presente, Ianni (1992) esclarece:

Mas ao final do século XIX o Brasil ainda parecia viver no final do século XVIII. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelaram-se heranças carregadas de anacronismo. Eram evidentes os sinais de uma mentalidade formada nos tempos do colonialismo português. A relação dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava os traços do colonialismo. Essa característica era facilitada pela persistência do escravismo e da dispersão da população nos amplos espaços da sociedade nacional. Uma sociedade não só muito esgarçada, mas atravessada por diversidades regionais e raciais, isto é, sociais, econômicas, políticas e culturais que facilitavam o exercício do mando pelos detentores dos instrumentos de poder (IANNI, 1992, p.19-20).

Desse modo, algumas categorias de análise se apresentam como esclarecedoras na compreensão deste processo, pois são expressão de um momento histórico. Logo, é pontual direcionar o estudo para pensar a construção de uma identidade nacional em consonância com algo mais amplo, que é a própria nação, num momento em que a ocupação de terras no Brasil se efetivava do litoral para o sertão, assim como o processo de modernização: “É a história que esconde o segredo do presente” (IANNI, 1992, p. 20).

Situar a realidade do Brasil numa perspectiva histórica exige lançar o olhar para três dimensões: econômica, social e política, que possibilitam compreender a revolta das classes médias, a pressão das massas urbanas numa conjuntura que demarca um país com nuances de modernidade, mas ainda com enraizamento sugestivo de atraso. Essas dimensões geraram uma rápida transformação de base econômica, em que o Brasil, no início do século XX, passou para uma economia semi-industrial e variados cultivos agrícolas que dependiam do próprio mercado interno. A estrutura social também se modificou, na medida em que os processos migratórios se intensificavam, sobretudo das áreas rurais para as urbanas, desdobrando-se em duas classes urbanas: o proletariado e os grupos médios. Por fim, a terceira dimensão, a política, prevê a formação de um Estado nacional que se deu de forma

lenta, tendo em vista a inexistência de uma interdependência econômica entre as regiões do país.

Caio Prado Júnior (1989) desvela o retrato da evolução histórica do Brasil, que não poderia repetir o desenvolvimento autossustentado da Europa Industrial e dos Estados Unidos. Florestan Fernandes, no prefácio da obra *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*, salienta que historicamente é impossível representar nosso país como se ele pudesse reproduzir o passado, o presente e o futuro dos grandes centros imperiais. O que está em causa são as relações de exploração no âmbito da historicidade:

As determinações fundantes da economia escravista procediam de dinamismos do antigo regime colonial e do *indirect rule*, que se instaurava depois da vinda da família real, da elevação do Brasil a sede do reinado e da proclamação da Independência. Essas determinações se objetivavam concretamente na natureza e nas funções do capital mercantil na economia escravista, primeiro colonial, sem seguida imperial. Desfortunadamente, Caio não questiona a fundo as formas de expropriação do senhor, praticadas através do mercantilismo e, um pouco modificadas, sob o neocolonialismo, tendo em frente à Inglaterra. Mas ele demonstra como o capital mercantil irá constituir um horizonte no qual o agente privilegiado, no plano nacional, ficará preso ao ardid de um enriquecimento que envolvia duas servidões: uma, ao do escravo; outra, à metrópole de fato (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 8).

Em 1888-1889, com a Proclamação da República e a abolição da monarquia e da escravatura, o Brasil iniciou uma marcha revolucionária que possibilitou instalar a revolução burguesa brasileira, sobretudo pelo fato de que várias etnias não encontravam lugar nos domínios do poder.

A proclamação do trabalho livre, em conjunto com a marcha revolucionária, impulsionou mão de obra para as lavouras, a agricultura e artesãos para as indústrias. Na tentativa de superar o atraso do escravismo, um pouco da ideia de ordem e do progresso foi permeada pelos ideais de branqueamento da população. As mudanças na década de 1920 tentavam impulsionar o país rumo ao progresso, principalmente com o início do ciclo da cafeicultura, da industrialização e do desenvolvimento das cidades. Ianni (1992) esclarece:

Mas as forças sociais e os movimentos culturais, orientados no sentido da mudança, continuaram a operar. Por dentro e por fora dos interesses liberais e patrimoniais, predominantes nos governos republicanos, surgiram novas propostas, outras ideias. Neste sentido é que 1922 é uma data simbólica: surge o tenentismo, movimento civil e militar orientado no sentido de alterar as estruturas oligárquicas prevalecentes; cria-se o Centro Dom Vicente,

congregando católicos interessados em preservar a civilização ocidental e cristã no país; funda-se o Partido Comunista Brasileiro, em boa parte oriundo do anarco-sindicalismo e empenhado em lutar pelo socialismo; realiza-se a Semana de Arte Moderna em São Paulo, procurando novos temas e novas linguagens para as artes e o pensamento social no país. Parece que o Brasil começa a ingressar no século XX nesse ano. Os acontecimentos de 22 sugerem os prenúncios de outra época, outro ciclo da história (IANNI, 1992, p. 24).

Destarte, rumo ao progresso, a burguesia que se consolidou no Brasil enquanto nação não era precisamente a nação do povo, não representava a totalidade. De acordo com Ianni (1986), a revolução burguesa de 1930 pouco resolveu a questão nacional, tinha uma forte base agrária e combinou interesses do setor bancário e do comércio. Outro fator relevante para pensar a questão nacional foi a formação da ditadura militar, “que responde às determinações básicas do capital e às reivindicações e lutas de movimentos sociais e partidos políticos de base social” (IANNI, 1986, p. 35). Neste sentido, a questão nacional se instaurou com a revolução burguesa<sup>3</sup>.

A expansão do capitalismo também explica o desenvolvimento das relações econômicas, políticas e culturais. A direção da sociedade nacional é pensada pela contradição e permeada de desigualdade. Ianni (1986) elucida pontos fundamentais para se pensar a questão nacional a partir da relação com o Estado:

O Estado é universal, a vida universal, espiritual, a qual os indivíduos por nascimento, submergem pela confiança e o costume, tem a sua essência e a sua realidade, seu conhecimento e vontade, dão-se valor e conservam-se a si mesmo. Além das disparidades e antagonismos que permeiam as relações entre indivíduos, grupos e classes, subsiste a universalidade espelhada no Estado. Em modo muito desigual e contraditório, todos se reencontram no Estado, como polarização do direito, cultura, arte, costume, língua, história, nação, território, mercado, dinheiro, etc. Quando o Estado deixa de expressar essa universalidade, ou a reflete de um modo irreconhecível, então os trabalhadores, índios, negros, brancos, grupos sociais, classes sociais se desconhecem nele; tomando-o como estranho, estrangeiro (IANNI, 1986, p. 56).

---

<sup>3</sup> “A revolução burguesa tem sido frequentemente vitoriosa, os interesses das classes dominantes nacionais, em combinação com as das empresas estrangeiras, acabam por impor-se às reivindicações dos trabalhadores na cidade e no campo. Inclusive expande-se o capitalismo no mundo rural. Desenvolve-se o mercado, a livre circulação de mercadorias, dentre as quais destaca-se a força de trabalho. Anulam-se as barreiras internas, municipais, provinciais, estaduais, regionais. Institui-se um sistema nacional oficial de pesos e medidas. Adota-se moeda e a língua oficiais, únicas. Os dialetos, as formas populares de falar, bem como os pesos, medidas e equivalentes locais ou regionais são postos na ilegalidade, tolerada ou não. As relações econômicas passam a organizar-se com base nos princípios de liberdade e igualdade de proprietários de mercadoria” (IANNI, 1986, p.10).

Assim, com o apogeu do Estado em aliança com a expansão do capital, apresentou-se como emergência pensar e consolidar a questão nacional. Eram cada vez maiores as convergências entre as ideias e a realidade, e essas ideias e os pensamentos emprestados de forma imediata da Europa, que representaram séculos de atraso, não se ajustavam com a realidade do Brasil. A construção do Estado Nacional, de acordo com Ianni (1992), foi pautada na persistência do escravismo e na forte soberania dos traços da monarquia, se distanciando cada vez mais dos movimentos gerais da sociedade. Proclamada a República em 1888-1889, os interesses gerais da sociedade não foram relevantes, mas sim os interesses dos setores burgueses emergentes, dos grandes pecuaristas, cafeicultores e latifundiários, num sistema fundamentalmente patrimonialista (IANNI, 1992).

Dessa forma, a questão nacional permeia a história do pensamento brasileiro. “Foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do Brasil Moderno, configurando ‘uma compreensão mais exata do país’” (IANNI, 1992, p. 29) e das perspectivas da sociedade brasileira. A política, a economia, a sociedade, o campo e a cidade passaram por profundas transformações, a economia cafeeira do Sudeste avançava para o Centro-Oeste, a economia açucareira se expandiu para São Paulo e na Amazônia houve o milagre da borracha. Neste contexto, os ciclos da economia em consonância com os elementos do progresso – desenvolvimento das classes sociais, da urbanização – tiveram como desdobramento a diversificação do debate científico e a necessidade da instauração de centros de estudos, públicos e privados. A educação é vista como um elemento fundamental dentro do processo de modernização, estabelecendo as premissas da circulação de mercadorias. O problema educacional era uma vertente relevante no Brasil no correr dos anos de 1920, havendo uma preocupação com a formação cívica e uma precarização no entendimento da escolarização.

A partir dessas análises, percebe-se que os desdobramentos do Brasil moderno ressaltaram elementos da formação histórica da nossa nação. Para Ianni (1992), o modo desigual e combinado com que a expansão do capital se consolidou no Brasil teve fortes manchas de um atraso constituído pelo movimento histórico:

O Brasil Moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar. Mas é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças. As comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas (estas de base cabocla e imigrante) também estão muito presentes no interior da formação social brasileira do século XX. As culturas gaúcha, caipira, mineira, baiana, amazônica e outras parecem lembrar “ciclos” de açúcar, ouro, tabaco, gado, borracha, café e outros. Subsistem e impregnam o modo de ser urbano, burguês, moderno da cultura brasileira, dominante, oficial. Em síntese, estes são os três processos

de envergadura histórica que explicam os contornos e os movimentos da formação histórica do Brasil: o sentido da colonização, o peso do regime do trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado (IANNI, 1992, p. 61).

A realidade do Brasil, pensada a partir da questão nacional, lançou um olhar para alguns elementos que possibilitavam compreender a revolta das classes médias: 1) a pressão das massas urbanas, numa conjuntura que demarcou um país com nuances de modernidade, mas ainda com enraizamento sugestivo de atraso. Essas dimensões resultaram numa rápida transformação de base econômica, em que o Brasil, no início do século XX, passou a se configurar uma economia semi-industrial e agrícola, que dependiam do próprio mercado interno; 2) a estrutura social também se modificou no sentido em que os processos migratórios se intensificavam, sobretudo das áreas rurais para as urbanas, desdobrando-se em duas classes urbanas: o proletariado e os grupos médios.

De acordo com Furtado (1977), por trás de um Brasil como um país do futuro, com imensos recursos potenciais e portador de uma vasta cultura a partir da interação dos valores europeus, africanos e ameríndios, desvelava-se um país repleto de recursos inaproveitados e miséria, explicada pela resistência da classe dominante na defesa de seus privilégios.

Declarada a Independência, inicialmente o Estado nacional conservava uma estrutura ainda rudimentar do ponto de vista da evolução no plano político. Por um lado, se tratava de uma classe com características cosmopolitas, comercialmente urbana, ligada aos interesses ingleses de importação e exportação. Por outro lado, a sociedade brasileira conservava seu perfil colonial, voltando-se para o setor agrícola, fomentando a imigração europeia, sobretudo a partir das primeiras estradas de ferro do café. As modificações ocorridas no Brasil em decorrência da expansão do café, que crescia em larga escala em detrimento da urbanização na Europa e nos Estados Unidos, foram intensas. Essa expansão provocou, a partir de deslocamentos populacionais, a ocupação de terras antes não habitadas em relação aos latifúndios tradicionais, que, com a dificuldade de mão de obra, impulsionava o fluxo migratório europeu para as regiões em expansão. De acordo com Furtado (1977), estes processos fundamentais pensavam a modernização do país a partir de uma análise econômica:

Este fluxo migratório, ao deparar-se com a estrutura latifundiária que obstaculizava o acesso à propriedade da terra, pôs em marcha desde cedo um processo de urbanização – muitos imigrantes, que conseguiam acumular algumas economias do trabalho agrícola, tendiam a deslocar-se para as zonas urbanas, onde suas aptidões lhes abriam maiores oportunidades de acesso econômico e social. Por último, acentua-se a transformação da classe dirigente, deslocando-se no controle do aparelho do Estado os grupos feudais

da região Norte, em benefício da burguesia cafeeira, cuja imagem era de uma classe progressista voltada para a modernização do País (FURTADO, 1977, p. 4).

Dessa forma, a base da evolução política que se efetivou com o fim da Monarquia e a instauração da República Oligárquica, controlada pelos interesses do café, tendencialmente pôde ser vista a partir das transformações econômicas e sociais, em que as operações de compra e venda do café se converteram na principal atividade financeira do Estado.

Com a estruturação dos Estados nacionais no continente sul-americano, iniciou-se uma fase de conflitos entre os países vizinhos, provenientes de problemas de definição de fronteiras com base histórica precária, como foi o caso da Guerra do Paraguai. Esses fatores impulsionaram países como o Chile, a Argentina e o Brasil a investirem num processo de “modernização” das forças militares, que, no caso do Brasil, se apoiou nas técnicas francesas de assistência à militarização. No plano de fundo dessas questões, ascendeu-se uma classe com crescente projeção política, que conferiu outros olhares para a evolução brasileira, tratando-se, portanto, da classe militar.

Esses outros olhares lançaram um plano de voo em que era possível compreender a modernização do Estado nacional a partir do viés militar. Segundo Furtado (1977), os problemas nacionais passaram a ser estudados e tendencialmente resolvidos a partir da criação de corpos de oficiais, pois o serviço militar obrigatório precedeu a alfabetização da população ou a sua participação no processo político. Além da precoce modernização das Forças Armadas, o crescimento urbano acelerado envolveu grupos de classe média provenientes da agricultura de exportação. Isso causou um rápido processo de urbanização e a necessidade de incorporar essa classe média ao processo político nacional, que de certa forma desestabilizou a República Oligárquica, em que a classe latifundiária tradicionalmente dominava as populações rurais.

O período de 1890 a 1930 foi marcado pela tensão. Era a classe oligárquica que pretendia manter o monopólio do poder, e os grupos que constituíam as classes médias urbanas desejavam acesso ao poder, formas modernas de vida e ideias liberais. Essas tensões propiciaram às Forças Armadas participarem cada vez mais do processo político e se colocarem como principal instrumento de combate às oligarquias, sendo que os quadros de oficiais eram consolidados na classe média, dotados de ideologia “progressistas”. As condições do Brasil, a partir de 1930, segundo Jaguaribe (1977, p. 30), caminhavam enquanto promoção do seu desenvolvimento nacional, arraigado à ideia do nacional-capitalismo. As políticas adotadas por Vargas, Kubitchek, Quadros e Goulart tinham como base instaurar o

desenvolvimento socioeconômico autônomo e endógeno do país, garantindo a preservação do sistema de iniciativa privada administrado pelos empreendedores nacionais e pelo Estado enquanto órgão de planejamento. No entanto, a aplicação desse modelo causou distorções nas esferas sociais, políticas e econômicas, segundo Jaguaribe (1977):

O que se pode afirmar, muito sumariamente, é que a experiência brasileira demonstrou que a aplicação pura e simples do modelo nacional-capitalismo requer, por um lado, uma sociedade menos heterogênea e, por outro, uma consciência mais generalizada, de parte da burguesia nacional, de seu próprio interesse de classe e da sua função social. As enormes diferenças que separam o mundo rural-agrícola do urbano-industrial e que favorecem a região centro-Sul em detrimento de outras, demonstram ser excessivas para a sua superação pela burguesia nacional (JAGUARIBE, 1977, p. 30).

Logo, o processo de modernização do Brasil foi se constituindo a partir de intensas transformações nos cenários sociais, político e econômico. Jaguaribe (1977, p. 32), a partir das contribuições de Weffort orienta que o populismo era permeado por uma longa etapa de transformação pela qual passava a sociedade brasileira a partir dos anos de 1930. Esse estilo de governo sensível às pressões populares, pode ser compreendido a partir do contexto de crise política e de desenvolvimento econômico que se instaurou a partir da Revolução de 1930.

Estava cravada a luta entre militares manipulados pela classe média urbana contra as estruturas oligárquicas. A Constituição de 1891 assegurava as Forças Armadas como uma instituição permanente e a criação de uma Guarda Nacional como possibilidade de organização. Todavia, a forma como foi instituída não agradou os chefes militares, pois o exercício do poder ficou estabelecido dentro dos limites da lei<sup>4</sup> e em obediência ao poder civil. Os grupos médios urbanos lutavam a qualquer custo pela abertura do processo político. A República Oligárquica enfraqueceu demasiadamente com a crise mundial de 1930, que desestabilizou a economia do café e, neste sentido, o processo de abolição da escravidão veio de encontro aos interesses das novas estruturas. Segundo Furtado (1977),

Esse grande atraso no processo de modernização das instituições políticas teria importantes consequências no período subsequente. O ideário liberal da classe média, cujo núcleo básico era a democracia formal apoiada no sufrágio universal, chegaria demasiadamente tarde (FURTADO, 1977, p. 9).

---

<sup>4</sup> Ver nota de rodapé: Furtado (1977, p. 8). O trabalho de “mobilização” política das Forças Armadas contra o poder civil pode ser observado na imprensa do Rio de Janeiro. Os títulos dos artigos assinados por Rui Barbosa são suficientemente ilustrativos: “O Exército Banido da Lei”, “Legalidade e Disciplina”, “Soldados, mas não Lacaios”, “Subordinação e Direito Militar”, “Balizas da Obediência Militar”, “Farda não é Libré”.

Nesse processo de modernização atrasada, instituía-se e consolidava-se a marcha pelo progresso, uma tentativa de apagar a mancha do atraso ocasionado pelo colonialismo e pela escravatura. As cidades já estavam se instaurando enquanto invenção da modernidade, em intrínseca relação com os processos migratórios de urbanização e industrialização.

O Brasil vive, simultâneamente, em várias “idades histórico-sociais”. Presente, passado e futuro entrecruzam-se e confunde-se de tal maneira, que se pode passar de um estágio histórico a outro pelo expediente mais simples: o deslocamento no espaço. Ora, cada estágio histórico corresponde uma situação humana. O observador ingênuo pensa estar num mundo culturalmente homogêneo. E, de fato, certos polarizadores impregnam as situações mais contrastantes de um substrato psicossocial e sócio-cultural comum. Mas, na realidade, cada situação humana organiza-se estrutural e dinamicamente, como um mundo material e moral com feição própria. Sem dúvida, as várias situações humanas possíveis põem à luz, num conjunto, os diferentes padrões de integração sócio-cultural da *sociedade brasileira*, ao longo da sua formação e de sua evolução no tempo e no espaço (FERNANDES, 1977, p. 111).

Portanto, estava em curso o desenvolvimento de novas formas de produção da vida, que gera o universo econômico, político e cultural na constituição e elucidação da nação brasileira. O universal e o singular se entrecruzam na formação da nação, do estado, do povo e do indivíduo no Brasil.

#### 1.4 O sertão e a matéria vertente

*Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E eu estou contando não é a vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente.”*

Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*

A elaboração do sertão é complexa e passa por vários sentidos. Quando Guimarães Rosa elege o sertão como pano de fundo da narrativa, ele se alicerça à um limite territorial carregado de história e cultura que dê conta de atravessar o tempo e as nossas emoções, pois o sertão existe como matéria pronta. Ele poderia tecer o *Grande Sertão: Veredas* sob o olhar dos Pampas, localizado na região Sul do Brasil, por exemplo, mas não o fez. Elegeu o sertão, porque para além dos aspectos definidos pela região, como o clima, vegetação, elementos da história, dos usos e costumes, também carrega os sentidos e significados de uma espacialidade

contraditória, portador de uma dimensão metafísica. Assim, o sertão é a cena e também o cenário que expressa o processo de modernização no Brasil.

O sertão se configura como categoria de análise: é preciso compreender que sertão é esse que possibilita desvelar a matéria histórica, evidenciando as tensões e contradições de um mundo rural que se transforma diante de um processo de modernização, o qual empurra o sertão para mais adiante e, na sequência, analisar outras categorias importantes, como o modo de ser jagunço e o sertão rosiano como expressão deste sertão num sentido mais amplo.

No período em que Guimarães Rosa publica o Grande sertão, em 1956, estava em curso no Brasil um forte apelo aos ideais progressistas e às políticas desenvolvimentistas, com o Governo de Juscelino Kubitschek. Isso, para dizer que Guimarães Rosa reporta um cenário em que o progresso chega de forma desbravadora, impondo lei, para dar respostas mais imediatas ao desenvolvimento do capital.

O sertão descrito por Guimarães Rosa compreende os limites geográficos de uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, o núcleo central do país (Galvão, 1986), contemplando boa parte do estado de Minas Gerais e suas fronteiras. Há na obra um forte apelo para as veredas, que são os pequenos riachos em meio as áreas semidesertas cercadas por buritis, uma espécie de oásis em pleno deserto. Na narrativa, as veredas são sinônimo de travessia.

No conjunto destas articulações, o sertão possibilita compreender as especificidades do mundo rural. Vicentini (2007, p.189) nos chama atenção de que historicamente o mundo rural está caracterizado por dicotomias, pela expressão de algumas parênteses que oscilam entre o positivo e a negativo, se apresentando de forma dominante por acumulação. Primeiro, a parêntese litoral e sertão, que inicia com a *Carta* de Pero Vaz de Caminha e finda com a discussão da raça e do meio em Euclides da Cunha, e segundo, a parêntese campo e cidade, majestosa para Guimarães Rosa, pois o desvelamento do sertão como matéria histórica passa com muita força por esta dicotomia. Os sentidos do sertão, pensados por estas parênteses orientam a discussão do mundo rural como sendo uma totalidade de mundo representada:

Além disso, o sertão também vem sendo recortado como elemento de uma totalidade que se situa num outro lugar propriamente falando, distanciado de tudo (o contraponto ainda é feito por oposição) e em todos os sentidos possíveis. Há o sentido *espacial* – o sertão é o interior longínquo e despovoado, ou povoado por uma raça mestiça, ou o *locus amoenus* das bucólicas greco-romanas; o sentido *econômico* – o sertão mantém uma economia distante da economia da metrópole e do litoral, agrária e subdesenvolvida em face da economia industrial e mais desenvolvida da metrópole; o sentido *social* – o sertão mantém outro tipo de associação de membros, uma associação mais comunitária, outro tipo de usos e costumes; a aliança *sociopolítica* – o poder dos coronéis, o desvalimento dos camaradas,

a luta social dos estados periféricos; o sentido *psicossocial*- na perspectiva da antropologia – o sertão detém um universo psíquico mais ritualizado, como formas de pensamento mais míticas e agônicas; o sentido *histórico* – o sertão detém a chave de nossa origem histórica e genuína, a partir das entradas das bandeiras, por exemplo, e o sentido *imaginário* propriamente falando – quando o sertão se avulta como local de vida heróica ou trágica, de vida salutar e genuína, ou de vida identitária. (VICENTINI, 2007, p. 189)

O delineamento do sertão passa por estas dicotomias. Há uma referência do litoral como região do progresso, tendo em vista que as atividades econômicas de maior desenvolvimento e acumulação do capital se apropriaram destas áreas nas primeiras décadas do século XVIII. As regiões férteis do litoral se dedicavam ao cultivo da cana de açúcar, ainda arraigado ao período colonial. Ao sertão se aplicava atividades que não necessitavam de alto investimento financeiro e uso de solo fértil, destacando-se a pecuária extensiva e o grande poderio dos fazendeiros.

É certo que na narrativa e na compreensão da matéria histórica, a pecuária extensiva é a atividade econômica predominante do sertão, pois se de um lado a agricultura exige muito solo para a eficácia da atividade, a criação do gado, por outro, não exige o descanso do solo, podendo, segundo Galvão (1986) ser praticada em solos não tão férteis e com poucos recursos econômicos:

A pecuária foi uma espécie de filha-pobre da economia colonial: se o empresário tinha capital, teria boas terras para plantar cana e escravos para trabalhar na lavoura e nos engenhos; se não tinha, esta obrigado a se contentar com o solo sáfaro do sertão e com a empresa quase sem investimento de criar gado. Para tanto, “pouco se muda à superfície da terra; levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra”. Aí está o escasso ônus do investimento inicial. Os braços para o trabalho eram necessários em pequena monta e, pelo que segurem as indicações dos historiadores, emprestados de boa vontade para uma faina que não era considerada das piores. Seja para vaqueiro, que cuida do gado dentro da fazenda, seja para o boiadeiro, que se encarrega da condução das boiadas fora delas, o gado propiciou tarefas não tidas por vis na sociedade colonial: fato que a pecuária sertaneja sempre foi trabalho para homens livres. (GALVÃO, 1986, p. 31-32)

A força da pecuária extensiva e o desenvolvimento das atividades em torno dos grandes latifúndios implicavam para o mundo rural relações de produção divergentes da região litorânea. As regiões mais férteis já proclamavam a marcha para o progresso, tendo em vista o aumento da população urbana, a intensificação das indústrias brasileiras e as

possibilidades da escolarização. O sertão como terra inóspita, o lugar onde o moderno ainda não chegou, pondera relações de constituição bem específicas, pautadas na lei do mais forte.

Na Primeira República, o país ainda refletia alguns elementos do período colonial. E no sertão estes elementos eram escancarados. A maioria da população do meio rural era composta daqueles que não eram nem senhores, nem escravos. O fim do ciclo econômico da colônia jogava ainda mais pessoas à essa situação, chegando a se apresentarem enquanto um risco para a ordem pública. De acordo com Galvão (1986, p. 37) o crescimento da plebe rural foi determinado pela sua exclusão do processo econômico. Esta massa era constituída por homens teoricamente livres e privados de instrumentos de trabalho, de tradição, de propriedade, tendo como único meio de sobrevivência se colocar sob a “proteção” de quem detinha poder: os proprietários de terras.

O Brasil na Primeira República era composto por uma atmosfera histórica que, por sua vez, era composta por duas forças hierárquicas ou sistemas de compromissos que ficaram conhecidos como coronelismo e política dos Governadores (Roncari, 2004). Esse período ficou marcado por um sistema essencialmente verticalizado de mando e pressão, no sentido de cima para baixo, que vinha do Ministro (instância Federal) até chegar à instância local com os pequenos coronéis, reforçando as relações de resistência e subordinação. O autoritarismo, a violência, o mando e a capacidade de pressão na configuração do mundo rural aconteciam de forma direta, buscando cada vez mais votos para serem usados como moeda de troca pelos coronéis em detrimento de apoios e alianças políticas. A política neste contexto já não se configurava como uma atividade coletiva voltada para o bem coletivo, mas uma busca constante pelos benefícios pessoais e enriquecimento dos grandes proprietários de terras. Importante ressaltar que para o Roncari (2004), o “sistema” do coronelismo não vivia uma situação estabilizada e sim muito tensa, principalmente devido às tensões do crescimento urbano, como as dos poderes públicos, municipais e estaduais, aos quais os coronéis precisavam estabelecer uma política de compromisso.

Arraigado ao sistema do mando dos coronéis, as relações de compadrio também se configuraram ao mundo rural. Em *Grande sertão: Veredas* os grandes chefes se reportam aos seus aliados enquanto compadres. Ricardão, na ocasião do julgamento de Zé Bebelo, na Fazenda Sempre-Verde, desenvolve:

“- *Compadre*, Joca Ramiro, o senhor é o *chefe*” O que a gente viu, o senhor vê, o que a gente sabe o senhor sabe. Nem carecia que cada um desse opinião, mas o senhor quer ceder alar de prezar a palavra de todos, e a gente recebe essa boa prova... Ao que agradecemos, como devido. Agora, eu sirvo

a razão de meu *compadre* Hermógenes: que este homem Zé Bebelo veio caçar a gente, no Norte sertão, como mandadeiro de políticos e do Governo, se diz até que a soldo... A que perdeu, perdeu, mas deu muita lida, prejuízos. Sérios perigos, em que estivemos; o senhor sabe bem, *compadre chefe*. Dou conta dos companheiros nossos que ele matou, que eles mataram. Isso se pode repor? E os que ficaram inutilizados feridos, tantos e tantos... Sangue e os sofrimentos desses clamam. Agora, que vencemos, chegou a hora dessa vingança de desforra. A ver, fosse que ele vencesse, e nós não, onde era que uma hora destas a gente estava? Tristes mortos, todos, ou presos, mandados em ferros para o quartel da Diamantina, para muitas cadeias, para a capital do Estado. Nos todos, até o senhor mesmo, sei lá. Encareço, chefe. A gente não tem cadeia, tem outro despacho não, que dar a este; só um: é a misericórdia duma bala boa, de mete-bucha, e a arte está acabada e acertada. Assim que veio, não sabia que o fim mais fácil é esse? Com os outros, não se fez? Lei de jagunço é momento, o menos luxos. Relembro também que a responsabilidade nossa está valendo: respeitante ao seo sul de Oliveira, doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Estácio, *compadre* Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro... Esses estão aguentando acossamento do Governo, tiveram de sair das suas terras e fazendas, no que produziam uma grande quebra, vai tudo na mesma desordem... A pois, em nome deles, mesmo, eu sou deste parecer. A condena seja: sem tardança! Zé Bebelo, mesmo zureta, sem responsabilidade nenhuma, verte pomba, perigoso. A condena que vale, legal, é um tiro de arma. Aqui, chefe - eu voto!...” (ROSA, 2001, p 341-342, grifos meus)

O sistema de compadrio<sup>5</sup> integra na figura dos chefes jagunços (grandes proprietários) uma rede de relações que misturam o parentesco sanguíneo com o religioso, a vizinhança territorial e as formas de dependência, como favores econômicos e militares. Os princípios de lealdade e cordialidade entre os membros são ressaltados na fala de Ricardão, “responsabilidade nossa”, quando ele diz “a condena que vale, legal, é um tiro de arma” se reporta à tradição, ao costume do sertão e a este movimento que estamos tecendo enquanto configuração do mundo rural. .

Está imbricado na composição do mundo rural um regime autoritário de dominação que, segundo Galvão (1986, p. 23), é resultado das instituições do poder público costumeiro, em nexos com as instituições: a solidariedade da família senhorial, o partido do coronel, o banditismo coletivo e o sistema global no qual estão inseridos. Esta relação de dominação é pautada entre dominantes e dominados, sobretudo em relação à posse da propriedade. Os homens livres, neste contexto, se submetiam às ordens dos proprietários de fazendas, de engenhos, aos que tinham autoridade sobre a terra, seja para a defesa da propriedade, seja para

---

<sup>5</sup> “O compadrio é, realmente, talvez mais do que a consanguinidade, a fonte mais fecunda de solidariedade familiar no interior. Constitui uma espécie de parentesco ideológico e espiritual, porque de natureza religiosa; mas – pela força dos preconceitos dominantes nas nossas populações da hinterlândia matuta sertaneja – cria laços de afinidade interpessoal tão fortes como os do próprio sangue gerando um código de deveres morais iguais aos de pai e filho, de irmão e irmão – e até mesmo aos tabus matrimoniais”. (VIANA, 1949, p. 263, apud, RONCARI, 2004, p. 311)

interesses eleitorais. As unidades mínimas de poder no país se constituem a partir deste olhar para as massas subordinadas, neste sentido Galvão (1986) acrescenta:

O fenômeno do chamado banditismo aparece assim inserido no cerne mesmo da organização sócio-econômica-política. Não como um acidente ou uma exceção, mas em sua necessidade histórica, da qual decorrem igualmente outras práticas costumeiras e tipos sociais, como “o *capanga* ou o *cabra* com a sua derivante: o *matador* pago. E o cangaceiro com as suas instituições: os *resgates*, as *sebaças*, as *seratas*. E o *potentado* (em “arcos”, em “escravos” ou em “cabras”) (...) E a *imunidade policial* do feudo. E o *dever de fidelidade e obediência* do “morador” ao senhor do domínio”. E o dever correspondente deste de *proteção e assistência* aos seus moradores. Tudo isto é formação anterior e foi o período colonial que nos preparou e legou ao IV século”. (GALVÃO, 1986, p. 24).

O sertão como pano de fundo da narrativa é este território de contradições. Desse modo, a matéria histórica é uma possibilidade de análise da constituição do mundo rural, que evidencia a questão dos latifúndios, o mandonismo, as relações de compadrio e o poder dos coronéis como diferentes motivações de composição deste mundo rural. O sertão está ali adiante e é este caldo de possibilidades que constrói a narrativa e ultrapassa o entendimento do sertão enquanto limite geográfico, conferindo-lhe uma dimensão metafísica que o universaliza.

Dentro da perspectiva histórica, a narrativa remete ao final da Primeira República, período caracterizado, segundo Ana Pacheco<sup>6</sup> (2008), pelos arranjos entre o poder público e o mando dos coronéis locais, relevando forte intervenção do mandonismo:

Na temporalidade dúplice do livro, as aventuras narradas em retrospectiva remetem ao final da Primeira República, ao passo que o presente da enunciação (quando fala o jagunço aposentado, ou, para brincar com a moldura em que figura o doutor: quando o jagunço já não fala) parece próximo à época em que se escreveu o romance. Como se sabe, a República Velha caracterizou-se pelos conchavos entre poder público e mando dos “coronéis” locais, de modo que o poder central não se constituiu como força independente do mandonismo – apenas começava a tentativa de se desvincular das velhas forças do latifúndio (mantendo-se, porém, tributário delas e delas extraindo seus representantes públicos). Guimarães Rosa retira do prosclênio a parte mais poderosa e inventa o “mundo jagunço”. Num contexto de arranjos pessoais, familismo, justiça de mãos próprias, que estava em jogo, Rosa fabula, *entre jagunços, um princípio de esclarecimento, que atua para julgar um homem ligado à política cidadina*. (PACHECO, 2008, p. 185).

---

<sup>6</sup> Em “Jagunços e homens livres pobres: o lugar do mito no *Grande Sertão*”, Ana Paula Pacheco desenvolve a imbricação entre Mito e História no romance no dialogo com o atraso constitutivo da modernização brasileira.

A violência e a brutalidade que pautam as ações dos jagunços foram objetos de um estudo realizado por Sandra Guardini Vasconcelos em *Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas*<sup>7</sup> e em *Puras misturas* (1977). A autora descreve os elementos já apontados neste estudo em relação aos aspectos sociais, econômicos e culturais que constituem a trajetória de Riobaldo. As relações de poder vigente durante a República velha delineiam o esboço do sertão: o poder privado dos coronéis, com uma sugestiva ordem republicana. Com a abolição da escravidão aumenta-se o contingente de “homens livres” sem condições de garantirem seu próprio sustento, colocando-os a serviço e à obediência dos proprietários de terras e bens, inclusive para realizar atos ilegais. A figura de Zé Bebelo, por exemplo, é permeada de convivência ambígua entre os atributos pessoais tradicionais e os valores modernos: “*Grande sertão: veredas* expõe a face contraditória do país ao sugerir que o arcaísmo não é apenas resíduo do passado, mas um dos modos mais efetivos do presente, e, como tal, corolário do projeto de modernização do país” (VASCONCELOS, 2002, p. 324). Segundo Corpas (2015), o romance evidencia as circunstâncias históricas e sociais que possibilitam pensar a condição jagunça como correspondente do sertão:

O sertão se faz “espaço de vida” no qual não se encontram instâncias para amenizar experiências-limite, um passo pode conduzir à vida ou a morte, bem e mal são indistinguíveis. E jagunço é quem, por algum motivo que não lhe deixa outra alternativa, admite conviver com a iminência do mal e da morte (e também perpetrar o mal ou a morte) em meio à busca do bem ou da vida plena. Nesse contexto a ação jagunça poder ser a forma mais justa de comportamento (“fazer o bem através do mal”). (CORPAS, 2015, p. 77).

Buscando vencer a anomia e a arbitrariedade que eram partidárias dos acordos entre os coronéis e os governos, num sistema de mandonismo emergem os jagunços do sertão rosiano. Diante deste arsenal histórico, o sertão se configura como o universo do jagunço, e o jagunço, por sua vez, o tipo social do sertão: “Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E eu estou contando não é a vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente.” (ROSA, 2001, p. 79).

Na articulação entre o sertão e a classe dos jagunços que emergem neste contexto, é importante a exposição da relação existente entre os proprietários de terras e seus servidores. A terra pertence a um proprietário, o fazendeiro, que permite que a plebe rural “more” em sua propriedade, podendo praticar, segundo Galvão (1986, p.37), uma pequena lavoura para o próprio sustento. Este “morar de favor” implica numa relação de compromisso pessoal com o

---

<sup>7</sup> Trabalho apresentado por Sandra Guardini Vasconcelos no II Seminário Internacional Guimarães Rosa – Rotas e roteiros (PUC Minas, em agosto de 2001).

dono da terra, assim como estar a seu serviço. A constituição do jaguncismo está pautada nesta relação de estar a serviço do dono da propriedade, uma vez que o fazendeiro tem a escolha da permissão de conceder moradia ou não, pois a lealdade do servidor, ainda segundo Galvão (1986, p. 38), “é alternadamente solicitada e violada. Uma vez expulso, resta-lhe pôr pé na estrada e procurar outro senhor”. Diante da ausência de organização e de instituição que regulamentem as relações entre os homens, a violência vai mediar as relações de conflitos. O jaguncismo é partidário desta ausência de regulamentação, de lei e fielmente inclinado para a violência e valentia: “Mas o mais garboso fiquei, prezei a minha profissão. Ah, o bom costume do jagunço. Assim que é a vida assoprada, vivida por cima. Um jagunceando, nem vê, nem repara na pobreza de todos, cisco.” (ROSA, 2001, p. 106).

O ensaio de Antônio Cândido *Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*, de 2017, nos aponta para um esclarecimento muito rico do ponto de vista da dimensão formativa, presente na narrativa: a condição jagunça como uma forma de viver, como se o sertão fosse separado do resto do mundo e ao mesmo tempo se fizesse espaço de vida, transitando entre o singular e o universal:

Daí sermos levados a dizer que há em Guimarães Rosa um *ser jagunço* como forma de existência, como realização ontológica no mundo do sertão. [...] Ele encara as formas mais plenas da contradição do mundo-sertão e não significa necessariamente deformação, pois este mundo, como vem descrito no livro, traz imanes no bojo, difusas na aparência, certas formas de comportamento que são baralhadas e parciais nos outros homens, mas que no jagunço são levadas a termo e se tornam coerentes. O jagunço atualiza, dá vida a essas possibilidades atrofiadas do ser, porque o sertão assim o exige. E o mesmo homem que é jagunço, como vimos na tipologia citada mais lato, seria outra coisa noutro mundo. (CANDIDO, 2017, p.116).

A figura do jagunço transita entre o bem e o mal, atendendo à ambiguidade enquanto princípio organizador da narrativa (GALVÃO, 1986, p. 13). A condição jagunça implica noções de honra, vingança e coletividade, ou seja, extrapola a ideia aparente de um criminoso vulgar. A tradição aponta lances cavalheirescos ao jagunço, mas também relatos de crueldade, uma vez que violência se constitui no sertão enquanto uma instituição:

É tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade para garantir limites, mas igualmente importante por seu desempenho em eleições, seja pelo número de votos que representa, seja pelos votos que pode conseguir por intimidação ou mediante fraude. O braço armado serve para prevenir conflitos e para resolvê-los; a violência é uma prática rotineira, orientando os comportamentos dos seres humanos em todos

os níveis. “O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!” (GALVÃO, 1986, p. 21).

O jagunço é homem livre, dependente e servidor. De acordo com Antônio Cândido (2017), dentro do princípio que ele define como reversibilidade, o jagunço oscila entre o cavaleiro e o bandido, assim como a geografia desliza para o símbolo e para o mistério. Neste sentido, é importante para o crítico literário pensar como o jagunço é formado no sertão, e o arrolamento das causas:

Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo. Montante, o mais supro, mas sério – foi Medeiro Vaz. Que um homem antigo... Seu Joãozinho Bem-Bem, o mais bravo de todos, ninguém nunca pôde decifrar como ele por dentro consistia. Joca Ramiro – grande homem príncipe! – era político. Zé Bebelo quis ser político, mas teve e não teve sorte: raposa que demorou. Sô Candelário se endiabrou, por pensar que estava com doença má. Tião Passos era o pelo preço de amigos: só por via deles, de suas mesmas amizades, foi que tão alto se ajagunçou. Antônio Dó – severo bandido. Mas por metade, grande maior metade que seja. Andalécio, no fundo, um homem-de-bem, estourado raivoso em toda a sua justiça. Ricardão, mesmo, queria ser rico em paz: por isso guerreava. Só o Hermógenes foi que nasceu formado tigre, e assassim. (ROSA: 2001, p.40-41).

Assim, as motivações para o adentramento na jagunçagem são muito particulares. Conforme a narração do protagonista Riobaldo, ninguém nasce bandido, com exceção de Hermógenes que já nasce com mal encarnado. De acordo com Cândido (2017, p. 114), existem homens superiores no mundo dos jagunços, como é o caso de Joca Ramiro, que é um grande fazendeiro e político, e Medeiro Vaz, que queimou sua propriedade e saiu pelo mundo para impor justiça. Em suma, “naquele sertão, o jaguncismo pode ser uma forma de estabelecer e fazer observar normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento e, por um lado, o afasta do bandido” (CÂNDIDO, 2017, p. 114).

Ainda dentro do princípio da reversibilidade desenvolvida por Cândido, o jaguncismo está permeado desta especificidade: hoje o homem que é jagunço amanhã pode ser fazendeiro/político ou o contrário. Cândido toma como exemplo Zé Bebelo, que inicia na narrativa em nome do governo contra os jagunços, torna-se jagunço, mas sempre com pensamentos políticos. Assim, para Cândido :

O jagunço é, portanto, aquele que, no sertão, adota uma certa conduta de guerra e aventura compatível com o meio, embora se revista de atributos

contrários a isto, mas não é necessariamente pior do que os outros, que adotam condutas de paz, atuam teoricamente por meios legais como o voto, e se opõem à barbárie enquanto civilizados. Ao contrário, parece frequentemente que o risco e a disciplina dão ao jagunço uma espécie de dignidade não encontrada em fazendeiros “estadonhos”, solertes aproveitadores da situação, que o empregam para seus fins ou o exploram para maior luzimento da máquina econômica. (CANDIDO: 2017, p. 114-115).

O jagunço vive perigosamente, num mundo regido pela arbitrariedade. A violência pode ser a forma de ação mais justa diante de uma ordem institucional inconsistente. A partir do caráter ontológico que se projeta em *Grande sertão: Veredas*, a narrativa conduz o leitor a se identificar com o jagunço:

Trata-se, com efeito, de ver o mundo através dum ângulo de jagunço, resultando num mundo visto como mundo-de-jagunço. Mundo onde, sendo a violência norma de conduta, as coisas ao encaradas nos seus extremos e as contradições se mostram com maior força. [...]

O narrador tinge a narrativa por uma constante redução ao presente, fazendo com que o passado seja aferido incessantemente à cor da sua angústia de agora, isto é, do momento rápido que compõe a vida, como ciência do bem e do mal que lhe foi dada pela experiência que viveu. [...]

Do ângulo do estilo, ser jagunço e ver como jagunço constituiu portanto uma espécie de subterfúgio, ou de malícia do romancista. Subterfúgio para esclarecer o mundo brutal do sertão através da consciência dos próprios agentes da brutalidade; malícia que estabelece um compromisso e quase uma cumplicidade, segundo a qual o leitor esposa a visão do jagunço, porque ela oferece uma chave adequada para entrar no mundo-sertão. Mas sobretudo porque através da voz do narrador é como se o próprio leitor estivesse denominando o mundo, de maneira mais cabal do que seria possível aos seus hábitos mentais. (CANDIDO, 2017, p. 123-124).

Cândido, em seus estudos, sobretudo, em *Homem dos Avelhos e Jagunços mineiros...*, nos desloca para a compreensão da complexidade do sertão rosiano. O caminho entre o local empírico e simbólico se constitui pelas categorias: a terra, o homem e a luta. Reconhece-se no jaguncismo uma forma de viver, uma forma de existência no sertão enquanto uma realização ontológica. “[...] Entremos nessa realidade fluida para compreender o Sertão, que nos devolverá mais claros a nós mesmos e aos outros. O Sertão é o Mundo”. (CANDIDO, 2000, p. 139).

Enquanto categorias de análise, iniciamos a exposição pelo sertão, no sentido de que existe um sertão anterior a este elaborado por Guimarães Rosa. Este sertão real, inicial nesta análise, é palco de reciprocidade para a constituição do tipo social jagunço. O sertão rosiano é o imbricamento e movimento do que entendemos como limite geográfico e suas

especificidades como matéria histórica, para os sentidos de uma dimensão metafísica. O sertão de Guimarães Rosa ultrapassa os limites geográficos e se constitui na narrativa com distintas possibilidades: realidade social, realidade política, realidade geográfica, dimensão metafísica e formativa. O sertão é espaço simbólico de expressão de uma realidade social com todas as suas dimensões de constituição (CÂNDIDO, 1983, p. 295). É neste sentido que o sertão de Guimarães Rosa ressoa o sertão em seu sentido mais amplo. A terra, o homem e a luta são estruturantes na composição do sertão enquanto espaço de efetivação de elementos fundantes na narrativa:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para dos de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. [...] Os *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte. (ROSA, 2001, p. 30).

O sertão rosiano é o universo das astúcias. Os elementos estão tão imbricados na narrativa, que Guimarães Rosa questiona: “Qual a materialidade espacial do sertão, se o sertão está em toda parte? E responde: “o sertão é o homem”, e o que existe é “homem humano”, carregado de cultura e história, atravessando o espaço, o tempo, as emoções, as experiências” (VICENTINI, 2007, p. 193). Riobaldo é o jagunço letrado, que se faz jagunço diante de um sertão que é do tamanho do mundo. A dimensão simbólica do sertão implica pensar num território ambíguo e que desvela a matéria histórica permeada de tensões e contradições, sugestivas de um Brasil que se constitui de modo atrasado.

O sertão é um olhar para o mundo rural que vai ser transformando. Por isso também o sertão rosiano é o território do desconhecido. Mais ao litoral é promissor o pensamento desenvolvimentista, os ideais de progresso, o processo de industrialização, ainda que atrasado em relação à Europa, o apelo à escolarização como possibilidade de diminuir o atraso no qual se encontrava o país. Ao adentrar o país, as contradições são alarmantes. O sertão descortinado por Guimarães Rosa é um sertão que não faz sentir a pressão da lei, onde a ordem privada desempenha funções que caberiam ao Estado: “O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado...” ele, seo Ornelas dizia. – “O sertão é confusão em demasiado sossego...” (ROSA, 2001, p. 564).

O sertão rosiano vai além ao mostrar o homem na luta consigo mesmo. A travessia do Liso do Sussuarão é uma linda passagem da narrativa que relata a fragilidade do existir humano e ao mesmo tempo a possibilidade de travessia. Obedecendo ao comando de Medeiro Vaz, o grupo de Riobaldo tenta atravessar o Liso do Sussuarão, mas fracassa, pois ali falta alimento, as veredas são escassas: “Do sol e tudo, o senhor pode completar, imaginado; o que não pode, para o senhor, é ter sido, vivido. Só saiba: O Liso do Sussuarão concebia silêncio, e produzia uma maldade - feito pessoa!” (ROSA, 2001, p. 81).

Outra marca fundante do sertão rosiano é a ambiguidade. Esta passagem da travessia do Liso do Sussuarão abrange esta especificidade: o que era intransponível passa a ser transponível. Riobaldo, já Urutú-Branco, na liderança do bando, consegue atravessar o Liso do Sussuarão porque tinha compreendido que a sua força estava na luta, possivelmente porque ele também estava na condição de pactário. Pacto que ele realizou com o diabo nas Veredas Mortas. Isso, para dizer que o sertão rosiano é o certo no incerto. É o homem se impondo ao espaço e transpondo os obstáculos: “Para vencer vitória, aonde nenhum outro antes de mim tivesse! Respinguei dessas faíscas constantes. Eu, não: o cujo do orgulho, de mim, do impossível.” (ROSA, 2001, p. 625). A passagem pelas Veredas Mortas é o lugar do pacto, mas também o encontro de Riobaldo consigo mesmo:

Digo direim de verdade: eu estava bêbado de meu. Ah, esta vida, às não-vezes, é terrível bonita, horrorosamente, esta vida é grande. Remordi o ar:  
- Lúçifer ! Lúçifer!...” – aí eu bramei, desengulindo.  
Não. Nada. O que a noite tem é o vozeio dum ser –só – que principia feitos grilos e estalinhos, e o sapo-cachorro, tão arranhão. E que termina num queixume borbuhlado tremido, de passarinho ninhante mal-acordado dum totalzinho sono.  
- “Lúçifer! Satanaz!...”  
Só outro silêncio. O senhor sabe o que o silêncio é? È a gente mesmo, demais. (ROSA, 2001, p. 526).

Ainda na especificidade da ambiguidade, o sertão rosiano abarca o maior enlace da narrativa, que é a relação de Riobaldo com Reinaldo/Diadorim. O encontro das personagens ainda na meninice, no Rio São Francisco, reforça a importância das águas como eixo orientador do romance e, ao mesmo tempo, realidade mágica e emblema paisagístico: Rio Urucuia, Rio Caririnha, Rio Paracatu. Além de haver sempre uma vereda a se atravessar: Buritis-Altos, Vereda Funda, Vereda Grande, Vereda do Enxú. Riobaldo se reporta a Diadorim pelo recorte dos seus olhos verdes, como as palmeiras de buritis: “Naqueles olhos e tanto de Diadorim, o verde mudava sempre, como a água de todos os rios em seus lugares ensombrados.” (ROSA, 2001, p. 366).

É também ambígua esta relação porque ela descortina e põe em questão para Riobaldo se o diabo existe ou não. Porque não poderia um jagunço se apaixonar por um igual, que não fosse a própria manifestação do mal encarnado no homem. Mas Diadorim, que deveria ser mulher na narrativa (situação confortável para justificar o sentimento de Riobaldo), é transvestida de homem ao longo do romance e a grande inquietação de Riobaldo é este amor como obra do maligno. A dúvida da existência do diabo é tributária do seu amor por Reinaldo/Diadorim. Ao final, Riobaldo e o leitor descobrem que na verdade Diadorim sempre foi mulher. Um dos momentos mais bonitos do romance é logo após o confronto final do Paredão, em que Diadorim mata Hermógenes e também morre na batalha, revelando sua verdadeira identidade:

Ela era. Tal que assim desencantava, num encanto tão terrível; e levantei mão para me benzer – mas com ela tapei foi um soluçar, e enxuguei as lágrimas maiores. Uivei. Diadorim! Diadorim era uma mulher. Diadorim era uma mulher como o sol não acende a água do Rio Urucúia, como eu soluzei o meu desespero. O senhor não repare. Demore, que eu conto. A vida da gente nunca tem termo real.

Estendi as mãos para tocar naquele corpo, e estremei, retirando as mãos para trás, incendiável: abaixei meus olhos. E a mulher estendeu a toalha, recobrando as partes. Mas aqueles olhos eu beijei, e as faces, a boca. Adivinhava os cabelos. Cabelos que cortou com tesoura de prata... Cabelos que, no íso ver, haviam de dar debaixo da cintura... E eu não sabia por que nome chamar; eu exclamei me doendo:

Foi assim. Eu tinha me debruçado da janela, para poder não presenciar o mundo. (ROSA, 2001, p. 738/739).

A dimensão metafísica do sertão rosiano desloca o leitor de uma compreensão regionalista para uma dimensão universal. O sertão também é, como delineia a literatura, uma totalidade de mundo representada, mas o sertão rosiano e a completude de *Grande Sertão: Veredas* põe em causa questionamentos que dizem da condição humana. São dúvidas da ordem do existir humano. O questionamento sobre a existência do diabo acompanha toda a narrativa existencial de Riobaldo, o que nos leva a uma relação de identificação com o protagonista, pois este questionamento também se configura na ordem do moderno, uma vez que em outros momentos sequer poderia ser posto em questão, já que por muito tempo, no movimento da história, a religião perpetuou-se enquanto princípio explicativo.

Em *Grande sertão: Veredas* há uma predominância do catolicismo rural como princípio formador e constituinte deste contexto. Quando Riobaldo introduz Diadorim na narrativa ele retoma o primeiro encontro no Rio São Francisco, em que Reinaldo/Diadorim estava ali na ocasião de atravessar o Rio em companhia do tio que possuía muitas

propriedades, mas não havia plantado arroz naquele ano em detrimento da morte da esposa e não estava confortável com essa situação de “comprar arroz”. Por outro lado, Riobaldo estava esmolando em pagamento de promessa realizada por Bigrí, sua mãe:

Pois tinha sido que eu acabava de sarar duma doença, e minha mãe feito promessa para eu cumprir quando ficasse bom: eu carecia de tirar esmola, até perfazer um tanto – metade para se pagar uma missa, em alguma igreja, metade para se pôr dentro duma cabaça bem tapada e breada, que se jogava no São Francisco, a fim de ir, Bahia abaixo, até esbarrar no Santuário de Bom Jesus da Lapa, que na beira do rio tudo pode. Ora, lugar de tirar esmola era no porto. Mãe me deu uma sacola. Eu ia, todos os dias. E esperava por lá, naquele parado, raro que alguém vinha. Mas eu gostava, queria novidade para meus olhos. (ROSA, 2001, p. 142).

A religião é uma grande marca do sertão rosiano. Riobaldo em muitos momentos da narrativa esbarra na questão da religião, porque a sua dúvida maior, “se o diabo existe ou não”, perpassa pelos caminhos do sagrado. Riobaldo bebe em todas as fontes, “Rezo cristão católico, embrenho a certo” (ROSA, 2001, p.39), mas a sua inclinação é para a religião predominante no sertão: o catolicismo rural. Riobaldo, caminhando para as Veredas Mortas, sozinho, sente medo e quando lembra de Diadorim, retoma a proteção da sua santa protetora: “Há-de, essa lembrança branda, de minha ação, minha Nossa Senhora ainda marque em meu favor. Deus me tenha!” (ROSA, 2001, p. 522).

O cenário principal é o sertão, e por que o sertão? Porque o sertão é o “ser-tão”, ele contempla o homem na sua profundidade. Guimarães Rosa poderia utilizar de outros limites geográficos, mas elege o sertão porque ele abarca as contradições do campo e cidade, do arcaico e moderno.<sup>8</sup>

A discussões postas em *Grande Sertão: Veredas* são muito atuais. Desvelam um sertão como espaço de contradição, pois, de um lado, tem-se o litoral: uma intensa marcha pelo progresso, e de outro, o sertão: homens lutando e “fazendo lei”. Riobaldo logo após a primeira tentativa de travessia do Liso do Sussuarão diz a seu interlocutor: “Jagunço é homem já meio desistido por si...” (ROSA, 2001, p. 81). É verdade que o sertão está em toda parte e ainda mais: o sertão está dentro da gente. Há uma transcendência da obra que universaliza o existir humano: o sertão é o mundo e os jagunços somos nós.

---

<sup>8</sup> Críticos literários perceberam desde cedo que Guimarães Rosa elaborava e ocultava na sua obra literária também uma representação do Brasil. Pode ser pelo fato que Guimarães Rosa também era diplomata e não poderia comprometer-se com uma avaliação realista ou pouco positiva de seu pai e de seus homens (Roncarí, 2004). Por ser diplomata, se vê obrigado a não dizer o que pensa ou a tirar o retrato e não pôr nada embaixo, como fazem os retratistas de verdade.

## 1.5 Modernização e socialização no grande sertão

*Sertão é onde manda quem é mais forte, com as astúcias.  
Deus mesmo, quando vier, que venha armado!*

Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*

*Grande Sertão: Veredas* pode ser lido como emblema do processo de modernização. O que é o sertão de Guimarães Rosa senão o lugar onde o “progresso” ainda não chegou? “Jagunço é o sertão” (ROSA, 2001, p. 393); “o sertão é sem lugar” (ROSA, 2001, p. 444). Desta maneira, o contexto histórico aponta para questionamentos que implicam pensar o grande sertão a partir do processo de modernização do Brasil. A própria dúvida que permeia a narrativa é um questionamento moderno e diz do sentido da vida, da contradição.

O romance pode ser tomado como expressão do processo de modernização que se consolida no movimento a partir do litoral para o sertão. A temática do sertão na literatura brasileira determina, segundo Vicentini (1998), uma espécie de corrente literária que contempla a literatura regionalista e se refere a espaços paisagísticos, geográficos e socialmente delineados, podendo ser: o sertão (no Centro-Norte e Nordeste), os pampas (no Sul), usos e costumes rústicos, uma linguagem específica da região, bem como a religiosidade. Neste sentido, Vicentini (1998) argumenta que:

Essa sobrederminação temática da região, que de certa forma se efetiva quando a corrente se atualiza, enquanto tal, justamente para se reconhecer no regional, acaba trabalhando muito perto do mundo empírico, da ‘mimese’ propriamente dita, dificultando a reinvenção do imaginário, o objetivo máximo de qualquer literatura. Ou seja, de fato, a literatura regionalista trabalha sempre a um passo da estereotipia da paisagem, da personagem e da ação, da reprodução da linguagem, seguindo de perto o imaginário que se encontra pronto – matéria feita, elaborada pela realidade na sua concretude física e pela história e pelo pensamento social nos seus valores. Caso contrário, não consegue se identificar como região, ou como sertão. Os cangaceiros, boiadeiros, caatingas, veredas, jagunços, guerras e lutas no sertão, tropeiros, pagodes, festas de santos, quadrilhas, benzeduras, superstições, vaquejadas, corridas, mortes, violência, assombramentos, amores passionais, coronéis, cavaleiros heróis, desvalidos, engenhos, parceiros, camaradas, rios, sóis, arroz com pequi etc., acabam por ser tão pouco diferentes e tão poucos na qualidade, que terminam iguais em todos eles, de Bernardo Guimarães a Hugo de Carvalho Ramos, de Graciliano Ramos a Guimarães Rosa (VICENTINI, 1998, p. 42).

Ainda com Vicentini, é a etimologia da palavra “sertão” que possibilita compreender sua história de colonização. A autora se reporta a Gilberto M. Teles para trazer o significado

de sertão como “o que sai da fileira”, numa linguagem militar para dizer o que sai da ordem. “Daí o substantivo *desertanum* para indicar o lugar desconhecido onde ia o desertor, facilitando a oposição lugar certo e lugar incerto, desconhecido e, figuradamente, impenetrável”, para dizer que sertão é sempre mais além, é o outro lugar (VICENTINI, 1998, p. 45).

*Grande Sertão: Veredas* é também expressão do sertão que se estrutura pela ótica do colonizador, de quem conquista e não se deixa conquistar. Vicentini (1998) afirma ser uma posição genérica: litoral/sertão:

Por isso, a narração de Riobaldo em *Grande sertão: veredas* tem a sua importância na literatura brasileira. Com ele é que o sertão virou mar. Até então, a voz do sertanejo só tinha sido, dentro dos textos literários, ou reproduzida, numa clara concessão do escritor da cidade, homem culto, frente ao homem inculto do sertão ou do campo, ou omitida, com o narrador da cidade tomando todas as iniciativas narrativas. Guimarães Rosa não reproduz a voz do sertanejo, mas cede a palavra a ele, mantendo-se só como presença simbólica, sem voz de homem da cidade, escutando uma narrativa de um homem sertanejo seu igual. Ele não passa, no livro, de um *doutor* da cidade (VICENTINI, 1998, p. 47).

A oposição litoral/sertão de Vicentini (1998), vista pelo mar, possibilita compreender por que o sertão é o lugar do outro. Pode ser visto como fronteira de conquista e área imprópria para viver (é ali, mais além). Assim, delineado enquanto uma totalidade de mundo representada, de acordo com Vicentini (2007), ao sertão são conferidos os vários sentidos possíveis: espacial, econômico, social, como aliança sociopolítica, psicossocial, histórica e imaginária.

[A] literatura regionalista já havia atinado com isso: qual a materialidade espacial do sertão, se o sertão está em toda parte? Pergunta G. Rosa. E responde: ‘o sertão é o homem’ e o que existe é ‘homem humano’, carregado de cultura e história, atravessando o espaço, o tempo, as emoções, as experiências (VICENTINI, 2007, p. 193).

O Grande sertão desvela, segundo Vicentini (2007), o homem sertanejo:

A exterioridade parece ser o elemento que tem mais a ver com a fundação do imaginário do sertão da maneira como ainda o vemos, pelo menos em literatura. Há uma intimidade do sertão que não se desvelou ainda. Há uma psicologia do homem sertanejo que permanece em total obscuridade. Guimarães ergueu um pouco o véu desse universo, mostrando que o sertão não faz sinal da cruz ou a benzeção para inglês ver, mas que o sertão indaga se Deus ou o diabo existem; se existe destino ou tudo é homem humano e

cousa dele; se o que há é travessia. Mas ainda não chegou, ainda não foi o bastante, e, certamente, se viesse, ele ainda nos legaria um pouco desta sabedoria que foi só dele. Porque, para nós, o que existe é quase sempre uma pintura – um espaço, um tipo de roupa, um modo de ser, o que podemos ver, olhar, observar, do mar, de longe. Essa foi a herança do olhar do descobridor, não dos seus ouvidos ou dos sentimentos. O nosso imaginário quase nunca pergunta pelo que vai na cabeça do sertanejo; mas o distingue prontamente nos seus traços característicos (VICENTINI, 1998, p. 47-48).

Assim, não somente é desvelado o homem sertanejo como também são elucidadas questões para pensar a complexidade do sertão. É revelado os limites do sertão enquanto região, espaço geográfico, mas também propiciado o entendimento do aspecto imaginário do sertão. Isso, que é da ordem de “uma psicologia do homem sertanejo”, ainda possui um vasto caminho a ser percorrido. Adentrar o sertão rosiano, mediado pelos emblemas de modernização em *Grande Sertão: Veredas*, a entrada do Estado, da lei, a família, a escola, a relação de Riobaldo com seus pares, é também uma tentativa de desvelar as contradições do ser-tão no seu sentido mais amplo.

Na narrativa, Riobaldo, na condição de ex-jagunço e fazendeiro, já nas primeiras páginas da obra apresenta um sertão sendo atravessado pelo processo de modernização. No diálogo inicial com o interlocutor, o narrador situa o sertão e já coloca dúvida em relação à existência do diabo: “Do demo? Não glosa. Senhor pergunte aos moradores. Em falso receio, desfalam no nome dele – dizem só: o *Que-Diga*. Vote! Não... Quem muito se evita, se convive” (ROSA, 2001, p. 30).

A entrada do Estado, da lei, é representada pela figura do delegado Jazevedão e se configura também como emblema da modernização adentrando o sertão. Este personagem representa o Estado enquanto regulador e indicativo determinante do modo de produzir a vida, já sinalizando relações de dominação e violência. Neste sentido, Riobaldo diz:

Porque eu sabia: esse Jazevedão, quando prendia alguém, a primeira quieta coisa que precedia era que vinha entrando, sem ter que dizer, fingia umas pressas, e ia pisando em cima dos pés descalços dos coitados. E que nessas ocasiões dava gargalhadas, dava ... Pois, osga! Entreguei a ele folha de papel, e fui saindo de lá, por ter mão em mim de não destruir a tiros aquele sujeito. Carnes que muito pesavam... E ele umbigava um princípio de barriga barriguda, que me criou desejos... Com minha brandura, alegre eu matava. Mas as barbaridades que esse homem delegado fez e aconteceu, o senhor nem tem calo em coração para me escutar. Consegui de muito homem e mulher chorar sangue, por este simples universozinho nosso aqui. Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinho de metal [...] (ROSA, 2001, p. 43).

Enquanto expressão do processo de modernização, as cidades já estavam se consolidando em intrínseca relação com os processos migratórios, de urbanização e industrialização. A luta, a terra e o homem se dispõem, no grande sertão, num mesmo plano. O motivo fundante da luta dos jagunços é a sobrevivência e a luta pela terra, mediante as forças contrárias que empurram o sertão para mais adiante. O princípio explicativo da vida social passa a ser regulado pelo Estado e não mais pela religião, não enquanto um processo simples e sem tensões, mas permeado de rupturas e continuidades, pois a religião é constitutiva dos indivíduos naquela determinada realidade histórica. O Estado se faz presente pelo uso da força, pela entrada da guarda armada desbravando o sertão, com o objetivo de extermínio da jagunçada. Riobaldo, no diálogo com o forasteiro, narra:

Mas, mire e veja o senhor: nas éras de 96, quando os serranos cismaram e avançaram, tomaram conta de São Francisco, sem prazo nem pena. Mas, nestes derradeiros anos, quando Andalécio e Antônio Dó forcejaram por entrar lá, quase com mil e meio-mil, a cavalo, o povo de São Francisco soube, se reuniram, e deram fogo de defesa: diz-que durou combate por tempo de três horas, tinham armado tranquias, na boca das ruas – com tapigos, montes de areia e pedra, e árvores cortadas, de través – brigaram como boa população! Daí, aqueles que retornaram, arremeteram mesmo, senhores da cidade quase toda, conforme guerreavam contra o Major Alcides Amaral e uns soldados, cercados numa duas ou três casas e um quintal, guerreavam noites e dias (ROSA, 2001, p. 220).

A família é também uma instituição moderna, sendo, portanto, constitutiva dos processos de sociabilidade. Na narrativa, as famílias se apresentam como emblemas do que é moderno, traspassadas por contradições enquanto um desvelamento do sertão. Há de se destacar, assim, as famílias desprovidas de recursos nos contextos das grandes fazendas, como é o caso da família de Aleixo, Pedro Pindó.

A família de Riobaldo não contemplava o modelo ideal instituído pela sociedade moderna. Sua mãe morreu enquanto ele ainda era menino, e sua criação foi destinada ao padrinho Selorico Mendes, que na verdade era o seu pai. Riobaldo descreve um episódio que evidencia uma constituição familiar no cenário das grandes fazendas e as contradições do sertão:

Seo Ornelas me intimou a sentar em posição na cabeceira, para principal. – “Aqui é que se abancava Medeiro Vaz, quando passou...” essas palavras. Medeiro Vaz tinha regido nestas terras. Verdade era? Aquele fazendeiro possuía tudo. Conforme jagunço de meio-ofício tinha sido, o amigo hospedador, abastado em suas propriedades. De ser de linhagem de família, ele conseguia as ponderadas maneiras, cidadão, que se representava; que,

isso, ainda que eu pelejasse constante, tarde seria para bem aprender [...] “O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado [...]” ele seo Ornelas dizia. – O sertão é confusão em grande demasiado sossego [...]” (ROSA, 2001, p. 563).

A escola, no contexto do grande sertão cumpria o papel de instrução e era vista como espaço de privilégios. Enquanto instituição moderna, se apresenta na obra como possibilidade e, ao mesmo tempo, como negação, pois não é uma escola que cumpre seu papel de universalidade e garantia dos direitos a todos os homens, conforme a promessa da modernidade. Riobaldo, ainda na meninice, não sabia ler, mas a condição de “afilhado” do padrinho Selorico Mendes lhe possibilitou o acesso à escola. A escola se destaca enquanto tributária do processo de modernização. O sertão era carente de escolas e, destarte, o sertão dos jagunços se constituía enquanto realidade bem divergente do contexto das cidades ou dos próprios vilarejos, como é o caso do Curralinho. Riobaldo era o único jagunço letrado, por isso também se “divergia” dos demais. A importância da educação é ressaltada por Riobaldo no diálogo com o forasteiro. Riobaldo é um jagunço letrado, e a experiência da escola no Curralinho lhe possibilitou apreciar bons livros e, posteriormente, a dar conselhos.

No romance, além dos elementos tributários do processo de modernização no Grande Sertão, a relação que Riobaldo estabelece com seus pares e com estes elementos diz da socialização, que também é constitutiva deste processo. Alguns personagens são emblemáticos e atravessam a narrativa com uma fundamental importância na compreensão da modernização e socialização no Grande Sertão.

Zé Bebelo, na narrativa, é um personagem emblemático da modernização e de grande relevância nas travessias riobaldianas. É um grande fazendeiro, com posses de terras e inclinação para a política, um personagem primoroso para compreender o processo de modernização no grande sertão. Representa, também, um autoritarismo paternalista e se encontra num estágio civilizatório superior aos demais líderes de jagunços. Ele é fazendeiro, mas quer ser político. É adepto da nova forma de constituição do homem que desbrava o sertão para o extermínio da jagunçada, pois, naquele contexto de mudança, ser jagunço era um atraso. A relação que Riobaldo estabelece com Zé Bebelo é narrada pelas constantes travessias e passagens pelas veredas:

Porque eu estava sabendo que todos já aventavam aquela toleima, por detrás deles até antecipavam alcunha: “o *Deputado*”... O mundo é assim. Mas, mesmo desse jeito, o pessoal todo não regatava a ele a maior dedicação de respeito. Por via se dua macheza. Ah, Zé Bebelo era o do duro – sete punhais de sete aços, trouxados numa bainha só! (ROSA, 2001, p. 176).

Zé Bebelo queria saber mais e mais: “Aquele homem me exercitou tonto, eh, ô, me fino fiz. [...] O que ele queria era botar na cabeça, duma vez, o que os livros dão e não” (ROSA, 2001, p. 172). A condição de jagunço era contrária ao progresso e, na narrativa, o narrador rompe com Zé Bebelo por não estar de acordo com o extermínio dos jagunços para a ascensão do fazendeiro na política: “Fugi. De repente, eu vi que não podia mais, me governou um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo: de se ir, com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante brutalidade” (ROSA, 2001, p. 183). Seja por tino ou destino, Riobaldo se alia à jagunçagem quando “abandona” Zé Bebelo. O rompimento com Zé Bebelo projeta Riobaldo na sua mais extensa travessia. De menino bastardo ele passa a Riobaldo professor e agora encena o que no grupo da jagunçada será o Riobaldo “Tatarana”.

Outro fato relevante na narrativa, que elucida pensar a modernização no sertão adentro é o julgamento de Zé Bebelo, uma vez que o fato revela um personagem dotado de astúcia e com inclinação para algo inédito no contexto da jagunçada: a entrada política. Encena-se, na narrativa, uma evidente conciliação entre o moderno e o arcaico, pois Zé Bebelo é representante do desenvolvimento, de novas ideias, e consegue, em julgamento, ser absolvido pela jagunçada. A dramatização do julgamento perpassa dezenas de páginas da narrativa e permite que os vários personagens se posicionem diante de algo que é novo: ser ouvido e não ser imediatamente executado, como previa a lei do sertão. Riobaldo, então, narra:

Diadorim estava triste, na voz. Eu também estive. Por quê? – há-de o senhor querer saber. Por causa de Zé Bebelo ter ido embora; e aquilo era motivo? Depois de Paracatú, é o mundo... Zé Bebelo ido, sei lá bem porque, tirava meu poder de pensar com a ideia em ordem, e eu sentia minha dor de barriga demais cheia, demais de tantas comidas e bebidas. Só o que me consolava era ter havido aquele julgamento, com a vida e fama de Zé Bebelo autorizadas. O julgamento? Digo: aquilo para mim foi coisa séria de importante. Por isso mesmo é que fiz questão de relatar tudo ao senhor, com tanta despesa de tempo e miúcias de palavras. – “O que nem foi julgamento legítimo nenhum: uma extração estúrdia e destrambelhada, doidera acontecida sem senso, neste meio do sertão...” – O senhor dirá. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah mas, no centro do sertão, o que é doidera às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo! (ROSA, 2001, p. 361-362).

Riobaldo é, ao mesmo tempo, sujeito singular e universal: singular no sentido de que ele é único, solitário, em busca de conhecer a si mesmo, permeado de medos; universal porque representa a condição humana – os grandes questionamentos humanos que se dão na

dimensão metafísica, e também porque o sertão de Riobaldo é o mundo, e o “jagunço é o mundo” (ROSA, 2001, p. 393). A relação entre Riobaldo e Reinaldo/ Diadorim também tece o pano de fundo da narrativa e é constitutiva do processo de modernização no Brasil, porque situa o lugar da dúvida:

Reinaldo, Diadorim, me dizendo que este era o real nome dele. – foi como dissesse notícia do que em terras longes se passava. Era um nome, ver o que. Que é que é um nome? Nome não dá: nome recebe. Da razão desse encoberto, nem resumi curiosidades (ROSA, 2001, p. 208).

Trata-se de uma mulher marcada pela coragem, pela valentia, com poder de guerrilha, que desbrava o sertão e mostra que Riobaldo carece de coragem. É uma mulher transvestida de homem, na condição de jagunço. A personagem revela uma das grandes especificidades da obra de Guimarães Rosa, que é a ambiguidade: O que era para ser mulher é homem. O que era para ser errado, depois é o certo. Aquilo que era intransponível, agora é transponível (travessia do Liso do Sussuarão). Essas indagações são desdobramentos modernos e causam grandes questionamentos que atormentam o narrador. A partir da relação que Riobaldo estabelece com Reinaldo/Diadorim torna-se possível pensar se o diabo existe e se ele próprio é um pactário. A travessia de Riobaldo professor para Riobaldo Tatarana e, posteriormente, para Urutú-Branco revela a experiência com o grupo da jagunçada, desbravando o sertão ao lado de Reinaldo/Diadorim. O grupo dos jagunços mostra o sertão na sua profundidade: “Jagunço é o sertão” (ROSA, 2001, p. 30). Riobaldo, na narrativa, desvela a importância de cada personagem e suas atribuições dentro do grupo. A experiência no grupo da jagunçada situa o narrador diante das desigualdades e contradições que o avanço do progresso instaura, na medida em que, ao adentrar o sertão, situa o jagunço na condição de atraso diante da luta contra o Estado forte e armado. Não há mais espaço para o homem diante da luta montado em seu cavalo, ocasionando o deslocamento das relações do grupo para uma forma de existência mais individualizada.

A relação de Riobaldo com Reinaldo/Diadorim talvez pudesse também ser inscrita num vasto processo de transformação das significações culturais. É a mais intensa relação de Riobaldo no desenvolver da narrativa. Começa com o encontro dos meninos no rio São Francisco, ambos ainda na meninice, cuja ação já revela alguns aspectos do moderno e da vida na cidade, como, por exemplo, o comércio, a venda de alimentos e as relações de trabalho. É uma passagem na obra de fundamental importância porque implica pensar o movimento das águas do São Francisco como rito de passagem para os dois personagens. O

passaio na canoa já instaura o que Reinaldo/Diadorim toma como emblema: “A gente carece de ter coragem!” (ROSA, 2001, p. 147)

A narrativa desvela, a partir do encontro no rio São Francisco, a passagem da meninice para a juventude e, a partir daí, Riobaldo vai morar com o padrinho, iniciando-se na vida da jagunçada, primeiramente como observador e “porta-voz”, para posteriormente realizar sua primeira grande travessia: de pobre menino do destino para Riobaldo professor. Reinaldo/Diadorim é definido por Riobaldo como uma “neblina”, como algo intocável e admirável. É pela mediação de Reinaldo/Diadorim que Riobaldo atravessa as veredas da sua existência e coloca em questão um grande enigma na narrativa: se de fato Riobaldo é pactário ou não, o que possibilita pensar na existência de Deus ou do diabo.

O sentimento e a reciprocidade da relação entre os dois jagunços são centrais na narrativa. Isso implica pensar a modernização enquanto fator relevante de constituição do indivíduo, porque o grande conflito de Riobaldo enquanto sujeito era querer um igual, e isso ele não podia. O conflito se estabelecia no tecido social. A relação é também marcada pela ambiguidade, e Reinaldo/Diadorim se revela na narrativa como uma mulher transfigurada de jagunço; o que era proibido, na verdade, não era revelado. Riobaldo coloca em questão este querer. São passagens na narrativa de grande profundidade e beleza, que Riobaldo narra com riqueza de detalhes:

Diadorim, duro sério, tão bonito, no relume das brasas. Quase que a gente não abria boca; mas era um delém que me tirava para ele – o irremediável extenso da vida. Por mim, não sei que tontura de vexame, com ele calado eu a ele obedecendo quieto. Quase que sem menos era assim: a gente chegava num lugar, ele falava para eu sentar; eu sentava. Não gosto de ficar em pé. Então, depois, ele vinha sentava, sua vez. Sempre mediante mais longe. Eu não tinha coragem de mudar para mais perto. Só de mim era que Diadorim às vezes parecia ter espevito de desconfiança; de mim, que era amigo! Mas, essa ocasião, ele estava ali, mais vindo, a meia-mão de mim. E eu – mal de não me consentir em nenhum afirmar das docemente coisas que são feias – eu esquecia de tudo, num espairecer de contentamento, deixava pensar. Mas sucedia uma duvidação, ranço de desgosto: eu versava aquilo em redondos e quadrados. Só que coração meu podia mais. O corpo não traslada, mas muito sabe, adivinha e não entende. Perto de muita água, tudo é feliz (ROSA, 2001, p. 55-56).

Nesse sentido, o grande sertão é a expressão do processo de modernização no Brasil, mostrando uma nova visão de mundo que confere ao indivíduo novos processos de constituição/individualização, mediados pelas relações de trabalho e pela propriedade privada. Estas relações se intensificam na medida em que o sertão se desloca para adiante por

intermédio da entrada do Estado e do pleno uso da lei, da escola, da disputa territorial e política da ideia de progresso e nação. O processo de modernização se caracteriza por uma nova organização social com desdobramento para o desenvolvimento do capitalismo.

Riobaldo ao mesmo tempo que é um sujeito singular, também representa a universalidade do existir humano. Apresentamos alguns elementos que na narrativa são emblemas do processo de modernização e socialização: a entrada do Estado pelo uso da lei, as cidades, a família, a escola. Neste movimento de pensar estes processos faz-se importante retornar para a questão de Riobaldo enquanto um sujeito particular e universal. A relação do protagonista com seus pares é muito pontual e formativa no romance. Neste sentido, o caminho pelas instâncias de sociabilidade em *Grande Sertão: Veredas* é a possibilidade de compreensão dos processos educativos que constituíram Riobaldo na sua singularidade e universalidade. É a família, a religião, o grupo dos jagunços e a escola que possibilitam as veredas da formação.

## 2 O HOMEM DOS AVESSOS OU INSTÂNCIAS CONSTITUTIVAS DE SOCIABILIDADE EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

*[...] sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que poder do lugar. Viver é muito perigoso [...].*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

As instâncias de sociabilidade em *Grande Sertão: Veredas* mostram a singularidade de Riobaldo que, enquanto sujeito que expressa a universalidade da condição humana, possibilita compreender o grande sertão na sua dimensão formativa, a partir da relação indivíduo e sociedade. Nesta perspectiva, Resende (2007) aponta para a relação do indivíduo consigo, com o outro, com a realidade objetiva e com os processos que o constituem enquanto indivíduo singular em sua relação com a sociedade e com o mundo que o cerca. A relação indivíduo e sociedade não representa uma realidade distinta, mas um processo único no qual o indivíduo se forma a partir da subjetivação e da internalização da objetividade social; a sociedade se constitui como expressão objetiva dessa subjetividade.

A relação indivíduo e sociedade e as análises das categorias constitutivas tornam-se imprescindíveis para compreender os processos educativos que formaram Riobaldo, pois, de acordo com Resende (2007):

[o]s indivíduos se constituem na sua relação com a natureza, na sua relação com os outros indivíduos, via processo de trabalho. A constituição do indivíduo e da sociedade se referem a um único e mesmo processo que se dinamiza a partir de condições históricas concretas. Dessa forma, a partir dessas coordenadas, pode-se afirmar que, em primeiro lugar, o indivíduo e a sociedade não se constituem como realidades distintas. Ao contrário, constroem-se no mesmo processo: o indivíduo se constituiu enquanto subjetivação e internalização da objetividade social e a sociedade se constitui enquanto muitas e diferentes expressões objetivas dessa subjetividade. Em segundo lugar, a conversão do homem de ente da natureza em ente histórico, de ser genérico em ser social, se dá pela apropriação que ele faz da natureza para satisfazer as suas necessidades e a dos outros indivíduos, sempre pela mediação do trabalho. O trabalho é, assim, a categoria fundamental na análise da relação entre indivíduo e sociedade. É a análise do processo de trabalho que permite compreender a concreticidade da relação entre indivíduo e sociedade (RESENDE, 2007, p. 43).

É na relação com o outro que Riobaldo se institui enquanto sujeito e configura um tipo social, o jagunço, com traços urbanos e modernos. O outro representa cada encruzilhada do labirinto que é o grande ser-tão. A mediação e a relação com o outro possibilitam a Riobaldo vivenciar, questionar e expressar inquietudes que não são conhecidas no plano imediato, mas

que perpassam toda a existência de quem muito viveu, lutou e aprendeu, configurando as especulações e afirmativas riobaldianas: “Deus existe quando não há, mas o diabo não precisa de existir para haver” (ROSA, 2001, p. 49). Nesta perspectiva, Resende (2007) afirma que:

O indivíduo é o ser social, um ser em relação com outros indivíduos, e somente nessa relação se constitui, se faz homem e se humaniza. A humanização não é, portanto, um processo natural, mas um processo histórico. O homem se constitui homem no processo pelo qual se apropria da natureza, da realidade mediada por outros homens, para dominá-la e transformá-la, satisfazendo suas necessidades e produzindo os meios de subsistência para si e para os outros homens. Nesse processo, destacam-se os elementos constitutivos da sociabilidade humana: a relação do indivíduo com a natureza já feita social e a relação do indivíduo com outros indivíduos. Essas dimensões são inseparáveis e se referem a uma única dinâmica, conforme a discussão da sociabilidade humana em Marx (RESENDE, 2007, p. 34).

A relação de Riobaldo é mediada pelo outro, no que diz respeito ao seu processo de constituição e individualização. É a relação que Riobaldo estabelece com seus pares que o constitui enquanto sujeito singular e universal. De acordo com Resende (2007), a relação indivíduo e sociedade não é tranquila, nem linear, mas transpassada de tensão, conflitos e antagonismos em relação ao subjetivo e ao objetivo, à vida individual e à vida coletiva. Isso pode implicar um movimento constante de criação e recriação da vida individual e da vida coletiva, o que faz da relação indivíduo-sociedade um processo único e complexo. Ao adentrar o grande sertão, as dicotomias e as contradições tornam-se constitutivas de Riobaldo. O narrador é um herói solitário, um jagunço com traços urbanos que anuncia o que é moderno, sendo, portanto, produto das condições materiais. Resende (2007), para desenvolver a relação indivíduo e sociedade, dialoga com Marx, em *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1984):

Deve-se evitar fazer de novo da ‘sociedade’ uma abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua exteriorização vital [ainda que não apareça na forma de uma exteriorização vital comunitária, cumprida em união com outros] é assim uma exteriorização e afirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são *distintas*, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais geral da vida genérica, ou seja, a vida genérica é uma vida mais individual mais *particular* ou *geral* (MARX, 1984, p. 146 *apud* RESENDE, 2007, p. 33).

O “homem humano” se humaniza na história, na relação com o outro, em um processo permanente de criação e recriação das relações dos indivíduos com a natureza e com outros

indivíduos. Isso ocorre em prol da satisfação das necessidades existentes e das novas necessidades “materiais” e “espirituais” criadas pelo homem nas relações que estabelece via processo de humanização. É verdade também que o homem se forma na relação com o trabalho. Para Marx, trabalho é a categoria fundante da constituição do sujeito e deve ser compreendido como toda atividade humana que implica atuação do homem sobre a natureza, no sentido de que ele tanto a modifica quanto é modificado por ela: “é no processo de trabalho que o homem se constrói e se constitui enquanto ser coletivo e individual” (RESENDE, 2007, p. 37).

O homem se humaniza na história, na relação com o outro, em um processo permanente de criação e recriação das relações dos indivíduos com a natureza e com outros indivíduos. Tudo isso em prol da satisfação das necessidades existentes e das novas necessidades “materiais” e “espirituais” criadas pelo homem nas relações que estabelece via processo de humanização.

## 2.1 Riobaldo, o narrador: indivíduo e individualização

*O senhor saiba: eu toda a minha ida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo...*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

O *Grande Sertão: Veredas* reporta à universalidade da condição humana, dos grandes questionamentos e problemas que atormentam o homem e dizem respeito à sua condição determinante de “homem humano”, ao intuível e ao conhecível. É, neste sentido, uma obra de grande autonomia, marcada pelo paradoxo e pela ambiguidade, um romance metafísico<sup>9</sup> (CANDIDO, 2011), em que a narrativa é construída a partir do diálogo do narrador com um forasteiro, trazendo a grande marca da obra de Guimarães Rosa, que é o jeito de contar. Nela se revela um narrador, que é o próprio autor de *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo, que é o “homem humano”.

Riobaldo é o protagonista da narrativa, construtor de uma história contada a partir da experiência<sup>10</sup>, em primeira pessoa do discurso, na qual vai tecendo a sua trajetória, narrando-a

<sup>9</sup> Romance metafísico é o termo utilizado por Antônio Candido na coletânea *Depoimentos sobre João Guimarães Rosa e sua obra*, com a participação de críticos literários como Antônio Callado, Décio Pignatari e Haroldo Campos, pela editora Nova Fronteira, 2011.

<sup>10</sup> Experiência é um conceito elaborado por Walter Benjamin e diz de formação. Ver o texto *Experiência e pobreza* (1933/1994).

na condição de ex-jagunço e fazendeiro, reportando-se ao forasteiro e interlocutor para narrar os fatos e acontecimentos que o constituíram como sujeito. Isso ocorre em meio a um diálogo repleto de contradições e indagações que são próprias da condição humana, uma construção em torno dos problemas que atormentam o homem: saber se Deus e o diabo existem.

Riobaldo narra a partir da experiência. A experiência se consolida enquanto um conceito desenvolvido por Walter Benjamin,<sup>11</sup> que também justifica a constituição do homem num momento histórico, capaz de revelar a contradição do humano na constituição do indivíduo moderno. Riobaldo é um indivíduo solitário e, portanto, reporta-se a Benjamin (1994) para situar a narrativa de Riobaldo, pautada no conceito de experiência. O breve e denso ensaio de Benjamin *Experiência e pobreza* (1994) inicia-se com o ensinamento de uma parábola presente naquele período nos livros de leitura. A parábola conta a história de um pai que, no momento próximo à sua morte, revela aos filhos a existência de um tesouro enterrado em suas plantações. Na tentativa de encontrar algum tesouro na materialidade do ouro, os filhos cavam, mas não encontram qualquer vestígio de ouro. “Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai havia lhes transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho” (BENJAMIM, 1994, p. 114).

Benjamin (1994) afirma que, através das narrativas de provérbios e parábolas, os mais velhos transmitiam aos mais jovens as suas experiências, passadas de pais para filhos, configurando-se, assim, a figura do narrador. À medida que as experiências são apropriadas na relação de troca com outro, de maneira transgeracional, a história se perpetua por meio da oralidade, explicando os motivos da pobreza em experiências comunicáveis. O filósofo menciona a primeira guerra mundial (1914-1918) como umas das mais terríveis experiências da história, em que o mundo se viu diante de forças destrutivas que o deixaram emudecido. “Porque nunca houve experiências tão radicalmente desmoralizadas que a estratégia da guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome e a experiência moral pelos governantes”, até os livros publicados nos anos subsequentes à guerra, não continham nada de experiência a ser transmitida pela oralidade, uma vez que só continham assuntos de guerra (BENJAMIM, 1994, p.115).

---

<sup>11</sup> “Walter Benjamin (Berlim, 15 de julho de 1892 — Port-Bou, 27 de setembro de 1940) foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica. Entre as suas obras mais conhecidas, contam-se *A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica* (1936), *Teses Sobre o Conceito de História* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, Capital do século XIX*, enquanto *A Tarefa do Tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Walter\\_Benjamin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Benjamin). Acesso em: 9 jul. 2019.

Para Benjamin (1994), o esquecimento do passado é um grande componente para o afinamento da experiência em consonância com o desenvolvimento da técnica, pois se sobrepõe ao homem, configurando uma nova forma de miséria. É uma pobreza de experiência da humanidade e uma nova forma de barbárie, sendo esta que impede o homem de começar de novo e ir para frente.

Pobreza de experiência significa pensar que o homem não almeja novas experiências e que, na modernidade, o indivíduo está empobrecido de experiência. Neste sentido, Benjamin finaliza o ensaio “Experiência e pobreza” com a seguinte afirmativa:

Podemos agora tomar distância para avaliar o conjunto. Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”. A crise econômica está diante da porta, atrás dela uma sombra, a próxima guerra. A tenacidade é hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe Deus não são mais humanos que os outros precisam instalar-se, de novo e com poucos meios. São solidários dos homens que fizerem do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia. Em seus edifícios, quadros e narrativas a humanidade se prepara, se necessário para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, possa o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa, que um dia talvez retribua com juros e com os juros dos juros (BENJAMIN, 1994, p. 119).

A experiência é o verdadeiro contato com o objeto. Riobaldo, na relação com seu interlocutor, lhe confere uma especificidade de ouvinte: o narrador detém a fala, mas sempre que necessário se volta ao forasteiro, que possui “suma doutoração” para se afirmar e seguir adiante. Riobaldo, ao narrar pautado na experiência, entra em contato direto com o ser-tão, e sai do lugar comum, adentrando veredas que podem ser traduzidas em travessias.

A narrativa utiliza o estilo oral e a dramaticidade direta, e Riobaldo pode esmiuçar com muita riqueza e autenticidade as suas lembranças mais secretas e individuais, remetendo-se ao mais fundo da sua condição universal. Como quem muito mais pergunta do que responde, o personagem se refere a um labirinto de episódios aparentemente desconexos que, conforme sua narrativa se desenrola, no tecer dos fios e dos fatos que se vão encruzilhando, colocam em suas mãos “o brinquedo do mundo”.

A mediação e a relação com o outro, no presente ou no pretérito, possibilitam a Riobaldo vivenciar, questionar e a expressar inquietudes que não se dão a conhecer no plano imediato, na realidade empírica, mas que perpassam toda a existência de quem muito viveu,

lutou e aprendeu, configurando as especulações e afirmativas Riobaldianas: “É e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não o é [...]” (ROSA, 2001, p. 34).

O narrador de *Grande Sertão: Veredas* articula com fidelidade, narrando a partir da experiência, do já vivido, submisso ao destino; é um indivíduo com valores do sertão e enquadra-se naquilo que Walter Benjamin (1994, p. 215) afirma como sendo um grande narrador: “Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada”. O mundo de Riobaldo é o sertão. O sertão é o mundo. O mundo rural, a terra, o homem e a luta estão no mesmo plano, não configurando uma relação causal, mas uma extrema ambiguidade, em que “[...] sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso [...]” (ROSA, 2001, p. 51).

Ainda segundo Benjamin (1994, p. 198), “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”. Nesta perspectiva, as melhores narrativas escritas são aquelas que se aproximam das verdadeiras histórias orais, contadas pelos narradores anônimos. O que é comum neste discurso é sua vinculação com alguém que tem muito a dizer. A arte de narrar pode ser interpretada por dois grupos de narradores: o marinheiro comerciante e o camponês sedentário:

A figura do narrador só se torna plenamente tangível se termos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito a contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores (BENJAMIN, 1994, p.198-199).

Não se trata de classificar entre as duas famílias de narradores qual seria o narrador ideal para Benjamin (1994), ao contrário, o autor os coloca para trabalhar na mesma oficina, pois a riqueza do narrador está no diálogo entre o saber das terras distantes e o saber do passado. É por este caminho que Benjamin (1994) dialoga com Leskov<sup>12</sup> e o considera como um escritor fiel à verdade. Leskov pertencia à Igreja Ortodoxa grega e tinha interesses religiosos, trabalhou como agente russo em uma firma inglesa e, a cargo do trabalho, viajou pela Rússia, o que ampliou sua experiência de mundo com os seus conhecimentos sobre as

---

<sup>12</sup> Walter Benjamin (1994) no texto: *O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* discute conceito de narrador, tomando como emblema as obras de Leskov.

condições dos russos. Conheceu também as seitas rurais, deixou traços nas narrativas da sua não concordância com a burocracia ortodoxa e começou a escrever tardiamente, aos 29 anos, logo após suas viagens comerciais (BENJAMIN, 1994).

A natureza da verdadeira narrativa é permeada por um senso prático, capaz de dar conselhos e transmitir informações. BENJAMIN (1994, p.199) esclarece que Gotthelf dá conselhos de agronomia a seus camponeses. Nodier se preocupa com os perigos da iluminação a gás e Hebel transmite informações científicas a seus leitores (*Caixa de tesouros*). Deste modo, o autor desenvolve a afirmativa a respeito da dimensão utilitária da narrativa:

Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa forma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas se “dar conselhos” parece hoje antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. (BENJAMIN, 1994, p. 200).

Para aconselhar é preciso saber narrar a história, e o homem é receptivo ao conselho, na medida em que ele expõe a sua situação. Riobaldo é um indivíduo que sabe dar conselhos: “Eu gosto muito de moral. Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar o justo” (ROSA, 2001, p. 37).

A sabedoria é conselho tecido na experiência, e a arte de narrar está se definindo justamente porque a sabedoria está em extinção. Para Benjamin (1994), a evolução secular das forças produtivas expulsa a narrativa da esfera do discurso vivo, mas ao mesmo tempo dá uma nova beleza que culmina na morte da narrativa: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Por meio da narrativa há a liberdade da interpretação, e a informação está a serviço do declínio da arte da narrativa, que é uma forma artesanal de comunicação. Segundo Benjamin (1994), para Leskov a narrativa é um ofício manual e conserva suas forças no tempo, capaz de suscitar, além do tempo, a reflexão e o espanto: “assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p. 205). Ainda com

Benjamin (1994), a história se gravará mais facilmente na memória do ouvinte quando o narrador renunciar às sutilezas psicológicas<sup>13</sup>.

O interesse em conservar o que foi narrado explica a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador. O narrador provém da imagem espiritual do mundo repleto de artífices, que, segundo Benjamin (1994), Paul Valéry descreve com muita competência. A ideia de eternidade encontrou na morte sua fonte mais rica, porém, com o desenvolvimento da sociedade burguesa, a morte foi perdendo sua consciência coletiva, os homens evitam o espetáculo da morte e perde-se, assim, a autoridade da narrativa.

O narrador é constituído na cadeia da tradição, na transmissão dos acontecimentos de geração em geração. Como se trata de reminiscências, pode haver, nos narradores, uma Scherazade, que encontra uma história nova em cada passagem da história narrada. Para afinar o diálogo entre a narrativa e o romance, Benjamin (1994, p. 207) explica que “o sentido da vida” está inclinado para o romance, e “a moral da história” está inclinada para a narrativa. Desta forma, “quem escuta uma história está na companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia. Mas o leitor de um romance é um leitor solitário” (BENJAMIN, 1994, p. 213).

Riobaldo, enquanto um grande narrador, aproxima-se do misticismo na medida em que desce na hierarquia das criaturas e mergulha na natureza inanimada, transitando pelas indagações entre o bem e o mal. Quanto a isso, Benjamin (1994, p. 215) afirma: “Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada”. A relação do narrador com a sua matéria – a própria vida humana – é uma relação artesanal, que pode ser profundamente enriquecida pela experiência. Desta forma, o autor acrescenta:

Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la

---

<sup>13</sup> Benjamin retoma a história de Heródoto, no capítulo XIV do terceiro livro de suas *Histórias*. Seu tema é Psammenit. Quando o rei egípcio Psammenit foi derrotado e reduzido ao cativo pelo rei persa Cambises, este resolveu humilhar seu cativo. Deu ordens para que Psammenit fosse posto na rua em que passaria o cortejo triunfal dos persas. Organizou este cortejo de modo que o prisioneiro pudesse ver sua filha degredada à condição de criada, indo ao poço com um jarro para buscar água. Enquanto todos os egípcios se lamentavam com esse espetáculo, Psammenit ficou silencioso e imóvel, com os olhos no chão; e, quando, logo em seguida, viu seu filho caminhando no cortejo para ser executado, ficou imóvel. Mas, quando viu um dos seus servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou os sinais do mais profundo desespero (BENJAMIN, 1934, p. 203-204).

*inteira*. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. Daí a atmosfera incomparável que circunda o narrador, em Leskov como em Hauff, em Poe como em Stenvenson. O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo (BENJAMIN, 1994, p. 221).

Riobaldo é um narrador capaz de explicar e de dar sentido aos questionamentos próprios da condição humana ao longo da construção da narrativa, pois o lugar de onde o narrador fala revela um todo que é coletivo e universal. Ele se apresenta na narrativa como o narrador elaborado por Walter Benjamin e narra a partir da experiência, do já vivido.

Submisso ao destino, é um indivíduo com valores do sertão. A narrativa se configura como romance de formação, por revelar a trajetória de Riobaldo frente às disputas pela terra e pelo poder em meio aos jagunços, num lugar sem lei, onde vence o mais forte. Ele narra a partir do fato vivenciado, experimentado, podendo ser, assim, formativo. É o que afirma Mazzari (2008):

Quanto a Riobaldo, suas andanças e vivências em meio à grande guerra jagunça encenada por Guimarães Rosa – em especial a relação com Diadorim e o confronto com a forma diabólica do mal encarnada em Hermógenes – perfazem uma trajetória que envolve igualmente princípios e fundamentos da tradição do romance de formação e desenvolvimento. Ao contrário de *Simplicissimus*, contudo, Riobaldo passa por uma experiência que se converte na questão crucial de sua existência e que, de resto, excluiria radicalmente a alternativa de todo processo paulatino de aperfeiçoamento individual, de amadurecimento e aprendizagem. Essa experiência, a que Grimmshausen apenas alude em seu romance, está relacionada ao antigo motivo literário do pacto demoníaco. Impõe-se assim que, encerrada essa incursão pela Guerra dos Trinta Anos guiada pela imagem do mal que toma forma na figura de Olivier, a atenção se volte, ainda em chave comparativa, à configuração de tal motivo no *Grande sertão* e, em seguida, à oscilação do herói entre a tradição fáustica e o caminho da formação e do desenvolvimento (MAZARI, 2008, p. 15).

O romance de formação, de acordo com Walter Benjamin (1994), anuncia a profunda perplexidade de quem a vive e, de forma latente, possui uma dimensão utilitária, que pode consistir em um ensinamento moral, considerando que de fato o narrador é um homem que sabe dar conselhos: “Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1994, p. 200). O lado épico da verdade legitima Riobaldo enquanto um narrador, no sentido benjaminiano, e de *Grande Sertão: Veredas* como um romance de formação, “pois, ao integrar o processo da vida de uma pessoa, ele justifica de modo extremamente frágil as leis que determinam tal processo” (BENJAMIN, 1994, p. 202). Neste contexto, o romance de formação é a

insuficiência da legitimação dessas leis, que determinam o processo de integração social, que, por sua vez, está na base da ação.

Riobaldo se estabelece enquanto um herói solitário e expressão da condição da universalidade humana. É um jagunço com traços urbanos que recebe e carrega as marcas das instâncias educativas, sendo elas a família, a religião, a escola e o grupo dos jagunços. Diante da constituição das instâncias educativas, a partir da narração de Riobaldo é evidenciada uma relevante importância aos personagens na trajetória Riobaldiana: cada qual, com perspectivas de formação específica, implica seu processo de formação e aperfeiçoamento: Diadorim, Joca Ramiro, Padrinho Selorico Mendes, Mestre Lucas, Zé Bebelo, Compadre Quelemém, Hermógenes, Ricardão e Medeiro Vaz, entre outros. A questão da identidade é valorativa para Guimarães Rosa, e Riobaldo se refere a cada um pelo nome, que carrega um sentido e um significado, reconhecendo-se a importância de cada um em sua trajetória.

Riobaldo representa a ordem do existir humano, porque ele também revela o homem na sua particularidade. No contexto desvelado na narrativa, Riobaldo é sujeito sozinho, tributário do processo de desigualdade e atraso que configura o ser-tão. Naquilo que coloca o homem, a terra e a luta no mesmo plano. A luta possibilita que a experiência de Riobaldo se universalize, no sentido que nos colocamos enquanto jagunços.

## 2.2 O indivíduo e os outros

*- A pois, isto... Homem, sei? Como já vivi tanto, grossamente, que desgastei a capacidade de querer me entender em coisa nenhuma... Ele disse, disse bem. Mas eu entiquei: - Não podendo entender a razão da vida, é so assim que se pode ser vero bom jagunço.*

Alaripe e Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

É certo que o indivíduo se constitui na relação com o outro, em sociedade. Neste sentido, Riobaldo realiza as mais demasiadas travessias e se instala num processo permeado de tensões, mediado pelas relações que estabelece com os mais variados “homens humanos”, personagens na narrativa. Essas relações são ressaltadas pelo narrador com a mais devida importância. Riobaldo, ao narrar sua trajetória, a sistematiza, considerando a contribuição do outro na sua existência e constituição.

Diadorim é uma neblina, é o imaginável. Riobaldo está sempre a questionar se o seu destino não é coisa do diabo, pelo fato do não saber. A relação de Riobaldo e Diadorim é

marcada por um mistério a ser revelado ao leitor, mas, a princípio, ao próprio Riobaldo, que vivencia um conflito interno que o coloca na condição de pactário, na tentativa de explicar o seu sentimento por Reinaldo/Diadorim. Particularmente, Riobaldo poderia se referir a Reinaldo por Diadorim: “Pois então: meu nome: verdadeiro, é *Diadorim*... Guarda este meu segredo. Sempre, quando sozinho a gente estiver, é de Diadorim que você deve me chamar, digo e peço, Riobaldo...” (ROSA, 2001, p. 207). Esse é um dos grandes desfechos da grande obra: o tormento de Riobaldo na sua relação com Diadorim, uma mulher transvestida da condição de jagunço e filha de Joca Ramiro.

A profunda relação de Riobaldo com Diadorim é que permite ao herói solitário realizar as suas demasiadas travessias. No início da narrativa, os dois meninos atravessam o rio, e aquela ocasião é relevante para ambos. Quando se reencontram, já na condição de jagunços, a relação de “amizade” e lealdade revela uma reciprocidade. Os sentimentos mais profundos por Reinaldo/Diadorim atormentam Riobaldo, o que implica compreender essa relação como algo maligno: como, naquele contexto, poderiam dois jagunços de notória “masculinidade” estarem envolvidos por “desejos” e “pensamentos” que não eram permitidos pelo grupo social? A relação afetiva entre o herói solitário, Riobaldo, e a “semideusa” Diadorim perpassa por toda a narrativa; é uma relação de confiança e extrema cumplicidade.

Joca Ramiro é uma espécie de deus na narrativa. Muito se fala dele, mas ele aparece poucas vezes na narrativa como imagem real, representando a soberania, o poder. É detentor de muito respeito pela jagunçada, em especial por Diadorim: “Riobaldo, tu vai ver como ele é!” (ROSA, 2001, p. 200). Diadorim tinha brilhos nos olhos feito criança quando se referia a Joca Ramiro, que, na verdade, é seu pai. “E Joca Ramiro. A figura dele. Era ele, num cavalo branco, cavalo que me olha de todos os altos. Numa sela bordada de Jequié, em labores de preto-e-branco” (ROSA, 2001, p. 318). Joca Ramiro representa os grandes latifundiários que desbravam o sertão para permanência e aumento de propriedades e jagunçada.

A relação de Riobaldo com o padrinho Selorico afina após a morte de sua mãe. Ele, ainda menino, é enviado à fazenda do padrinho, na qual recebe cuidados necessários na condição de afilhado. Riobaldo não sabia ler, e o padrinho o direciona a estudar no Curralinho, lugar perto da Fazenda São Gregório, custeando todas as despesas e regalias do menino durante a estadia na casa do Nhô Marôto.

Lá eu não carecia de trabalhar, de forma nenhuma, porque padrinho Selorico Mendes acertava com Nhô Marôto de pagar todo fim de ano o assentamento da tença e impêndio, até botina e roupa que eu precisasse. Eu comia muito, a

despesa não era pequena, e sempre gostei do bom e do melhor (ROSA, 2001, p. 156).

Com o passar do tempo, identificam-se semelhanças com o padrinho que, na verdade, é seu pai biológico. Essa descoberta atravessa a trajetória de Riobaldo, instituindo o não lugar da família.

Mestre Lucas é professor na escola do Curralinho e representa o saber formalizado, tornando-se o fio condutor entre Riobaldo e Zé Bebelo, já que o indica como substituto para atender as exigências de professor do grande “fazendeiro político”. Mestre Lucas também é emblema do processo de modernização que adentra o sertão. A escola se apresenta como uma construção moderna e constitutiva de sociabilidade. No momento em que Riobaldo descobre sua real identidade – de afilhado de seu padrinho Selorico Mendes a filho do proprietário da Fazenda São Gregório –, ele não consegue lidar com a questão da sua identidade e foge. É na casa de Mestre Lucas e por sua orientação que Riobaldo se instala nas dependências de Zé Bebelo com a finalidade de ser professor. De filho bastardo, Riobaldo realiza a travessia para Riobaldo professor. E é neste sentido, enquanto objeto de análise desta dissertação, a travessia mais relevante para o narrador.

Zé Bebelo é um personagem que expressa a contradição do processo de modernização. É um grande fazendeiro com inclinação para a política. Confere a Riobaldo a referência de professor no momento em que se faz necessário o acompanhamento de alguém letrado para melhor capacitar o grande fazendeiro político. O grande objetivo de Zé Bebelo é ascender na política à custa do extermínio da jagunçada. Esse querer propicia a Riobaldo mais uma travessia: de Riobaldo professor para Riobaldo Tatarana, já no grupo dos jagunços.

O personagem Compadre Quelemém representa a sabedoria, o equilíbrio, sempre disposto a dar o conselho, sendo um grande influenciador do protagonista. Os ensinamentos são pautados na doutrina de “Cardeque”: “Compadre meu Quelemém nunca fala vazio, não substrata. Só que isto a ele não vou expor. A gente nunca deve de declarar que aceita o inteiro do alheio – essa é que é a regra do rei!” (ROSA, 2001, p. 48).

Hermógenes expressa para Riobaldo mal encarnado no homem, e é a sede de vingança que marca a trajetória de Riobaldo com Hermógenes, mas que inicialmente não pertence a Riobaldo; ela ganha vida a partir dos sentidos que Diadorim lhe atribui e Riobaldo incorpora, pois, na narrativa, Hermógenes e Ricardão são os jagunços inimigos que matam Joca Ramiro. Hermógenes representa a maldade de tal forma que Riobaldo o assemelha ao diabo.

Ricardão é jagunço e aliado de Hermógenes. Fazendeiro, proprietário de terras e gado e compadre de Joca Ramiro. O primeiro encontro com o narrador, “Um, se chamava Ricardão: corpulento e quieto, com um modo simpático de sorriso; compunha o ar de um fazendeiro abastado” (ROSA, 2001, p. 160). Na obra, Ricardão está sempre ao lado de Hermógenes, logo, torna-se também alvo de extermínio de Diadorim e Riobaldo. A caçada e vingança a Hermógenes e Ricardão marcam a trajetória do narrador no grupo da jagunçada.

Medeiro Vaz é um grande líder da jagunçada, muito sábio e respeitado. Pede conselhos e considera importante ouvir os jagunços diante de tomadas de decisões. Pede conselhos à benzedeira Ana Dezusa e lidera a mais conflituosa aventura: atravessar o liso do Sussuarão. Essa travessia representa a fragilidade e os limites do humano, pois Medeiro Vaz, ainda no comando do bando, não consegue realizá-la. Nesse momento, percebe que atravessar é algo impossível e decide retomar o caminho, morrendo fragilizado pela seca, fome e exaustão. A batalha decisiva da sua jornada não foi entre jagunços, mas a da fragilidade do existir humano: “Chefe nosso, Medeiro Vaz era homem sobre o sisudo, nos usos formado, não gastava as palavras. Nunca relatava antes o projeto que tivesse, que marchas se ia amanhecer para dar” (ROSA, 2001, p. 57). O Liso do Sussuarão é o intransponível que depois é transponível, deixando as marcas da ambiguidade na obra.

A relação com o outro é fundante na constituição do sujeito. Por isso a importância com que Riobaldo narra com riqueza de detalhes suas relações com seus pares. Na narrativa, Riobaldo também realiza o narrar de suas experiências e dos demais personagens de forma labiríntica, sem uma sequência lógica definida dos acontecimentos e fatos. Preservando esta particularidade do romance, seguiremos o caminho de pensar a constituição de Riobaldo pelas instâncias de sociabilidade.

### **2.3 Instâncias de sociabilidade Riobaldianas**

*Agora, eu, eu sei que tudo é: as coisas que acontecem, é porque já estavam ficadas pronta, noutra ar, no sabugo da unha; e com efeito tudo é grátis quando sucede, no reles do momento. Assim. Arte que virei chefe. Assim exato é que foi, juro ao senhor. Outros é que contam de outra maneira.*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

Riobaldo se concretiza enquanto indivíduo pelas relações que estabelece em seu contexto de ruralidade e, ao mesmo tempo, em “um mundo misturado”, sobretudo na relação com o outro. Nesta perspectiva, algumas instâncias formativas se destacam ao longo da obra

rosiana como constitutivas da sociabilidade do narrador: a família, a religião, a escola e o grupo da jagunçada.

### 2.3.1 A família como instância de sociabilidade

*Que o que gasta, vai gastando o diabo dentro da gente, aos pouquinhos, é o razoável sofrer. E a alegria de amor – compadre meu Quelemém diz. Família. Deveras? É, e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não é...*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

A família é uma instância de mediação, formação, cultura e conhecimento das relações recíprocas entre a família e a sociedade, uma constituindo a outra. Quando Riobaldo narra sua trajetória de existência, ele quase sempre esbarra nas especificidades formativas da família, sobretudo nas suas experiências de meninice. No entanto, como as ações do narrador são permeadas pela relação com o outro, Riobaldo também valoriza os sentidos da família de Diadorim. O protagonista tem lindas lembranças da mãe, pois o pai não lhe fora apresentado formalmente. Por sua vez, Diadorim não teve mãe e possui somente lembranças de seu pai, Joca Ramiro. Riobaldo e Diadorim, com a ausência individual dessas figuras e papéis, acabaram selando essa forte relação entre si.

O narrador, quando se recorda dos tempos de infância, define a si mesmo como “um pobre menino do destino” (ROSA, 2001, p. 41). Na meninice, a referência que Riobaldo tinha de família estava centrada na figura da mãe. Enquanto “figura” declarada, era ela a responsável por seu processo formativo e a quem o narrador devia obediência e respeito. Um momento muito bonito na narrativa acontece logo após Diadorim revelar a identidade de seu pai a Riobaldo, quando ela inicia um discurso a partir de um questionamento a respeito da bondade materna, o que levou a uma análise posterior do narrador:

– Riobaldo, se lembra certo da senhora sua mãe? Me conta o jeito de bondade que era a dela...? Na ação de ouvir, digo ao senhor, tive um menos gosto, na ação da pergunta. Só faço, que refugo, sempre quando outro quer direito saber o que é próprio o meu no meu, ah. Mas desci disso, o minuto, vendo que só mesmo Diadorim era que podia acertar esse tento, em sua amizade de delicadeza. Ao que entendi. Assim devia de ser. Toda mãe vive de boa, mas cada uma cumpre sua paga prenda singular, que é a dela e dela, diversa bondade. E eu nunca tinha pensando nessa ordem. Para mim, minha mãe era a minha mãe, essas coisas. Agora eu achava. A bondade especial de minha mãe tinha sido a de amor constando com justiça, que eu menino precisava. E a de, mesmo no punir dos meus demaseios, querer-bem às

minhas alegrias. A lembrança dela me fantasiou, fraseou – só face dum momento – feito grandeza cantável, feito entre madrugada e manhecer (ROSA, 2001, p. 69).

A morte da mãe, para o menino Riobaldo, mostra uma espécie de renascimento. Não era um menino dotado de bens materiais e herança, e o pouco que ficou para ele coube em uma “capanguinha”. O que ele carregou consigo foi o sentimento de tristeza e a ideia de “seguir sozinho”:

Minha mãe morreu – apenas a Brigí, era como ela se chamava. Morreu, num dezembro chovedor, aí foi grande a minha tristeza. Mas uma tristeza que todos sabiam, uma tristeza do meu direito. De desde, até hoje em dia, a lembrança de minha mãe às vezes me exporta. Ela morreu, como a minha vida mudou para uma segunda parte. Amanheci mais. De herdado fiquei com aquelas miserinhas – miséria quase inocente – que não podia fazer questão: lá larguei a outros os potes, a bacia, as esteiras, panelas, chocolateira, uma caçarola bicuda e um alguidar; somente peguei minha rede, uma imagem de santo de pau, um caneco-de-asa pintado de flores, uma fivela grande com ornados, um cobertor de baeta e minha muda de roupa. Puseram para mim tudo em trouxa, como coube na metade dum saco. Até que um vizinho caridoso cumpriu de me levar, por causa das chuvas numa viagem durada de seis dias, para a Fazenda São Gregório, na beira da estrada boiadeira, entre o rumo do Curralinho e do Bagre, onde as serras vão descendo. Tanto chegue lá que meu padrinho Selorico Mendes me aceitou com grandes bondades. Ele era rico e somítico, possuía três fazendas-de-gado. Aqui também dele foi, a maior de todas (ROSA, 2001, p. 153).

Riobaldo relembra os tempos de meninice, por volta de seus 13 ou 14 anos, e suas ações mediadas pela presença da mãe, pois o pai, até então, não conhecia. Com a morte de sua mãe, o menino é conduzido à fazenda de seu padrinho Selorico Mendes. A tristeza que tomou conta do menino com a perda da mãe fez com que Riobaldo desse um passo à frente no que diz respeito à sua história de vida, já que o padrinho, na verdade, era seu pai. Riobaldo, menino pobre, que ingenuamente nada possuía do ponto de vista material, agora era filho de um homem de posse, fazendeiro e influente na jagunçada. “De não ter conhecido você, estes anos todos, purgo meus arrependimentos... – foi a sincera primeira palavra que ele me disse, me olhando antes. Levei dias pensando que ele não fosse do juízo regulado. Nunca falou em minha mãe” (ROSA, 2001, p. 69).

O padrinho Selorico Mendes representa, nesse momento da narrativa, a configuração da família, tendo garantido a Riobaldo moradia, alimentação, cuidados afetivos, educação e acesso à escola. O narrador relata que o padrinho apreciava as atitudes do menino, porque a grande inquietação daquele era com a sua riqueza material, e Riobaldo não demonstrava

nenhum interesse por dinheiro. Entretanto, em pouco tempo, a relação filho-afilhado, pai-padrinho cede espaço a uma grande travessia de Riobaldo que, envergonhado, foge ao saber a verdadeira identidade do padrinho, que também vem a dizer de si mesmo:

Meu padrinho Selorico Mendes me deixava viver na lordeza. No São Gregório, do razoável de tudo eu dispunha, querer querendo. E, de trabalhar seguido, eu nem carecia, querer querendo. Fizesse ou não fizesse, meu padrinho me apreciava, mas não me louvava. Uma coisa ele não tolerava, era só: que alguém indagasse justo quando era o dinheiro que ele tinha. Com isso eu nunca somei, não sou especula. Eu vivia com o meu bom corpo. Alguém há de achar algum regime melhor? Mas, um dia – de tanto querer não pensar no princípio disso, acabei me esquecendo que não era à-toa que minhas feições copiavam retrato de Selorico Mendes. Que ele tinha sido meu pai! Afianço que, no escutar, em roda de mim o tonto houve – o mundo todo me desproduzia, numa grande desonra. Pareceu até que, de algum encoberto jeito, eu daquilo já sabia. Assim já tinha ouvido outros, aos pedacinhos, ditos e indiretas, que eu desouvia. Perguntar a ele, fosse? Ah, eu não podia, não. Perguntar a mais pessoa nenhuma; chegava. Não desesqueitei a cabeça. Ajuntei meus trens, minhas armas, selei um cavalo, fugi de lá [...] Virei fugido. Toquei direto para o Curalim (ROSA, 2001, p. 167).

A relação de Riobaldo com o pai é impulsionada pela dúvida, e Riobaldo vai em busca das verdades do existir humano. Assim, falar de pai é também falar daquilo que o constitui, e isso, de certa forma, não está resolvido para o narrador. Por um momento, na obra, revelar a paternidade de Riobaldo lhe atribui poder e lugar de destaque no grupo, e o narrador, com muita astúcia, beneficia-se desse vínculo familiar:

Aí era que iam saber o que sebaceiro é! E, por um despique, foi que acertei meu correão com as armas; e pronunciei: – “Duvidar, seô Habão, o senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Selorico Mendes, do São Gregório?!” Pensei que ele nem fosse acreditar. Mas, juro ao senhor: ele me olhou com muitos outros olhos. Aquele olhar eu aguntei, facilitado. Seô Habão sacudia em sim a cabeça, surpreendido mas circunstante. – “Dou notícia... Dou notícia...” (ROSA, 2001, p. 519-520).

Riobaldo, enquanto narra, depois de muitas travessias, evidencia ao interlocutor e ouvinte uma profunda importância e análise da sua relação com o seu pai e, por assim dizer, dele mesmo enquanto indivíduo. O herói solitário, na busca por compreender e tentar responder as suas grandes inquietudes, destaca:

Hoje é que reconheço a forma do que mais meu padrinho muito fez por mim, ele que criara amparado amor ao seu dinheiro, e que tanto avarava. Pois por várias viagens, ele veio ao Curalinho, me ver – na verdade, também ele aproveitava para tratar de vender bois e mais outros negócios – e trazia para

mim caixetas de doce de burití ou de araticum, requeijão e marmelas. Cada mês de novembro, mandava me buscar. Nunca ralhou comigo, e me dava de tudo. Mas eu nunca pedi coisa nenhuma a ele. Dez vezes me desse, e não se valia. Eu não gostava dele, nem desgostava. Mais certo era que com ele eu não soubesse acostumar. Acabei por razão outra, fugindo de São Gregório, o senhor vai ver. Nunca mais vi meu padrinho. Mas por isso ele não me despejou mal; nem entendo. Decerto, ficou entusiasmado, quando teve notícias de que eu era o jagunço. E me deixou por herdeiro, em folha de testamento: das três fazendas, duas peguei. Só o São Gregório que ele testou para uma mulata, com que no fim de sua velhice se ajuntou. Disso não fiz conta. Mesmo o que recebi eu menos merecia. Agora, derradeiramente, destaco: quando velho, ele penou remorso por mim; eu, velho, a curtir arrependimento por ele. Acho que nós dois éramos mesmo pertencentes (ROSA, 2001, p. 158).

Se por um lado Riobaldo é o indivíduo solitário, por outro é com a mediação de Diadorim que ele tenta se fazer forte e trava batalha com aquilo que lhe é particular, uma vez que somente ele sabe o que não sabe. Assim, a família de Diadorim é extremamente importante para o narrador, pois é pela profunda relação afetiva de Diadorim com seu pai, Joca Ramiro, que a trama é considerada como guerrilha e caçada por Hermógenes, “O Judas”, indivíduo que mata Joca Ramiro motivado pela traição e pelo poder. Riobaldo, por sua vez, compra a vingança e o ódio de Diadorim, construindo, assim, a grande experiência no grupo da jagunçada e afirmação da travessia Riobaldo Tatarana:

Tinha tornado a pôr a mão na minha mão, no começo de falar, e que depois tirou; e se espaçou de mim. Mas nunca eu senti que ele estivesse melhor e perto, pelo quanto da voz, duma voz mesmo repassada. Coração – isto é, estes pormenores todos. Foi um esclaro. O amor, já de si, é algum arrependimento. Abracei Diadorim, como as asas de todos os pássaros. Pelo nome de seu pai, Joca Ramiro, eu agora matava e morria, se bem (ROSA, 2001, p. 69).

A família, enquanto instância de formação, perpassa toda a narrativa. Riobaldo, de maneira muito peculiar, narra as diferentes famílias no contexto do “ser-tão” (Ana Duzuza e a menina Nhorinhá/família de Aleixo, família de Pedro Pindó, família de Hermógenes, família de Otacília, na Fazenda Santa Catarina). As estruturas familiares dos protagonistas não contemplam o modelo ideal instituído pela sociedade moderna, o que também sinaliza o lugar de onde o sujeito fala. “O sertão é do tamanho do mundo” no contexto das grandes fazendas, na ação da jagunçada, cenário marcado também pelas desigualdades sociais e lutas de classes. Riobaldo descreve um episódio que evidencia uma constituição familiar no cenário das grandes fazendas e a representação do poder e domínio da jagunçada. Nesse momento, ele era o líder do grupo:

Seo Ornelas me intimou a sentar em posição na cabeceira, para principal. – “Aqui é que se abancava Medeiro Vaz, quando passou...” essas palavras. Medeiro Vaz tinha regido nestas terras. Verdade era? Aquele fazendeiro possuía tudo. Conforme jagunço de meio-ofício tinha sido, o amigo hospedador, abastado em suas propriedades. De ser de linhagem de família, ele conseguia as ponderadas maneiras, cidadão, que se representava; que, isso, ainda que eu pelejasse constante, tarde seria para bem aprender [...] “O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado...” ele seo Ornelas dizia. – O sertão é confusão em grande demasiado sossego [...]” (ROSA, 2001, p. 563).

A intensidade com que a família se apresenta no grande sertão como instância de sociabilidade e constitutiva dos sujeitos dialoga com o pensamento de Adorno (1956, p. 133), quando conceitua que “na verdade, a família não só depende da realidade social, em suas sucessivas concretizações históricas, mas também está socialmente mediatizada, mesmo em sua estrutura mais íntima.” Destarte, ainda para Adorno (1956), a família está submetida a uma dinâmica de caráter duplamente social:

Por um lado, a crescente socialização – “racionalização”, “integração”, de todas as relações humanas na sociedade de troca plenamente desenvolvida – tende a comprimir e negar ao máximo o elemento irracional e natural-espontâneo, desde o ponto de vista da sociedade, no ordenamento familiar. Por outro lado, o desequilíbrio entre o indivíduo e forças totalitárias da sociedade intensifica-se de tal modo que, com frequência, o indivíduo é coagido a procurar uma espécie de refúgio, recolhendo-se em microgrupos do tipo família, cuja persistência autônoma parece incompatível com o desenvolvimento geral (ADORNO, 1956, p. 133).

A família é atacada tanto pelo progresso da civilização quanto pelas tendências irracionais, podendo os impulsos reprimidos serem considerados negativos sobre a família, pois, ao mesmo tempo que ela parece dar ao indivíduo um apoio, é também no seu interior que ela pode ser atacada. No movimento da história, a família se desvincula de uma concepção natural, defendida por Rousseau enquanto humanamente pura, para depois ser compreendida numa dinâmica histórica.

Enquanto instância de mediação e constituição, a família postula um lugar socialmente definido e, ao se analisar a crise da relação de Riobaldo com a sua família, principalmente com seu pai Selorico Mendes, pode ser feito um diálogo com as contribuições de Adorno (1956):

A criança realiza então, nas primeiras fases do seu desenvolvimento, as experiências de amor e ódio para com o pai que, na época burguesa, davam lugar ao complexo de Édipo; mas descobre também, mais depressa do que antes, que o pai não personifica a força, a justiça, a bondade, e que, sobretudo, não dá a proteção que a criança esperava, inicialmente, receber dele. A efetiva debilidade do pai na sociedade, que tem sua origem na redução da esfera da concorrência e da livre iniciativa, penetra assim até as células mais profundas do equilíbrio psíquico-moral; a criança já não pode identificar-se totalmente com o pai, não pode fazer a interiorização das exigências impostas pela família que, apesar de seus aspectos repressivos, contribuía de uma forma decisiva para a formação do sujeito autônomo (ADORNO, 1956, p. 144).

Nesse sentido, a contribuição de Adorno não visa traçar um estudo psicossocial da constituição de Riobaldo, mas elucida questões para compreender a constituição de Riobaldo no plano da sociabilidade. Ele declara que não teve pai, o que na narrativa sugere que ele busque as possibilidades mediadas pela afetividade do pai, sobretudo, nos grandes chefes jagunços.

A família possui uma estreita relação com a sociedade. Neste ínterim, o contexto social no qual Riobaldo está inserido é marcado por contradições e desigualdades de oportunidades e desvela uma família dos avessos.

### 2.3.2 A religião Riobaldiana

*Não seja. Eu, pessoalmente, quase que já me perdi nele a crença, mercês a Deus; é o que ao senhor lhe digo, à pureza. Sei que é bem estabelecido, que grassa nos Santos-Evangelhos.*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

A religião como instância educativa perpassa toda a narrativa e se apresenta como um viés explicativo para os grandes questionamentos de Riobaldo. De acordo com Moura (2011), Riobaldo é o representante do “homem humano”, e é a condição de ser solitário e impotente que o faz crer em Deus. A religiosidade e as compreensões de mundo para Riobaldo são tão multifacetadas que nenhuma religião lhe satisfaz completamente. O narrador é religioso, é espiritualizado, não é filiado a nenhuma religião e “bebe” da fonte de todas: “Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue” (ROSA, 2001, p. 39).

A religião se estabelece enquanto instância de sociabilidade de suma importância, como possibilidade de dar resposta aos grandes questionamentos de Riobaldo. O narrador inicia a narrativa dialogando com seu interlocutor e ouvinte a respeito de questões

fundamentais na narrativa, pautadas na figura do diabo. Ele não fala de uma religião específica, mas da universalidade e pluralidades. Desta forma, tece as discussões entre Deus e o diabo, o bem e o mal, segundo Riobaldo:

Hem? Hem? O que mais penso, texto e explico: todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara da loucura. No geral, isso que é a salvação-da-alma... muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Mindubim, onde um Matas é crente, metodista: a gente se acuso de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. Mas é muito provisório. Eu queria rezar – o tempo todo. Muita gente não me aprova, acham que lei de Deus é privilégios, invariável. E eu! Bofe! Detesto! O que sou? – o que faço, que quero, muito curial. E em cara de todos faço, executado. Eu? - não tresmalho! (ROSA, 2001, p. 39-40).

A religião é um elemento da cultura, uma marca tão relevante na formação de Riobaldo que a relação entre ela e as demais instâncias educativas (família, escola e grupo) se formam como processo único, permeado de rupturas e continuidades. O sertão é reino da religião. Se a lei, o contrato, determina o processo da vida social na modernidade, o sertão entendido enquanto o “lugar do outro” ainda se fundamenta no divino, no místico, no invisível. A significância da religião é marcante na narrativa. O encontro entre o narrador e Reinaldo/Diadorim no Rio São Francisco simboliza uma prática do culto católico enquanto herança cultural. Foi pedindo esmolas para o cumprimento de promessa tradicional que os meninos se encontram pela primeira vez, e esse momento marca o “ritual de passagem” para Riobaldo: “Escondido enrolei minha sacola, aí tanto, mesmo em fé de promessa, tive vergonha de estar esmolando” (ROSA, 2001, p. 143). O narrador se despede do menino de “esmerados esmartes olhos” diferente do modo quando entrou na canoa de peroba e “atravessou” o São Francisco:

Os gerais desentendem de tempo. Sonhação – Acho que eu tinha de aprender a estar alegre e triste juntamente, depois, nas vezes em que no Menino pensava, eu acho que. Mas, para quê? Por quê? Eu estava no porto do de-Janeiro, com minha capanginha na mão, ajuntando esmolas para o Senhor Bom-Jesus, no dever de pagar promessa feita por minha mãe, para me sarar de doença grave. Deveras se vê que o viver da gente não é tão certinho assim? (ROSA, 2001, p. 152).

A dimensão formativa da religião acompanha o narrador desde os tempos de criança e é a base constitutiva para tentar responder aos questionamentos existenciais da sua trajetória. Riobaldo, como representante do existir humano, é um sujeito em constante busca por respostas às perguntas universais a respeito da vida, de seu significado e da relação com o sagrado. A religiosidade do narrador, segundo Moura (2011), se constrói a partir de suas dúvidas e inquietações diante da vida, de seus caminhos existenciais frente ao caminho do viver, do “nonada” que caracteriza o homem humano. A afirmativa “viver é perigoso” é uma tentativa de definir a vida, marcada pelas travessias como o próprio caminho do existir humano.

Riobaldo, assim como o grande sertão, é marcado pela ambiguidade. Ele parece ser um sujeito sempre em busca da própria identidade e reflete sobre os significados dos seus atos e inquietações que atormentam o seu existir, como a dúvida sobre a existência de Deus ou do diabo, as relações entre o bem e o mal, sua relação com Diadorim, sua vida de jagunço. Todas essas inquietações se inclinam para a busca de uma explicação para a condição humana. O narrador é “curioso”, movido constantemente pela busca, pela dúvida. Interessa-lhe procurar saber sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca: “A vida quer da gente coragem” (ROSA, 2001, p. 147).

Alicerçado na religião e a partir das experiências que compuseram sua trajetória, Riobaldo realiza tentativas explicativas para as inquietações que demonstram a incompletude existencial do seu ser. O papel da religião se faz na busca da compreensão pelas transcendências como possibilidade de dar respostas. Uma das grandes inquietudes é a indagação se o diabo existe ou não. A centralidade da prerrogativa está pautada em sua relação com Diadorim: ele não sabe lidar com o sentimento que nasce da sua relação com o menino Reinaldo/Diadorim. Como um homem jagunço não pode ter “um querer” por outro igual, o narrador atribui a esse fato uma possibilidade enquanto obra do diabo – “isso eu não podia”. Em muitos momentos da narrativa, o narrador deseja tocar a pele, sentir o cheiro do “jagunço amigo”, visto que sua voz é agradável aos ouvidos do narrador:

– Pois dorme Riobaldo, tudo há-de-resultar bem... Antes palavras que picaram em mim uma gatura cansada; mas a voz dele era o tanto-tanto para o embalo do meu corpo. Noite essa, astúcia que tive uma sonhice: Diadorim passando por debaixo de um arco-íris. Ah, eu pudesse mesmo gostar dele – os gostares [...] (ROSA, 2001, p. 81).

A busca constante por respostas de natureza existenciais, e que para Riobaldo só podem ser respondidas pelas lentes da religião, inclina-o para a condição de pactário; é um

conhecer a si mesmo como possibilidade de busca de elementos para o extermínio de Hermógenes. De acordo com Moura (2011), o pacto significa uma apropriação da força do imaginário de virar outro com o Outro, que, no caso, refere-se ao diabo. Foi nas Veredas Mortas que Riobaldo tentou realizar o pacto, o que circunda o papel da religião enquanto premissa para responder aos paradoxos que inquietam o narrador: Deus e o diabo; o bem e o mal e o conhecimento da sua singularidade.

– “Ei, Lúcifer! Satanaz, dos meus Infernos!” Voz minha se estragasse, em mim tudo era cordas e cobras. E foi aí. Ele não existe, e não apareceu nem respondeu – que é um falso imaginado. Mas eu supri que ele tinha me ouvido. Me ouviu, a conforme ciência da noite e o ouvir de espaços, que medeia. Como que adquirisse minhas palavras todas; fechou o arrocho do assunto. Ao que eu recebi de volta um adêjo, um gosto de agarro, daí umas tranquilidades – de pancada. Lembrei dum rio que viesse adentro a casa de meu pai. Vi as asas, arqueei o poxo do poder meu, naquele átimo. Aí podia ser mais? A peta, eu querer saldar: que isso não é falável. As coisas assim a gente mesmo não pega nem abarca. Cabem é no brilho da noite. Aragem do sagrado. Absoluta estrelas! (ROSA, 2011, p. 526-527).

A condição de pactário confere a Riobaldo poder e centralidade na narrativa. O narrador volta das Veredas Mortas diferente: muito falante e determinando, com poder, tornando-se chefe dos jagunços: “De despiço, olhei: eles nem careciam de ter nomes – por um querer meu, para viver e para morrer, era que valiam. Tinham me dado em mão o brinquedo do mundo” (ROSA, 2001, p. 547). O grupo da jagunçada percebe Riobaldo diferente. Em um momento da narrativa, ele domina um cavalo arredio que negou as ordens do próprio dono, seô Habão: “– Barzabú! – xinguei. E o cavalão, lã, lã, pôs pernas adiante e o corpo para trás, como onça fêmea no cio mor. Me obedecia. Isto, juro ao senhor: é fato de verdade” (ROSA, 2001, p. 551). O domínio do narrador sobre o grande animal o coloca em condição de destaque no grupo; o cavalo é dado de presente a Riobaldo, o que provoca nele grandes alegrias. É o Cavalo Siruiz, como a canção<sup>14</sup> que acompanha o narrador nos seus mais profundos pensamentos.

Moura (2011) reporta-se a Faustino Teixeira para pontuar que a religião é a porta de entrada da consciência, não havendo esfera alguma da vida social que não esteja envolvida e significada pelos valores do sagrado, o que possibilita dar respostas às perguntas existenciais. Esse é o grande cenário Riobaldiano: o lugar do humano, o sertão é o mundo, jagunço é o

---

<sup>14</sup> A canção do Siruiz – João Guimarães Rosa: “Urubú é vila alta, / Mais idosa do sertão: / Padroeira, minha vida – / Vim de lá, volto mais não... / Corro os dias nesses verdes, / Meu boi macho baetão: / Burití – água azulada, / Carnaúba, sal do chão, / Remanso de rio largo, / Viola da solidão: / Quando vou pra dar batalha, / Convido meu coração...”.

sertão. A experiência narrada pelo protagonista revela e desvela um mundo marcado pela dúvida e pela extrema ambiguidade. É também pelos caminhos da religião que o narrador se arrisca a responder as grandes questões existenciais universais.

Riobaldo, ao construir os caminhos das suas veredas, narra o tempo todo sobre religião, porque o grande sertão é o lugar da dúvida, do jagunço que luta pela terra, pela vida, uma intensa e estreita relação entre o bem e o mal, tino e destino. Ana Dezuza se apresenta na narrativa como uma adivinha, que pode conhecer “por detrás o pano do destino”. Assim, Riobaldo narra um momento específico de encontro com a adivinha diante da travessia do Liso do Sussuarão:

No momento, foi que eu caí em mim, que podia ter perguntado à Ana Dezuza alguma passagem de minha sina por vir. Também, uma coisa, de minha, fechada, eu devia de perguntar. Coisa que nem eu comigo não estudava, não tinha a coragem. E se a Dezuza adivinhasse mesmo, conhecesse por detrás do pano do destino? Não perguntei, não tinha perguntado. Quem sabe, podia ser, eu estava enfeitado? Me arrependi de não ter pedido resumo à Ana Dezuza. Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso? (ROSA, 2001, p. 62-63).

A religião e o sagrado simbolizam, no sertão de Riobaldo, uma referência e possibilidade de se dar respostas, justificando, mediando a existência do jagunço e se constituindo enquanto limite num sertão que é do tamanho do mundo. Compadre Quelemém é que diz: “Riobaldo, a colheita é comum, mas o capinar é sozinho [...]” (ROSA, 2001, p. 90). O sertão é atravessado pelas transformações do modo de produzir e reproduzir a vida. Na narrativa percebe-se uma força pontual de organização social, política e econômica mediada pela religião. Como já vimos no Capítulo I: um forte apelo do catolicismo rural e das relações de compadrio.

### 2.3.3 O grupo da jagunçada como constitutivo de sociabilidade

*De certo nadas e noves – iam como o costume – sertanejos tão sofridos. Jagunço é homem já meio desistido por si...*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

O grupo dos jagunços é também importante no processo formativo de Riobaldo. A condição de jagunço era uma inclinação pertinente àquele contexto e realidade histórica. Riobaldo, ao lembrar de sua mãe, pontua que ela lhe assegurava duas possibilidades de destino: virar padre ou jagunço.

Os processos educativos estão imbricados, ainda que com implicações específicas. O narrador inicialmente conhece a jagunçada na Fazenda São Gregório com seu padrinho Selorico Mendes. Era costume os grandes fazendeiros hospedarem os bandos dos jagunços. Na narrativa, Riobaldo se depara com Joca Ramiro, Ricardão e Hermógenes, cuja relação também estrutura a grande obra. Logo, afirma:

Meu padrinho escutava, aprovando com a cabeça. Mas para quem ele sempre estava olhando, com uma admiração toda perturbosa, era para o chefe dos jagunços, o principal. E o senhor sabe quem era esse? Joca Ramiro! Só de ouvir o nome, eu parei, na maior suspensão. Drede Joca Ramiro estava de braços cruzados, o chapéu dele se desaba muito largo. Dele, até a sombra, que a lamparina arriava na parede, se trespunha diversa, na importância, pojava volume. Eu vi que era um homem bonito, caprichado em tudo. Vi que era homem gentil. Dos lados, ombreavam com ele dois jagunções, depois eu soube – que seus segundos. Um, se chama Ricardão: corpulento e quieto, com um modo simpático de sorriso; compunha o ar de um fazendeiro abastado. O outro – Hermógenes – homem sem anjo-da-guarda (ROSA, 2001, p. 160).

Nessa ocasião, Selorico Mendes ordena que o afilhado atenda às solicitações dos jagunços, e o protagonista, ainda que com medo, se arrisca e vai. Riobaldo fica admirado com a imponência dos jagunços, os cavalos, a preparação dos tropeiros, a organização dos mantimentos.

Ao entrar no grupo, Riobaldo reencontra “o menino de olhos verdes” que, mais tarde, por um vir a ser, se torna a sua “neblina”. A relação de Riobaldo com Reinaldo/Diadorim é a mais constitutiva para o narrador, pois não é algo inédito para o herói solitário; na verdade, trata-se de um reencontro. Reencontrar o menino de olhos verdes com traços finos causa uma grande euforia no narrador. Neste momento da narrativa Riobaldo já é um indivíduo que realizou travessias e tenta ser o senhor do seu próprio destino. Sabe optar por aquilo que não deseja e não concorda enquanto proposta de vida, que é acabar com a jagunçada sob violência e crueldade, marcando, na narrativa, mais uma de suas travessias: seja por tino ou destino, ele se alia à jagunçagem quando “abandona” Zé Bebelo:

Mas, na hora mesma em que eu a decisão tomei, logo me deu um enfaro de Zé Bebelo, em trosgas, a conversação. Nem eu estava para ter confiança

nenhuma em ninguém. A bem: fugi, e mais não pensei exato. Só isso. O senhor sabe, se desprocede: a ação escorregada e aflita, mas sem substância narrável (ROSA, 2001, p. 183).

É nesse momento crucial da narrativa que Riobaldo, após viajar mais de 20 dias a cavalo, se instala às margens do Córrego Batistério, e, na casa do pai da mulher com quem passa a noite, em decorrência do esposo dela não estar em casa, é surpreendido pelo questionamento sobre se conhecia Joca Ramiro. Isso o leva a assegurar que já esteve ao lado de Zé Bebelo, mas que seu “seguimento” era por Joca Ramiro. Ainda instalado na casa desse Malinácio, está por vir o reencontro de Riobaldo com o “menino Reinaldo”, fato que lhe causa um sentimento de arrebatamento:

Ah, mas, ah! – enquanto que me ouviam, mas um homem, tropeiro também, vinha entrando, na soleira da porta. Agüentei aquele nos meus olhos, e recebi um estremecer, em susto desfechado. Mas era um susto de coração alto, parecia a maior alegria. Soflagrante, conheci. O moço, tão vistoso, era, pois o senhor sabe quem, mas quem, mesmo? Era o Menino! O Menino, senhor sim, aquele do porto de-Janeiro, daquilo que lhe contei, o que atravessou o rio comigo, numa bamba canoa, toda a vida. E ele se chegou, eu do banco me levantei. Os olhos verdes, semelhantes grandes, o lembrável das compridas pestanhas, a boca melhor bonita, o nariz fino, afiladinho. [...] O menino me deu a mão: e o que mão a mão diz é o curto; às vezes pode ser o adivinhado e conteúdo; isto também. E ele como sorriu. Digo ao senhor: até hoje para mim está sorrindo. Digo. Ele se chamava Reinaldo (ROSA, 2001, p. 185-186).

A narrativa labiríntica de Riobaldo já no início prepara o leitor para “um estar por vir”, pois é grande o número de personagens que ele descreve com a maior significância. Ele chama por nome todos aqueles que desbravaram o sertão ao seu lado, narrando características, habilidades e possibilidades de aprendizado que foram construídas por mediação dos jagunços: “esses homens” que também evidenciam as contradições que constituíam o cenário da grande obra. Assim narra o protagonista:

Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, e incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo. Montante, o mais supro, mas sério – foi Medeiro Vaz. Que um homem antigo... Seu Joãozinho Bem-Bem, o mais bravo de todos, ninguém nunca pôde decifrar como ele por dentro consistia. Joca Ramiro – grande homem príncipe! – era político. Zé Bebelo quis ser político, mas teve e não teve sorte: raposa que demorou. Sô Candelário se endiabrou, por pensar que estava com doença má. Tião Passos era o pelo prêço de amigos: só por via deles, de suas mesmas amizades, foi que tão alto se ajagunçou. Antônio Dó – severo bandido. Mas por metade, grande maior

metade que seja. Andalécio, no fundo, um homem-de-bem, estourado raivoso em toda a sua justiça. Ricardão, mesmo, queria ser rico em paz: por isso guerreava. Só o Hermógenes foi que nasceu formado tigre, e assassim. E o “Urutu-Branco”? Ah, não me fale. Ah, esse... tristonho levado, que foi – que era um pobre menino do destino [...] (ROSA, 2001, p. 40).

É no grupo que Riobaldo realiza a travessia de “Riobaldo professor” para “Riobaldo Tatarana”, para posteriormente, na liderança do bando dos jagunços, atravessar para “Urutu-Branco”. De pobre menino do destino, o narrador e herói solitário torna-se chefe e disputa a chefia do bando com outros dois grandes chefes: João Goanhá e Zé Bebelo. O narrador nesse momento da grande obra está tomado de segurança e soberania, pois se encontra em uma situação de “pactário”:

Agora, eu, eu sei que tudo é: as coisas que acontecem, é porque já estavam ficadas pronta, noutra ar, no sabugo da unha; e com efeito tudo é grátis quando sucede, no reles do momento. Assim. Arte que virei chefe. Assim exato é que foi, juro ao senhor. Outros é que contam de outra maneira. Ao fim, depois que João Goanhá me aprovou, revi os aspectos de Zé Bebelo. Acertar com ele. – “O senhor, agora...” eu quis dizer. – “Não, Riobaldo...” – ele me atalhou. – “Tenho de tanger urubu, no m’embora. Sei não ser terceiro, nem segundo. Minha fama de jagunço deu o final...” Daí, riu, e disse, mesmo cortês: - “Mas, você é o outro homem, você revira o sertão... Tú é terrível, que nem urutú branco...” O nome que ele me dava, era um nome, rebatismo desse nome, meu. Os todos ouviram romperam em risos. Contando que logo gritavam, “*O Urutú-Branco! Ei, o Urutú-Branco!..*” Assim era que, na rudeza deles, eles tinham muita compreensão. Até porque mais não seria que, eu chefe, agora ainda me viessem e dissessem Riobaldo somente, ou aquele apelido apodo conome, que era de *Tatarana*. Achei, falava (ROSA, 2001, p. 545).

O grupo, para Adorno (1956), é uma comunidade de interesses, aglomeração casual de indivíduos e saberes. A relação indivíduo e sociedade reflete uma subordinação à dinâmica social, revelando a função mediadora do grupo:

Todas as formas grupais, entretanto, só se definem e adquirem um significado específico em relação com o processo total de crescente nivelamento das diferenças qualitativas do grupo que se registram na sociedade moderna. Quanto mais a ideologia insiste na autonomia do grupo, tanto mais os próprios grupos, como instancias mediadoras entre a totalidade e o indivíduo, são determinadas, de fato pela estrutura da sociedade. Assim o grupo continua exercendo a sua função mediadora e seria difícil conceber uma sociedade sem essa função; mas a função mediadora depende hoje, de maneira evidente, do todo societário, como é provável que sempre tenha dependido, de uma maneira menos ostensiva (ADORNO, 1956, p. 74).

O grupo dos jagunços revela o sertão na sua profundidade: “jagunço é o sertão”. A narrativa revela um sertão em que a lei se consolida pela luta e coragem, num enfrentamento de conhecer a si mesmo. Por isso “o sertão é o sozinho”, “o sertão é dentro da gente”. É no grupo que Riobaldo realiza a travessia do Liso do Sussuarão. Essa passagem representa, na grande obra, o poderio do narrador na condição de pactário. Ele volta das Veredas Mortas dotado de poder, mediado pela possibilidade do pacto. “A atravessar o Liso do Sussuarão. Ia. Indo, fui ficando airoso” (ROSA, 2001, p. 623). Se antes ele era intransponível, agora é transponível, pois não há limites para o homem que inicia a viagem para dentro de si mesmo.

As instâncias educativas ressaltadas apontam para um processo de sociabilidade que é muito particular na formação de Riobaldo, mas que representam a universalidade da condição humana. Elas não o constituem de maneira isolada, mas num intenso movimento de aperfeiçoamento. Das instâncias apresentadas, a escola se destaca como UMA condição de travessia pela relevância que tem em possibilitar que Riobaldo atravesse as veredas da sua existência. É o acesso ao mundo letrado que permite Riobaldo realizar uma viagem para dentro de si mesmo e reencontrar o menino de olhos verdes.

### 3 A ESCOLA NA TRAVESSIA

*Tempo saudoso! Inda hoje aprecio um bom livro, despaçado. [...] Em tanto, ponho primazia é na leitura proveitosa, vida de santo, virtudes e exemplos – missionário esperto engabelando os índios, ou São Francisco de Assis, Santo Antônio, São Geraldo... Eu gosto muito de moral. Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar o justo.*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

A escola é instituição do saber e obra da cultura; a razão da escola ser escola é formar o indivíduo, conduzindo-o a confirmar a sua humanidade (COELHO, 1999). Ou seja, é formar seres autônomos e livres, que saibam ler, trabalhar intelectualmente, colocar em questão as ideias e os conceitos, inserindo os estudantes na esfera do pensamento, da crítica e da contestação. Faz-se, assim, a escola inseparável, por natureza, da educação. O saber é uma relação de busca, e ele surge quando se questiona o sentido das coisas. A escola, enquanto obra da cultura, estabelece uma relação com o saber, com a formação, uma relação de compreensão do mundo. Em relação à função social e ao sentido da escola, Coelho (2009) pontua que:

A escola afirma seu sentido para o presente e futuro da humanidade, da sociedade e dos indivíduos à medida que se faz instituição por excelência da cultura, da formação, do saber vivo, borbulhante, crítico e instituinte, que se impõe como crítica necessária do presente e possibilidade concreta de um futuro diferente, livre do que oprime e desfigura a humanidade do homem, e impede o surgimento da sociedade autônoma e justa. Na realização do pensamento vivo na sala de aula e em qualquer outro contexto se ensina e se aprende a pensar, se cultiva o pensamento, a imaginação e a sensibilidade, se formam seres racionais, autônomos e livres (COELHO, 2009, p. 22).

A escola é uma instituição legítima do processo de socialização. De acordo com Resende (2012, p. 142), o encontro do indivíduo com o outro não se dá no campo da abstração, mas é mediado por instâncias de sociabilidade, podendo ser instituições, grupos ou organizações. Não existe uma independência de cada instância socializadora (escola, família, religião, grupo), porque “a totalidade da sociedade implica a interação e a unidade contraditória entre as suas estruturas de funcionamento” (RESENDE, 2012, p. 144). As instâncias são também transversalizadas entre si no movimento de inserção na totalidade da sociedade concreta e no seu funcionamento. Neste sentido, a escola, no seu ato de educar, vai muito além de transmitir conhecimento, reforçando a discussão sobre os sentidos da escola:

Assim, a escola medeia a inserção da criança num mundo no qual será possível encontrar-se e se reconhecer no outro. A escola é instância intermediária da constituição de um sujeito que escapa à homogeneidade, à regularidade, à adaptação; um sujeito desejante para o qual é fundamental a presença do outro na experiência do mundo e do conhecimento sobre ele; um sujeito que é efeito da escola e não o contrário. A favor desse sujeito é que se requer o abandono das técnicas, de metodologias que visem à adaptação, de conteúdos encerrados em si mesmos e, ao mesmo tempo, o acato da urgência ética de colocar o mundo à disposição do aprendiz, que se dirá nos objetos da cultura a partir da forma e lugar que tenha no mundo e do desejo que o outro tenha de que ele saiba (RESENDE, 2012, p. 153).

É pela relevância com que a escola atravessa a trajetória de Riobaldo que o narrador se estabeleceu como um jagunço letrado e representante do humano na sua universalidade.

### 3.1 A escola como instância formativa

*Tempo saudoso! Inda hoje aprecio um bom livro, despaçado. [...] Em tanto, ponho primazia é na leitura proveitosa, vida de santo, virtudes e exemplos – missionário esperto engabelando os índios, ou São Francisco de Assis, Santo Antônio, São Geraldo... Eu gosto muito de moral. Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar o justo.*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

A escola, no contexto do grande sertão, cumpria o papel de instrução e era vista como espaço de privilégios, ou seja, uma negação de direitos para uma maioria. Riobaldo quando criança não sabia ler, mas como afilhado do padrinho Selorico Mendes houve a possibilidade de ter acesso à escola, sendo que lhe foram exigidas habilidades pertinentes ao lugar que ele ocupava naquela família:

E meu padrinho me mostrou um papel, com escrita de Neco- era recibo de seis ancorotes com pólvora e uma remessa de iodureto – a assinatura rezava assim: Manoel Tavares de Sá. Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Currálinho, para ter escola e morar em casa de um amigo dele, Nhô Marôto, cujo Gersávio Lé de Ataíde era o verdadeiro nome social. Bom homem (ROSA, 2001, p. 156).

A escola do Currálinho representa, na narrativa, a modernização e as relações de desigualdades. Riobaldo se tornou um jagunço letrado porque era filho de fazendeiro. A

escola possibilitou uma formação Riobaldiana para além de saber ler e escrever, de autonomia. A importância da educação e a experiência do acesso à escola são reconhecidas e valorizadas para o narrador. No diálogo com o forasteiro e interlocutor, Riobaldo pontua algumas das dificuldades do existir humano que asseguram a afirmativa que perpassa toda a grande obra: “Viver é negócio muito perigoso”. Deste modo:

Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração. Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, mediante cartilha, memória e palmatória. Tive mestre, Mestre Lucas, no Curralinho, decorei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho tracei bonitos mapas. Ah, não é por falar: mas desde o começo, me achavam sofismado de ladino. E que eu merecia de ir cursar latim, em Aula Régia – que também diziam. Tempo saudoso! Inda hoje aprecio um bom livro, despaçado. [...] Em tanto, ponho primazia é na leitura proveitosa, vida de santo, virtudes e exemplos – missionário esperto engabelando os índios, ou São Francisco de Assis, Santo Antônio, São Geraldo... Eu gosto muito de moral. Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar o justo (ROSA, 2001, p. 37).

A escola representa, na grande obra, poder e possibilidade de transformação. Um dos momentos cruciais para a formação e a emancipação de Riobaldo se dá no momento em que ele descobre a real identidade do seu padrinho Selorico Mendes, seu pai. Riobaldo sente vergonha e foge e, nessa ação, ele encontra “proteção” na figura e representação do Mestre Lucas, pois a escola, para o narrador, não somente lhe ensinou a ler, escrever e calcular operações matemáticas, mas foi muito além do conteúdo. A relação do narrador com a escola situa-se no plano da afetividade, fato que pode ser atribuído ao papel do professor e à função social da escola. Neste sentido, o narrador pontua:

Ah, e se não fosse, cada acaso, não tivesse sido, qual é então que teria sido, qual é então que teria sido o meu destino seguinte? Coisa vã, que não conforma respostas. Às vezes a ideia me põe susto. Mas o senhor veja: cheguei em casa do Mestre Lucas, ele me saudou tão natural. Achei também tudo o natural, eu estava era cansado. E, quando Mestre Lucas me perguntou se eu vinha era de passeata, ou de recado da fazenda, expliquei que não: que eu tinha merecido licença de meu padrinho, para começar vida própria em Curralinho ou adiante, a fito de desenvolver mais estudos e apuramento só de cidade. Dizendo o que disse, eu mesmo jurava que Mestre Lucas não ia acreditar. Mas acreditou, até melhor (ROSA, 2001, p. 171).

No contexto do grande sertão, a figura do professor era bastante valorizada, de destaque e prestígio. Como representante do saber formalizado, a profissão de professor é minimamente acessível, e é nessa relação que Riobaldo estabeleceu com a escola e com seus

pares que lhe possibilita iniciar uma travessia, fazendo-se “moço professor”. Permeado de medo e insegurança, o protagonista segue rumo à fazenda de Zé Bebelo, conforme sugestão do Mestre Lucas, que, em oportuna situação foi convidado a ser professor do ilustre fazendeiro político, mas não pôde aceitar, direcionando e encorajando Riobaldo à tarefa:

– “Riobaldo, pois você chega em feita ocasião! Aí me explicou: um senhor, no Palhão, na fazenda Nhanva, altas beiras do Jequitaiá, para o ensino de todas as matérias estava encomendando um professor. Com urgência, era um homem de situação, garantia boa paga. Assim o Mestre Lucas fosse, que deixasse alguém dando escola no lugar dele, no Curalim, por alguns tempos; isso; claro, não podia. Eu queria ir? – O senhor acha que o posso?” – perguntei; para principiar qualquer tarefa, quase que eu sozinho nunca tive coragem. – “Ei, pode!” – O Mestre Lucas declarou. Já que estava acondicionando numa bruaca os livros todos – geografia, aritmética, cartilha e gramática – e borracha, lápis, régua, tinteiro, tudo o que pudesse ter serventia. Aceitei. Um entusiasmo nosso me botava brioso (ROSA, 2001, p. 172).

A condição de “moço professor” possibilitou a Riobaldo um lugar de notoriedade na vida de Zé Bebelo. Ao contrário do que o narrador imaginava, quem ele deveria ensinar não era os filhos do latifundiário, e sim o próprio pai. Zé Bebelo era o estudante e queria saber mais e mais, pois “assim ler e escrever, e as quatro contas, ele já soubesse, consumia jornais” (ROSA, 2001, p. 174). Tamanha foi a confiança e o interesse atribuídos a Riobaldo, que Zé Bebelo, em meio a suas articulações, o titula de secretário. O narrador se enaltece com o lugar que agora ocupa e se dedica à função de ensinar:

Mas – e aí comigo falou sério – naquilo se tinha se sungar segredo: eu visse. – “Vamos constar é que estou assentando os planos! Você fica sendo meu secretário.” Nesse mesmo ido dia, a gente começou. Aquele homem me exercitou tonto, eh, ô, me fino fiz. Ânasia assim e anfa, e poder de entender demais, nunca achei quem outro. O que ele queria era botar na cabeça, duma vez, o que os livros dão e não. Ele era a inteligência. Vorava. Corrigido, passava de lição em lição, e perguntava, reperguntava, parecia ter até raiva de eu saber e não ele, despeitos de ainda carecer de aprender, contra-fim. Queimava por noite duas, três velas. Ele mesmo falava: – “Relógio não vou olhar. Aí estudo, estudo, até que estico um cochilão. Cochilão que vem: então espairo o livro, e me deito, que me durmo” (ROSA, 2001, p. 172).

A relação de Riobaldo com Zé Bebelo marca a travessia mais relevante na obra, inclinando para o amadurecimento do narrador motivado pelo Mestre Lucas. O protagonista se projeta na condição de professor para inaugurar essa passagem. Na condição de professor, Riobaldo se sente valorizado e reconhecido em suas habilidades. É também nesse momento da narrativa que o herói solitário rompe com Zé Bebelo por não estar de acordo com o

extermínio dos jagunços e a ascensão do fazendeiro na política: “Fugi. De repente, eu vi que não podia mais, me governou um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo: de se ir, com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante brutalidade” (ROSA, 2001, p. 183).

O conhecimento adquirido por Riobaldo na escola o coloca na condição de sujeito dotado de autonomia. Embora ele não tivesse confiança na nova função proposta pelo Mestre Lucas, Riobaldo a toma como rumo e prosseguimento de trajetória. No início da sua trajetória escolar, seu pai, padrinho Selorico Mendes, o envia para morar na casa de Nhô Marôto. O anfitrião argumenta que Riobaldo tem mesmo que estudar, porque habilidade para jagunço ele carece. O narrador reporta a indagação a Mestre Lucas, que positivamente responde: “É certo. Mas o mais certo de tudo é que um professor de mão-cheia você dava [...]” (ROSA, 2001, p. 172). Ou seja, o Mestre Lucas também percebia a fragilidade de Riobaldo diante do bando de jagunços, mas a inclinação do narrador para a instrução era notória, prova disso é que Mestre Lucas o destaca para ajudar os meninos menores nas letras e na tabuada.

A escola em *Grande Sertão: Veredas* é a instância educativa de maior travessia e formação na constituição de Riobaldo, porque mostra os desafios da escola e da sociedade. “O sertão é mundo”. Riobaldo pontua com muita propriedade, como sendo este um dos grandes aprendizados da sua existência:

O senhor... Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão (ROSA, 2001, p. 48).

Mediado pela escola, Riobaldo é titulado secretário de Zé Bebelo. Num momento de grande combate, Zé Bebelo solicita que Riobaldo escreva uma carta aos amigos do Governo como tentativa astuciosa de vencer a batalha contra Hermógenes e Ricardão. O narrador destaca:

Acertei. Escrevi. O teor era aquilo mesmo, o simples: que, se os soldados no soflagrante viessem, de rota abatida, sem desperdiçar minuto, então aqui na Fazenda dos Tucanos pegavam caça grossa, reunida – de lobo, jaguatirica e onça – de toda a jagunçada maior reinante no vezvez desses gerais sertões. A rasa, à justa, e cerrar com fecho formal: Ordem e Progresso, viva a Paze a Constituição da Lei! Assinado: *José Rebêlo Adro Antunes, cidadão e candidato* (ROSA, 2001, p. 415).

Riobaldo, detentor do esclarecimento da escrita e de suas implicações, indaga sobre a sua atitude diante dos jagunços, mas o que fica mais evidente para o narrador é a astúcia de Zé Bebelo. O bando já tem condições (munição e jagunços) para vencer o bando inimigo e envia a carta para o governo, para que ele, ao chegar ao local, vá diretamente confrontar o inimigo, enquanto o bando de Zé Bebelo escapa. A aliança de Riobaldo e Zé Bebelo passa pela escola e se amplia para o sertão.

A escola no grande sertão evidencia as contradições do sertão. É um contexto marcado por uma educação com viés na instrução e de caráter funcional. É uma instância educativa que possibilita ao narrador realizar uma de suas mais importantes travessias: para o grupo da jagunçada.

### 3.2 A escola no contexto de Grande Sertão: Veredas

*Curralinho era lugar muito bom, de vida contentada. Com os rapazinhos de minha idade, arranjei companherisse. Passeis lá esses anos, não separei saudade nenhuma, nem com o passado não somava.*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

A escola em *Grande sertão: Veredas* expressa as mediações de um tempo histórico marcado por muitas tensões que vão tecendo e configurando a narrativa. É uma escola que se apresenta como privilégio para poucos, como já apresentado; Riobaldo é o único jagunço letrado no romance. Neste momento da exposição, objetiva-se desenvolver e desvelar as mediações que constituíam o contexto escolar com o qual Guimarães Rosa está dialogando. Considerando que Riobaldo, ao narrar sua trajetória ao forasteiro e interlocutor, já se encontra na velhice, o acesso à escola do Curralinho foi realidade para o protagonista nos primeiros anos do século XX.

A escola desvelada por Riobaldo é uma instituição distante do mundo dos jagunços. Riobaldo é o único jagunço do grupo que sabe ler, porque naquele período histórico o analfabetismo era relevante. Seu acesso à escola é mediado por uma relação de privilégio que, nas primeiras décadas do século XX, se inclinava para os mais abastados.

A assertiva de Ianni (1977), de que o processo de modernização no Brasil se deu de modo combinado, desigual e sugestivo de atraso, permeado de tensões e contradições, elucida questões para pensar o sistema educacional brasileiro no contexto da Primeira República.

Ainda que o discurso deste contexto histórico estava fundamentado nos ideais desenvolvimentistas e de progresso, na essência eles refletiam as mediações vinculadas ao período anterior, monarquista e escravocrata.

Existe um distanciamento marcante, tênue, desigual e combinado entre a vida do sertão e a vida das cidades. No movimento da história, o desvelamento do grande sertão é o adentramento via litoral para o sertão, o que é expressão do processo de modernização. No plano da historicidade, a escola é uma organização social com características industriais e urbanas, que carrega consigo as promessas da modernidade. Entre estas, podem-se citar a possibilidade de ascensão social e uma relação direta com o conhecimento destinado ao aperfeiçoamento das exigências que o trabalho demanda.

A história, enquanto campo de sociabilidade, possibilita o entendimento da criação dos Sistemas Nacionais de Ensino enquanto controle, carregando um princípio de aperfeiçoamento pessoal que se consolida com o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Patto (2015):

Os sistemas de ensino não são, portanto, uma realidade durante os setenta primeiros anos do século XIX. Embora, os números referentes aos vários tipos de escola revelem um inegável progresso, é preciso lembrar que esse aumento foi sensível nos níveis secundário e superior. Mesmo nos países que já contavam com um sistema público de ensino, a educação primária, segundo Hobsbawm (1982:211-212) era negligenciada e onde existia limitava-se a ensinar rudimentos de leitura, aritmética e obediência moral. Além disso, não se deve esquecer que em torno de 1850 a grande maioria dos que se dedicavam ao ensino das primeiras letras era constituída de professores privados e governantas dedicados às crianças da burguesia. Apesar da vulgarização do livro e da ênfase na necessidade de uma língua nacional oficial, a imensa maioria da população mundial permaneceu analfabeta até por volta de 1870 (PATTO, 2015, p. 51).

Desde os tempos do Império, os ideais liberais já transitavam nos meios políticos e econômicos, mas a sua relevância no país ocorre no Brasil republicano (1889) sob a égide do patrocínio intelectual do liberalismo (Patto, 2015). No primeiro movimento de exposição, dialogamos com autores que se dedicaram a interpretar o contexto brasileiro da primeira República em múltiplas faces, o que nos possibilita também compreender o comportamento do sistema escolar neste período e sobretudo entender as relações entre a escola e a sociedade no início deste século:

Sabemos que a adoção dos ideais da Revolução Francesa é anterior a República e data do movimento pela independência; ainda no Império, vários princípios da Declaração dos Direitos do Homem faziam eco no corpo

das leis: a constituição de 1824 transcrevia vários deles e seu artigo 179 garantia formalmente a gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos. Poucos anos depois (1827), uma lei determinava a criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugarejos. No entanto, o Estado desincumbiu-se do ensino primário e voltou-se principalmente para o desenvolvimento do ensino secundário e superior, garantindo aos mais ricos o diploma como passaporte para os altos cargos públicos e para as profissões liberais e o prestígio social que eles conferiam. (PATTO, 2015, p.76).

Essa desresponsabilização por parte do Estado em relação ao ensino primário se arrasta pelas décadas seguintes. Renova-se enquanto discurso de progresso, pois a escola enquanto expressão do moderno e partidária das ideias liberais ainda no início do século XX estava pautada no que Patto (2015, p.79) define como “tripé latifúndio-monocultura-escravidão, o ideário liberal não podia passar de mera retórica, alheia à realidade social sobre a qual pretendia dispor.”

Esse período é marcado por uma forte influência, segundo Moreira Leite (1976, p. 306), do processo de europeização por parte sobretudo dos intelectuais brasileiros, de forma que eles procuravam moldes literários, artísticos e filosóficos da Europa. Este movimento gerou uma disparidade entre a sociedade brasileira que ainda operava com os resquícios escravistas e os novos ideais do liberalismo europeu. Na Europa, ainda que de forma ideológica e aparente, o discurso liberal burguês de igualdade perante a lei e liberdade de trabalho se efetivava, no Brasil não, (Schwarz, 1973, p. 151 apud Patto, 2015, p. 79). O contexto educacional brasileiro respondia à negativa e neste sentido era coerente com a sociedade brasileira do período: a educação escolar era privilégio de poucos! De acordo com Patto (2015, p. 79): “quando da proclamação da República, menos de 3% da população frequentava a escola, em todos os seus níveis, e 90% da população adulta era analfabeta.”

Conforme desenvolvemos no primeiro capítulo da exposição, quando trouxemos os elementos que configuravam o mundo rural no contexto do *Grande sertão: Veredas*, aparece com bastante força uma República oligárquica, manipulação do voto pelas elites e domínio dos coronéis. Isso para iluminar o que Nagle (1974, p. 281) afirma ao dizer que em 1930 o crescimento da rede pública de ensino era inexpressivo em comparação às estimativas do Império, e 75% da população era de analfabetos, segundo Patto (2015, p. 80).

A década de 1920 foi marcada por intensa insatisfação dos liberais em relação à política do “café-com-leite”, que intencionava uma transição do modelo agrário exportador para o modelo industrial. Os grandes centros urbanos já contavam com o crescimento do setor industrial, uma crescente urbanização e, por assim dizer, com mudanças sistemáticas da sociedade política. Neste sentido, o *entusiasmo pela educação*, desenvolvido por Nagle

(1974, p. 35-93), contempla o investimento pelos grupos opositores ao modelo oligárquico de que o voto consciente e legítimo é o caminho para a democracia.

O contexto educacional não escapou das lutas políticas das elites. Ao lado de uma visão mais progressista, pautada nos ideais liberais, despertou-se, de acordo com Patto (2015, p.80), o sonho de uma sociedade igualitária que conseguiu adesão de pequenos comerciantes, da classe operária e de alguns seguimentos da burguesia empresarial. Patto chama atenção de que foi a partir deste movimento de adesão que o discurso liberal passou a desempenhar papel semelhante das cidades industriais brasileiras, semelhante ao que ocorreu na Europa com a Revolução Francesa. A ideologia da igualdade perante a lei e o trabalho livre passou a ser realidade, ainda que no ponto de vista da aparência na vida social nos grandes centros urbanos. Neste movimento, a escola não escapa à efervescência destas tensões e ideais liberais:

Políticos e empresários dissidentes do jogo político em vigor valiam-se da bandeira da escola para todos, tendo em vista não só aumentar a população votante e enfraquecer a manipulação do voto e a corrupção eleitoral mas também enveredar por uma política que catalisasse vontade popular enquanto estratégia de tomada do poder: os integrantes das classes subalternas que viviam nos centros industriais, por sua vez, reivindicavam direito à educação escolar. Na convergência desses interesses, os educadores progressistas levavam a luta pela escola para o povo embuídos das melhores intenções, acreditando na possibilidade de democratização, através da escola, de uma sociedade que avançava pelos caminhos da produção industrial capitalista dependente. (PATTO, 2015, p. 81)

A escola passa a ser reivindicada como possibilidade de democratização e progresso, neste sentido iniciam-se várias reformas educacionais<sup>15</sup> fundamentadas nos ideais europeus e norte-americanos de escolarização que culminaram no movimento conhecido como Escola Nova. Nagle (1974) chama atenção para o fato de que o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”, apesar das várias reformas educacionais ocorridas no país ao longo de quatro décadas, não garantiram às classes populares as oportunidades da educação escolar, pois o acesso ainda era escasso. Patto (2015, p. 82) esclarece que foi a partir de 1930 que o crescimento da rede pública de ensino tornou-se realidade: “A tradução pedagógica do liberalismo certamente foi a influência mais visível que o pensamento oficial brasileiro sobre a escolarização recebeu como herança da Primeira República.”

---

<sup>15</sup> As reformas educacionais planejadas nessa época – a de Sampaio Dória, em São Paulo (1920), a de Lourenço Filho, no Ceará (1923), a de Anísio Teixeira, na Bahia (1925), a de Mário Casassanta, em Minas Gerais (1927), e de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) e a de Carneiro Leão, em Pernambuco (1928)

De acordo com Gebrim (2016), as reformas educacionais na década de 1920 levantaram debates a respeito do papel da educação na formação de uma identidade nacional. Muitos intelectuais da época, mesmo em diferentes perspectivas, associavam as causas do atraso social e econômico do Brasil com a situação da educação escolar. Neste sentido, Gebrim retoma Freitas e Biccias para explicar:

Entendida como doença social, a falta de escolarização era a ideia força de uma razão clínica em processo permanente de apropriação por parte do que consideravam o analfabetismo o pai de todos os males da nação. A identidade nacional era deduzida de uma paidéia médico-jurídico-pedagógica que oferecia as palavras-chave para que diferentes plataformas políticas tivessem, em comum, o mesmo senso de que o país estava amarrado à falta de dinamismo de sua população, deficiência essa decorrente da doença corpórea e do raquitismo intelectual (GEBRIM, 2016 apud FREITAS; BICCAS, 2014, p. 41).

Diante dessa conjuntura, a educação passou a ser vista como possibilidade de superação do atraso da sociedade brasileira, pois ainda predominavam, neste contexto, os interesses da oligarquia e uma ausência de identidade nacional. Ainda de acordo com Gebrim (2016), o campo educacional nas décadas de 1920 e 1930 era permeado de discussões das áreas do direito e da medicina, mediadas pelos procedimentos de observação e experimentação. Os ideais higienistas passaram a adentrar o cenário educacional como “uma nova ciência”, capaz de preparar as crianças para o futuro, convertendo a escola num espaço de intervenção médico-sanitária. Neste sentido, Gebrim (2016) assegura:

É bom lembrar que, no correr do século XX, a psicologia, o direito e a medicina se aliaram e de diferentes perspectivas buscaram intervir na saúde física e mental das classes populares brasileira, prescrevendo, orientando, normatizando, classificando e regulando. Esse processo, mesmo que sinteticamente exposto, nos coloca de frente para as ações, as palavras e os atos que estão, de maneira hegemônica, conduzindo o rumo das nossas crianças. Assim, como o passado recente não nos deixa esquecer, foi em nome da ciência que classificamos e justificamos a superioridade ou a inferioridade das raças e de indivíduos, de etnias e classes sociais, rejeitamos o diferente, instituímos o normal e o padrão. Essa foi a mais importante lição que o passado nos ensinou: que ele não se repita (GEBRIM, 2016, p. 246-247).

Dessa forma, a escola no contexto do Grande Sertão: Veredas refletia também o futuro da nação num lugar permeado de desigualdades de oportunidades. No sertão, o movimento de desenvolvimento do capitalismo também chegou de modo desigual e combinado. E a escola enquanto emblema de progresso era destinada à uma minoria privilegiada.

### 3.3 Travessia Riobaldiana mediada pela escola

*Me alembro: eu entrei no que imaginei – na ilusãozinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que eu me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom, se fosse verdade.*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

O termo *travessia* é a afirmação existencial de Riobaldo, indicando as veredas da existência do narrador. O que ele conclui, ao final da sua narração, é que o pacto não existiu porque, na verdade, o diabo não existe, o que “existe é homem humano. Travessia”. Como a narrativa não possui divisão de capítulos, Riobaldo narra sua trajetória como uma espécie de labirinto. Neste sentido, a exposição da travessia riobaldiana mediada pela escola realiza um movimento de retorno, pela narração, dos fatos que antecederam o acesso de Riobaldo à escola.

Ele inicia a narrativa com uma exposição da dúvida a respeito de Deus e/ou do diabo para posteriormente adentrar as águas do rio São Francisco ao lado de Reinaldo/Diadorim. “Eu olhava esse menino, com um prazer de companhia, como nunca por ninguém eu não tinha sentido” (ROSA, 2001, p. 143). Riobaldo não sabia nadar e ainda assim, sentindo medo, optou por estar ao lado do menino Reinaldo: “Achava ele muito diferente, gostei daquelas finas feições, a voz mesma, muito leve, muito aprazível” (ROSA, 2001, p. 143). Na ocasião do encontro, Riobaldo estava na companhia de sua mãe para pagamento de uma promessa. As águas encenam a apresentação dos meninos e o ritual de passagem. Dali adiante, o destino de Riobaldo estaria tão incerto quanto as águas turvas e imprevisíveis do velho Chico.

Já na fazenda São Gregório, logo após a morte de sua mãe, Riobaldo vai morar com o “padrinho”, e certa vez este lhe pede que leia alguns recibos de ancorotes. O menino não sabia ler, e a partir daí Riobaldo é mandado para o Currálinho estudar. O narrador era um menino solitário e foi aceito pelo padrinho com muitas bondades. Teve uma infância difícil, alinhada com a vida do sertanejo. O Currálinho era um espaço de contentamento para Riobaldo. Neste sentido, ele narra:

Currálinho era um lugar muito bom, de vida contentada. Com os rapazinhos de minha idade, arranjei companherice. Passei lá esses anos, são separei saudade nenhuma, nem o passado não somava. Aí, namorei falso, asnaz, ah essas meninas por nome de flores. (ROSA, 2001, p. 157).

A escola, desvelada ao longo deste trabalho, era uma escola de privilégios em relação ao seu acesso. Riobaldo quando vai morar com seu padrinho Selorico Mendes, atravessa da condição de pobre menino do destino e pagador de promessa para um menino com acesso à escola, aos conteúdos científicos, aos livros e mapas. Riobaldo, no Curralinho, se torna ajudante de Mestre Lucas, auxiliando-o com os demais alunos. No contexto do sertão, as inclinações do sujeito estavam muito imbricadas para o exercício da jagunçagem, no âmbito de mandantes e mandados. Riobaldo era visto pelos demais que o observavam como inadequado para as funções que o sertão demandava. Neste sentido ele se apropriou da possibilidade mediada pela escola:

A ser que, alguma vez, Nhô Marôto me pedia um ou outro serviço, usando muito bico de palavreado, me agradando e dizendo que estimava como um favor. Nunca neguei a ele meus pés e mãos, e mesmo não era o nenhum trabalho notável. Vai, acontece, ele me disse: - “Baldo, você carecia mesmo de estudar e tirar carta-de-doutor, porque para cuidar do trivial você jeito não tem. Você não é habilidoso”. Isso ele me disse me impressionou, que se seguida formei em pergunta, ao Mestre Lucas. Ele me olhou, um tempo – era homem de tão justa regra, e de tão visível correto parecer, que não poupava ninguém: as vezes teve dia de dar em todos os meninos com a palmatória; e mesmo assim nenhum de nós não tinha raiva dele. Assim Mestre Lucas me respondeu: - “É certo. Mas o mais certo de tudo é que um professor de mão-cheia você dava...” E, desde o começo do segundo ano, ele me determinou de ajudar no corrido da instrução, eu explicativa aos meninos menores as letras e a tabuada. (ROSA, 2001, p. 156-157).

A escola é para Riobaldo, portanto, superação da sua condição de nascimento, logo, travessia. Ele aqui já está atravessado pela escola, tanto que quando ele descobre a real identidade de seu padrinho foge, desgostoso, foge de si mesmo, e encontra refúgio no Curralinho, onde na sequência vai para a Fazenda de Zé Bebelo, aqui Riobaldo, o professor. Riobaldo não tinha vínculo com parentes, nem amigos a quem pudesse pedir abrigo. Neste momento ele é solitário, um eu sozinho carregado de angústias, vergonha e sem destino. Mas quando foge da Fazenda São Gregório, ele cavalga sem rumo até se destinar ao Curralinho. Pelo vínculo afetivo que estabeleceu com Mestre Lucas, Riobaldo não precisaria ir para o São Francisco esmolar, ele já se encontra numa condição diferente: letrado e daria “um professor de mão-cheia”.

Descoberta a identidade de seu padrinho Selorico Mendes, Riobaldo foge, como que fugindo de si mesmo. Ainda que o padrinho o deixasse viver na lordeza, ou seja, não deixasse faltar nada, enquanto estava hospedado na casa do Seo Ôrnelas garantia boa alimentação, boas roupas, tudo o que ele precisasse do ponto de vista material. Riobaldo rompe com a sua

constituição familiar para se aventurar na mais demasiada travessia. De menino bastardo ele atravessa para Riobaldo professor. A referência de formação que o narrador possuía estava alicerçada na instância da família e da escola. A família de Riobaldo naquele momento só era identificada na relação com a Fazenda São Gregório, de onde ele fugiu para buscar refúgio no Currálinho, na figura do Mestre Lucas. Ao chegar na escola, Riobaldo é recebido pelo seu professor, que diz que ele chega em perfeita ocasião, pois há um fazendeiro que precisa de um professor. Riobaldo possui as habilidades necessárias para a função e parte, ainda que com medo, encorajado pelo Mestre Lucas.

Riobaldo já não tinha mais moradia. Ele havia abandonado sua referência de família e apostou suas cartas na nova oportunidade, na fazenda de Zé Bebelo, onde seria professor e ficaria hospedado por lá até que o destino o direcionasse a outras veredas. “Disse ao senhor? Eu estava pensando que ia dar escola para os filhos dum fazendeiro. Engano. O comum com Zé Bebelo, virava diferente adiante, aprazava engano. Estudante sendo ele mesmo” (ROSA, 2001, p. 175). O narrador encontrava prazer na vida da fazenda, fez amizade com os capangas e observava Zé Bebelo nos negócios. O fazendeiro o apresentava com a honra de “Riobaldo, secretário sendo”. O bando de Zé Bebelo, segundo o narrador, era composto por mais de cinco mil homens. Riobaldo sente pena dos combatentes: “Mas como ia não ter pena? O que demasia na gente é força feia do sofrimento, própria, não é qualidade do sofrimento” (ROSA, 2001, p. 181).

O narrador é um indivíduo de muita astúcia e sempre guarda suas memórias para consigo, como se de alguma forma estas pudessem fazer sentido mais adiante. Ele era fiel às suas convicções. Na condição de Riobaldo professor, ele não mencionou a Zé Bebelo que já esteve na presença do grande fazendeiro e líder de jagunços Joca Ramiro. “Mire veja o senhor tudo o que na vida se estorva, razão de pressentimentos” (ROSA, 2001, p. 181). Riobaldo participa de um confronto com o bando de Ricardão, e muitos jagunços do bando de Zé Bebelo ficam feridos, fora os muitos que morreram: “aquele dia tinha sido forte coisa”. Riobaldo resolveu melhor sua vida e, em meio ao desgosto de ver gente morrendo, se esgotou e fugiu: “Fugi. De repente, eu vi que não podia mais, me governou um desgosto” (ROSA, 2001, p. 183). O narrador nem se despede, porque não tinha confiança em ninguém. “O senhor sabe, se desprocede: a ação escorregada e aflita, mas sem substância narrável” (ROSA, 2001, p. 183).

Riobaldo, em meio às suas travessias, olha adiante, jamais tendo pensado em retornar ao Currálinho, tampouco à Fazenda São Gregório. Ele foge sem rumo, na companhia do seu cavalo, de mantimentos e boa munição. Consegue hospedagem na casa de Malinácio,

mediante a sua esperteza para conseguir rede na sombra e se aventurar em romance com sua filha casada. Riobaldo, na conversa com o anfitrião, diz que o seu seguimento é para Joca Ramiro, que para Zé Bebelo ele não podia mais. É neste contexto que Riobaldo encontra o menino Reinaldo, o menino do passeio de canoa no São Francisco: “Os olhos verdes, semelhantes grandes, o lembrável das compridas pestanas, a boca melhor bonita, o nariz fino, afiladinho” (ROSA, 2001, p. 186). Esse reencontro marca a travessia de Riobaldo professor para Riobaldo Tatarana, porque jagunço ele não era, mas tinha habilidade com as armas. Como naquele momento ele estava à mercê do destino, o sentimento enaltecido pelo menino Reinaldo o encoraja a seguir o bando de Joca Ramiro: “O menino me deu a mão: e o que mão diz é o curto; às vezes pode ser o mais adivinhado e conteúdo, isto também. E ele como sorriu. Digo ao senhor: até hoje para mim está sorrindo” (ROSA, 2001, p. 186).

A relação de Riobaldo com Reinaldo era permeada por uma reciprocidade de sentimentos e admiração. Os jagunços pertenciam ao bando de Joca Ramiro e eram liderados, naquele momento, por Tião Passos. O bando atual queria saber das artimanhas de Zé Bebelo, mas trair Riobaldo não podia, pois ele não era de ninguém, mas de si mesmo. O narrador mantinha alguns escritos de Zé Bebelo anotados em um caderno. Como não poderia deixar vestígios, os lança nas águas dum riacho. O amigo Reinaldo é uma alegria para Riobaldo e, de forma bastante peculiar, ele revela a Riobaldo que seu nome não é Reinaldo, e sim Diadorim, e que quando estiverem sozinhos é de Diadorim que ele lhe deve chamar. A partir deste momento era um pelo outro:

Reinaldo, Diadorim, me dizendo que este era o real nome dele – foi como dissesse notícia do que em terras longes se passava. Era um nome, ver o que. Que é que é um nome? Nome não dá: nome recebe. Da Razão desse encoberto, resumi minhas curiosidades. [...] Mas havendo o ele querer que só eu soubesse, e que só eu esse nome verdadeiro pronunciasse. Entendi aquele valor. Amizade nossa ele não queria acontecida simples, no comum, sem encaço. A amizade dele, ele me dava. E amizade dada é amor (ROSA, 2001, p. 208).

Riobaldo é apelidado Tatarana porque era certo com as armas. Não errava tiro. “Corta aquele risco Tatarana!” – me aprovavam. Se eu cortasse? Nunca errei. Para arrebater, reproduzia tudo a revólver” (ROSA, 2001, p. 224). No percurso da narrativa, a mais longa travessia de Riobaldo se inicia na fuga da fazenda de Zé Bebelo até o rebatismo, após atravessar as veredas mortas em Riobaldo Urutú-Branco.

A admiração de Riobaldo por Zé Bebelo é notória em diversas passagens do romance. Ainda no bando dos jagunços, chega a notícia a Riobaldo que Zé Bebelo foi preso e que

exigiu julgamento. Esta espécie de “tribunal do sertão”, como tão bem desenvolveu Roncari (2004), nos possibilita pensar na dimensão formativa com que a escola atravessa Riobaldo: o posicionamento de Riobaldo no julgamento de Zé Bebelo mais uma vez o coloca na posição de divergente. Tanto pela oratória quanto pela argumentação. Zé Bebelo perde batalha para o bando de Joca Ramiro e é capturado, como uma espécie de troféu. Mas Zé Bebelo é astucioso e exige julgamento porque não infringiu nenhuma lei do sertão, o que de fato é verdadeiro. A luta é constitutiva do sertão. O que para muitos era uma doidera, para Riobaldo era a “razão mais certa e de mais juízo”. O julgamento, já explicitado<sup>16</sup> como tributário do moderno que se instaura no sertão, é narrado ao longo de várias páginas no romance, por sua relevância e possibilidades de análise:

O julgamento: Digo: aquilo para mim foi coisa mais séria de importante. Por isso mesmo é que fiz questão de ralatar tudo ao senhor, com tanta despesa de tempo e minúcias de palavras. – “O que nem foi julgamento nenhum: só uma extração estúrdia e destrambelhada, doidera acontecida sem senso, neste meio do sertão...” – o senhor dirá. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah, mas centro do sertão, o que é doidera às vezes poder ser a razão mais certa e de mais juízo! Daquela hora em diante eu cri em Joca Ramiro. Por causa de Zé Bebelo. Porque Zé Bebelo, na hora, naquela ocasião, estava sendo maior que do que pessoa. Eu gostava dele do jeito que agora gosto do compadre meu Quelemém; gostava por entender no ar. Por isso, o julgamento tinha dado paz à minha ideia – por dizer bem: meu coração. (ROSA, 2001, p. 361-362)

O julgamento deu paz ao coração de Riobaldo, porque durante a sua jornada no bando de Joca Ramiro ele se encontrava em situação de foragido do bando de Zé Bebelo. E traição era uma atitude que Riobaldo reprovava. Neste sentido, participar do julgamento de Zé Bebelo era uma oportunidade única para Riobaldo se apresentar como o jagunço letrado, portador de discurso persuasivo, consistente e esclarecer com astúcia sua inclinação de aliança:

“... Eu conheço este homem bem, Zé Bebelo. Estive ao lado dele, nunca menti que não estive, todos aqui sabem. Saí de lá, meio fugido. Saí, porque quis, e vim guerrear aqui, com as ordens destes famosos chefes, vós... Da banda de cá, foi que briguei, e dei mão leal, com meu cano e meu gatilho... Mas, agora, eu afirmo: Zé Bebelo é homem valente de bem, e inteiro, que honra o raio da palavra que dá ! E é chefe de jagunço, de primeira, sem ter ruindades em cabimento, nem matar os inimigos que prende, nem consetir de com eles se judiar... Isto, afirmo! Vi. Testemunhei. Por tanto, digo que ele merece um absolvido escoreito, mesmo não merecer de morrer matado à-

---

<sup>16</sup> Ver página 48 da dissertação.

tóa... E isto digo, porque de dizer eu tinha, como dever que sei, e cumprindo licença dada por meu grande chefe nosso, Joca Ramiro, e por meu cabochefe Titão Passos!...” Tirei fôlego de fôlego, latejei. Sei que me desconheci. Suspeitei do que estava:

- “... A guerra foi grande, durou tempo que durou, encheu este sertão. Nela todo mundo vai falar, pelo Norte dos Nortes, em Minas e na Bahia toda, constantes anos, até em outras partes... Vão fazer cantigas, relatando tantas façanhas... Pois então, xente, hão de dizer que aqui na Sempre-Verde vieram se reunir os chefes todos de bandos, com seu cabras valentes, montoeira completa, e com o sobregovêrno de Joca Ramiro – só para, no fim, fim, se acabar com um homenzinho sozinho – se condenar de matar Zè Bebelo, o quanto fosse um boi de corte? Um fato assim é honra? Ou é vergonha?...”

- “Para mim, é vergonha...” – o que em brilhos ouvi: e quem falou foi Titão Passos.

- “Vergonha! Raios diabos que vergonha é! Estrumes! A vergonha danada, raios danados que seja!...” – assim; e quem gritou, isto a mais, foi Sô Candelário. (ROSA, 2001, p. 348-349).

Com a sua participação no tribunal do sertão, Riobaldo resolve suas inquietudes em relação ao pertencimento das chefias. Deixando claro que sua inclinação é para com Joca Ramiro, mas que Zé Bebelo é homem que merece devido respeito pela sua trajetória, Riobaldo resolve o impasse mediado pelo discurso. Discurso que só pode ser construído e efetivado pela mediação da escola. Riobaldo não só resolve a sua situação, como também possibilita a Joca Ramiro decidir por um julgamento que o consagrará como o grande chefe dos jagunços. Neste momento, o jagunço letrado tem o poder da palavra e a palavra do poder.

No desenvolver das 300 páginas, na companhia de Riobaldo Tatarana sempre está Diadorim. Densa e enigmática foi a passagem pelo Sucruíú, tomada pela bexiga preta, quando muitos morreram. Ao adentrar as veredas mortas, Riobaldo procurava pelo diabo, a fim de obter respostas para a sua grande inquietude: o seu sentimento por Diadorim e a vingança:

Esperar, era o poder meu; do que eu vinha em cata. E eu não percebia nada. Isto é, que mesmo com o escuro e as coisas do escuro, tudo devia de parar por lá, com o estado e o aspecto. O chiridril dos bicos. Arre, quem copia o riso da coruja, o gritado. Arrepiava os cabelos das carnes. Eu não conheci arriação, nem cansaço. Ele tinha que vir, se existisse. Naquela hora, existia. Tinha de vir, demorão ou jãjão. Mas, em que formas? Chão de encruzilhada é posse dele, espojeiro de bestas na poeira rolaem. De repente, com um catrapus de sinal, ou momenteiro com o silêncio das astucias, ele podia se surgir para mim. Feito o Bode-Preto? O Morcegão? O Xú? E de um lugar – tão longe e perto de mim, das reformas do Inferno – ele devia estar me vigiando, o cão que me fareja (ROSA, 2001 p. 525).

É a partir do retorno das Veredas Mortas que Riobaldo acredita estar na condição de pactário e nada mais teme. Enfrenta, na liderança dos jagunços, seu grande inimigo Hermógenes. A morte deste inimigo é a maior motivação de Diadorim, porque ele matara seu

pai Joca Ramiro. Riobaldo tudo enfrenta por Diadorim, mas, no confronto final, no Paredão, ainda que esteja como Urutú-Branco, não consegue lidar com o medo, com a fragilidade do existir humano. A incrível travessia do Liso do Sussuarão revela um Riobaldo carecido de coragem e dono de si.

A última travessia narrada por Riobaldo é a passagem de Urutú-Branco para Riobaldo fazendeiro. No final da narrativa ele abandona a jagunçada motivado pela maior perda de sua existência. É o enigma de Diadorim: na verdade, ela era uma mulher transvestida de jagunço, de forma muito sensível, que Riobaldo descreve com riqueza de detalhes:

Diadorim, Diadorim, oh, ah, meus buritizais levados de verdes... Burití do ouro da flôr... E subiram as escadas com ele, em cima de mesa foi posto. Diadorim, Diadorim – será que amereci só por metade? Com meus molhados olhos não olhei bem – como que garças que voavam... E que fossem campear velas ou tochas de cera, e acender altas fogueiras de boa lenha, em volta do escuro do arraial... Sufoquei, numa estrangulação de dó. Constante que a mulher disse: carecia de se lavar e vestir o corpo. Piedade, como ela mesma, embebendo toalha, limpando as faces de Diadorim, casca de tão grosso sangue, repisado. [...] Uivei. Diadorim! Diadorim era uma mulher. Diadorim era mulher como o sol não acende a água do rio Urucúia, como eu soluzei meu desespero (ROSA, 2001, p. 739).

A relação de Riobaldo com Diadorim tece o grande tecido do grande sertão, e o reencontro dos dois jagunços só é possível porque Riobaldo já havia atravessado de menino bastardo para Riobaldo professor. Diadorim, ou melhor, Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins, foi uma grande guerreira!

Riobaldo mais uma vez reencontra Zé Bebelo. Na condição de negociador de gado, mudou os rumos da sua vida e entendeu que Riobaldo, naquele momento, procurava paz! Foi Zé Bebelo que mediu a relação de Riobaldo com o compadre Quelemém de Góis, na Vereda do Burití-Pardo. E, depois de muita luta e desbravamento do sertão, o que ficou como experiência para Riobaldo foram as várias veredas que indicam o caminho da sua existência. A grande pergunta, se Deus ou o diabo existe, é respondida enquanto aprendizado: “Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia” (ROSA, 2001, p. 749).

A escola, entendida até aqui como condição de travessia para Riobaldo, também desvela um território permeado de tensões. Isso possibilita compreender o contexto histórico de um Brasil que se estabelecia num processo de modernização ao modo tupiniquim. Faz-se necessário compreender a escola numa esfera mais ampla, considerando o movimento da história: criação dos Sistemas Nacionais de Ensino; Reforma dos Pioneiros da Educação;

projetos que inclinavam a educação como o futuro da nação, enquanto possibilidade de resolver o atraso histórico em termos de civilização, a fim de entendê-la enquanto instância formativa e constitutiva da sociabilidade de Riobaldo: na sua universalidade, da ordem do existir humano e da condição de travessia.

### 3.4 O homem humano na travessia

*Amável o senhor me ouviu, minha ideia confirmou: que o diabo não existe. Pois não? O senhor que é homem soberanos, circunspecto. Amigos somos. Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for...  
Existe é homem humano. Travessia.*

Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*

Elaborada a composição do mundo rural em *Grande sertão: Veredas*, ampliamos o nosso olhar para as travessias realizadas por Riobaldo. Em entrevista a Günter Lorenz, Guimarães Rosa indaga se Riobaldo “é apenas o Brasil?”. Para Roncari (2204, p. 86) “esse é um dos pontos da narrativa que permite o autor reunir *romance e epopeia*, e onde o périplo do herói deixa de ser apenas o de um indivíduo, para sintetizar e alegorizar também o de um povo.” A indagação de Guimarães Rosa é no sentido da universalidade de Riobaldo, ele representa a universalidade do existir humano.

Riobaldo é um herói que não está pronto, nem mesmo definido, remanso de rio largo, demasiadamente humano. Se ele é o Brasil? A narrativa desvela e apresenta um jagunço que representa a condição humana na sua universalidade. A trajetória do narrador reflete um tempo histórico em que a vida social era fundamentada pelos princípios explicativos provenientes da religião, com forte influência do catolicismo rural, evidenciando as desigualdades sociais, o atraso econômico, a entrada da política sertão adentro enquanto características de um espectro formativo.

Embora a narrativa não seja construída por divisão de capítulos, e esta especificidade é muito cara para o *Grande sertão: Veredas*, conseguimos ir caminhando e acompanhando as travessias realizadas por Riobaldo, o que faz também com que nos aproximemos e nos identifiquemos com um jagunço que é o mundo, a ponto de consolidar a afirmativa de Cândido (2017) de que “O jagunço somos nós”. Todas as travessias realizadas pelo narrador possuem uma relevância pontual para o aprimoramento existencial, mas a forma como a escola atravessa Riobaldo é o eixo fundante das nossas discussões.

Guimarães Rosa, além de médico e escritor também era diplomata. Extremamente inteligente, ele tinha conhecimento sobre as várias vertentes que configuravam o Brasil naquele período. O *Grande sertão: Veredas* é expressão deste momento histórico, uma espécie de “retrato do Brasil”. A escola se constitui no romance com bastante força, no sentido de que é umas das condições de travessia para Riobaldo e também se aplica à universalidade do existir humano como possibilidade de resposta ao novo.

A coragem e a valentia de Riobaldo foram adquiridas no decorrer da experiência. Ao narrar ao seu interlocutor, Riobaldo se via como alguém que havia aprendido e mudado com a experiência. A competência do ser valente e corajoso para o narrador, só chegou com os pés da idade, com o decorrer da trajetória:

Confesso. Eu cá não madruguei em ser corajoso; isto é: coragem em mim era variável. Ah, naqueles tempos eu sabia, hoje é que sei: que, para a gente se transformar em ruim ou valentão, ah basta olhar um minutinho no espelho – caprichando de fazer cara de valentia; ou cara de ruindade! Mas minha competência foi comprada a todos custos, caminhou com os pé da idade. E digo ao senhor, aquilo mesmo que a gente receia de fazer quando Deus manda, depois quando o diabo pede ser perfaz. O Danador! Mas Diadorim estava a suaves. – “Olha, Riobaldo”, - me disse – “nossa destinação é de glória. Em hora de desânimo, você lembra da sua mãe, eu lembro de meu pai...” Não fale nesses, Diadorim... Ficar calado é que é falar dos mortos... Me faltou certeza para responder a ele o que eu estava achando. Que vontade era de pôr meus dedos, de leve, o leve, nos meigos olhos dele, ocultando, para não ter de tolerar de ver assim o chamado, até que ponto esses olhos, sempre havendo, aquela beleza verde, me adoecido, tão impossível. (ROSA, 2001, p.75-76)

A citação contextualiza a preparação do bando dos jagunços na travessia do liso do Sussuarão. Momento em que a valentia e a coragem são determinantes. Diadorim já está tomada pelo ódio e vingança em relação a morte de seu pai, Joca Ramiro. Riobaldo, o Tatarana, muito diverso de Diadorim, mas numa relação quase que complementar e tributária da composição do sertão. Diadorim não conheceu a mãe e Riobaldo “não teve pai”:

Por mim, o que pensei, foi: que eu não tive pai; quer dizer isso, pois nem eu nunca soube autorizado o nome dele. Não me envergonho, por ser de escuro nascimento. Orfão de conhecença e de papeis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o pendurado. Quem é pobre pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. (ROSA, 2001, p. 70).

Estas especificidades de constituição de Diadorim e Riobaldo em relação às suas origens possibilitaram um estreitamento afetivo, vincado na lealdade, seguindo modelos opostos e contrários: Riobaldo não teve pai, Diadorim não conheceu a mãe: “Pois a minha não conheci. – Diadorim prosseguiu no dizer. E disse com curteza simples, igual quisesse falar: *barra – beiras – cabeceiras...* fosse cego, de nascença”. (ROSA, 2001, p. 70).

Riobaldo nesta passagem, em diálogo com Diadorim, não só reconta a sua própria história como também a situa numa regra geral do sertão. O seu nascimento é fruto, nas palavras de Roncari (2004, p. 62), de um “nomadismo promíscuo que aproximava a geração humana da selvagem. Esse fato tornava os motivos extraordinários da tragédia, como o incesto e o parricídio, em episódios corriqueiros no sertão”. No sentido de pensar as travessias riobaldianas, o protagonista tinha carências em relação a sua origem e necessidades de superá-las. O seu “escuro nascimento” não lhe possibilitou um sobrenome. O conhecemos por Riobaldo e pelos apelidos atravessados: Professor, Tatarana, Urutú-Branco. Ao protagonista é atribuído os desdobramentos de destino comum reservado aos homens desfavorecidos: a dependência dos padrinhos, a ausência do modelo paterno em relação a autoridade. A ruptura deste modelo é o que motiva a sua capacidade de decisão e ambição pela chefia. Ao mesmo tempo é uma chefia mediada pela falta de coragem, em várias passagens, ainda como Tatarana, Riobaldo se ausenta da chefia, o que o faz elaborar sua possibilidade de mudança de classe, mediada pelo casamento com Otacília:

No formato da forma, eu não era o valente nem mencionado medroso. Eu era um homem restante trivial. A verdade que diga, eu chava que não tinha nascido para aquilo, de ser jagunço não gostava. Como é, então, que um se repinta e se sarrafa? Tudo sobrevém. Acho, acho, é do influimento comum, e do tempo de todos. Tanto um prazo de travessia marcada, sazão, como os meses de seca e os de chuva. Será? Medidas de muitos outros igualasse com a minha, esses também não sentido e não pensando. Se não, por que era que eram aqueles aprontados versos – que a gente cantava, tanto toda-a-vida, indo em bando por estradas e jornadas, à alegria fingida o coração?:

*Olererê, baiana...*

*eu ia e não vou mais:*

*eu faço*

*eu vou*

*lá dentro, oh baiana!*

*e volto do meio pra trás... -? (ROSA, 2001, p. 100).*

Esse retorno às origens de Riobaldo, na sua relação com Diadorim, é fundamental para o delineamento da compreensão das mais demasiadas travessias realizadas pelo protagonista. Existe por parte de Riobaldo, uma necessidade de superação da sua condição de nascença, o

que é evidenciado logo após a descoberta da sua real paternidade. Até então, Riobaldo tinha ido morar com seu Padrinho Selorico Mendes em ocasião da morte de mãe, Bigrí. Enquanto “afilhado” do fazendeiro, o acesso à escola e a efetivação do aprendizado escolar, sobretudo da alfabetização, veio em resposta à uma conjuntura social e constitutiva da realidade dos que detinham poder e propriedade. Riobaldo não sabia que seu padrinho na verdade era seu pai. Mas o seu padrinho, por conhecer a realidade dos fatos, lhe confiava a ajuda nos negócios, nas relações com os jagunços que muitas vezes eram seus hóspedes (costume do sertão). Para isso Riobaldo precisava “ir ter escola”<sup>17</sup>.

No decorrer da sua passagem na Fazenda de Zé Bebelo, Riobaldo é tratado com respeito e mérito em relação à sua condição de “moço professor”, é titulado secretário por Zé Bebelo em detrimento ao auxílio e compromisso com o seu aprendizado de querer saber mais e melhor. A inclinação de Zé Bebelo era a política e grandes chefias, ler jornais ele já sabia, mas procurava compreender o que estava além dos livros, depois de todo aprendizado ele entraria direto para a política. Zé Bebelo foi o tipo do aluno que superou o mestre. Ele projetou no processo de aprendizado, mediado pelo Riobaldo professor, possibilidade efetiva de consolidar seus projetos: “Siô Baldo, já tomei os altos de tudo! Mas carece de você não ir s’embora, não, mas antes de prosseguir sendo o secretário meu...” (ROSA, 2001, p. 175).

Chamo a atenção de que a escola, neste sentido, é no sertão um emblema de progresso. O moderno do contexto das cidades, se estabelecendo no sertão enquanto privilégio e ascensão. Riobaldo foi escolarizado por mediação da escola. Zé Bebelo por mediação de Riobaldo professor. Esta travessia mediada pela escola tece em Riobaldo um sujeito capaz de questionar e não concordar com o que está posto. Quando Zé Bebelo, em nome do progresso, inicia seu projeto de acabar com a jagunçagem via extermínio e grandes guerras, Riobaldo não concorda com tamanha violência e foge novamente.

Agora, Riobaldo é fugitivo do bando de Zé Bebelo e se inclina no bando de Joca Ramiro, onde reencontra Reinaldo/Diadorim. Enquanto pernoitava na casa de Malinácio, o bando de Joca Ramiro adentra o lugar em situação de guerrilha, comum no sertão os fazendeiros abrigarem os jagunços como troca de favores. Agora Riobaldo tem alguém a quem se referenciar, tudo passa a fazer sentido para o protagonista após o reencontro com o menino Reinaldo:

---

<sup>17</sup> Ver página 73 da dissertação: “[...] Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Curralinho, para ter escola [...]” (ROSA, 2001, p. 156)

Mesmo o que eu estou contando, depois é que eu pude reunir lembrando e verdadeiramente entendido – porque, enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é que o corpo a próprio é coração batendo. Do que o que: o real roda e põe adiante. – “Essas são as horas da gente. As outras, de todo tempo, são as horas de todos” – me explicou compadre meu Quelemém. Que fosse como sendo o trivial do viver feito uma água, dentro dela se esteja, e que tudo ajunta e amortece – só rara vez se consegue subir com a cabeça fora dela, feito um milagre: peixinho pediu. Por que? Diz-que-direi ao senhor que bem tanto é sabido: sempre que se começa a ter amor por alguém, no ramerrão, o amor pega e cresce, de certo jeito, a gente quer que isso seja, e vai, na ideia, querendo e ajudando; mas, quando é destino dado, maior que o miúdo, a gente ama inteiriço fatal, crescendo de querer, e é um facear com as surpresas. Amor desse, cresce primeiro; brota é depois. Muito falo, sei; caceteio. Mas porém é preciso.” (ROSA, 2001, p. 186-187).

No bando dos jagunços, neste momento da narrativa sob o comando de Joca Ramiro, Riobaldo se apropria da habilidade de atirar, prática que foi desenvolvida por incentivo de seu padrinho Selorico Mendes e que lhe dá o título de Riobaldo Tatarana. A travessia mediada pela escola neste processo de aprendizado de Riobaldo no bando de Joca Ramiro o categoriza como um jagunço que diverge dos demais: é um jagunço com traços urbanos e já atravessado pela escola. Neste sentido, Riobaldo no bando se apresenta como um jagunço mais tranquilo, sem sede de sangue, de judiação, pensativo. Mas que cumpre seu dever de bom atirador e ganha respeito no bando: “E pois, conforme dizia, por meu tiro me respeitavam, quiseram pôr apelido em mim: primeiro, *Cerzidor*, depois *Tatarana*, lagarta-de-fogo. Mas firme não pegou. Em mim, apelido quase não pegava. Será: eu nunca esbarro pelo quieto, num feitio?” (ROSA, 2001, p. 215-216).

Ali no bando dos jagunços é a prova de fogo que o protagonista era um jagunço diferente. As mediações de constituição de Riobaldo até aquele momento: a família, tanto no decorrer da relação com a sua mãe e na fazenda São Gregório quanto na função de professor de Zé Bebelo, lhe propiciou experiências que o afastavam dos valores selvagens e primitivos dos verdadeiros jagunços. No ponto de vista do avanço civilizatório, Riobaldo está à frente dos demais jagunços. Riobaldo narra com riqueza de detalhes o momento em que os jagunços afiam os dentes com intenção de uso de armas e sobrevivência:

Ao às-tantas me aceitaram; mas meio atalhados. Se o que fossem mesmo de constância assim, por tempero de propensão; ou, então, por me arrediarem, porquanto me achando deles diverso? Somente isto nos princípios. Sendo que eu soube que eu era mesmo de outras extrações. Semelhante por este exemplo, como logo entendi: eles queriam completo ser jagunços, por alcanço, gala mestra; conforme o que avistei, seguinte. Pois não era que, num canto, estavam uns, permanecidos todos se ocupando num manejo caprichoso, e isto que eles executavam: que estavam desbatando os dentes

deles mesmos, aperfeiçoando os dentes em pontas! Se me entende? Senhor ver, essa atarefação, o tratar, dava aloj e apresso, dava até aflição em aflito, abobante. (ROSA, 2001, p. 217).

Durante o aperfeiçoamento existencial de Riobaldo no bando dos jagunços, a escola aparece de forma implícita nas relações que o protagonista vai estabelecendo com seus pares. Os aspectos já destacados, que o diferenciam dos demais jagunços, lhe possibilita investir num plano futuro de estabilidade e também de superação da sua condição de nascimento. O casamento com Otacília, o dito amor de ramerrão, vai crescendo ao longo da narrativa como algo a ser conquistado, lá na cabeceira de vereda, na Fazenda Santa Catarina: “A Fazenda Santa Catarina era perto do céu – um céu azul repintado, como as nuvens que não se removem”. (ROSA, 2001, p.247).

Riobaldo foi crescendo e sendo respeitado no grupo dos jagunços. Sua habilidade de atirador o consagrou como lagarta-de-fogo até que Joca Ramiro, que era uma espécie de lei do sertão, o conhecesse como um jagunço de destaque: “Eu mesmo senti: eu Riobaldo, jagunço, homem de matar e morrer com a minha valentia. Riobaldo, eu, sem pai, sem mãe, sem apêgo nenhum, sem pertencências”. (ROSA, 2001, p. 262).

Assim, Riobaldo é o homem humano na travessia. Este movimento de retornar às suas origens, seguindo o fluxo labiríntico da narrativa, justamente constrói a assertiva de que Riobaldo é o homem humano na travessia, mediado pela escola.

A escola lhe possibilitou realizar os rituais de passagens. Veja bem que Riobaldo no início da narrativa tinha medo até mesmo de andar de canoa, esmolava, sentia-se sozinho com a morte da mãe, isso para dizer que ele representa a universalidade da condição humana e de um tempo histórico. Quando necessário, Riobaldo rompe com a sua estrutura familiar e atravessa para outros processos de amadurecimento. A escola lhe proporcionou fazer escolhas, os demais indivíduos do sertão certamente não teriam oportunidade. Riobaldo era o único jagunço letrado.

Para finalizar o homem humano na travessia, reporto a uma citação de Afonso Arinos:

Cuidado com este livro – dizia eu a uma traumatizado legionário do Norte – cuidado. E completei com esta imagem: Grande Sertão é como certos casarões velhos, certas igrejas cheias de sombra. No princípio, a gente entra e não vê nada. Só contornos confusos, movimentos indecisos, planos atormentados. Mas, aos poucos, não é a luz nova que chega: é a visão que se habitua. E, com ela, a compreensão admirativa. O imprudente ou sai logo, e perde o que não viu, ou resmunga contra a escuridão, pregueja, dá rabanadas e pontapés. Então arrisca se chocar inadvertidamente contra coisas que,

depois, identificarás como muito belas. (Afonso Arinos: Suplemento da Tribuna da Imprensa apud Roncari, 2004)

Assim de fato é o *Grande Sertão: Veredas*: a gente inicia despretensioso, parecendo a princípio não compreender a narrativa. Os acontecimentos parecem confusos, mas depois começam a fazer todo sentido. Não porque o narrador muda de “posição”, mas porque nos habituamos com o ser-tão. Diante de uma visão que se habitua, nos deparamos com uma riqueza de elementos que sugerem um retrato do Brasil. Neste sentido, a escola veio com bastante força no diálogo de Riobaldo com seu interlocutor. Sempre que possível o narrador ressalta a importância da escola, e pelo movimento da exposição foi possível desvelar o homem humano na travessia, mediada pela escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS COMPREENDENDO A ESCOLA COMO TRAVESSIA

A escola, em *Grande Sertão: Veredas*, é condição de travessia para o existir humano, desvelada enquanto um espaço de privilégio, pois o acesso à escola só foi possível ao narrador porque ele era filho de fazendeiro. O romance elucida questões para se pensar, na atualidade, o lugar da escola e as condições de travessia. Ainda no século XXI, em muitos contextos – considerando o sertão como o lugar onde o moderno não chegou –, muitas crianças, jovens e adultos são destituídas do direito à escola, do acesso à leitura, das condições dignas de educação e existência, colocando em causa a própria formação. O *Grande Sertão: Veredas* expressa um analfabetismo pontual naquele contexto, sendo que Riobaldo era o único jagunço que sabia ler. O sertão de Guimarães Rosa é um espaço de conflito, marcado pela desigualdade e pela luta constante do existir humano, revelando e desvelando a incompletude do indivíduo.

Riobaldo é um jagunço moderno, letrado, que foi atravessado pela escola. A escola, enquanto instituição do saber, no contexto histórico de *Grande Sertão: Veredas*, era fundamentada pela instrução e transmissão de conhecimento. Apresenta-se enquanto emblema de um processo de modernização no Brasil, ao modo tupiniquim. De acordo com Ianni (1992), de modo desigual e combinado se deu o processo de modernização no Brasil. A escola de Riobaldo, localizada no Curralinho, enquanto instância de sociabilidade, também refletia este atraso do ponto de vista da historicidade, se comparado a processos de expansão do capital na Europa, por exemplo.

Persistiram ainda por muito tempo no Brasil os reflexos do escravismo, da soberania monárquica, das oligarquias, imbricando uma emergência de constituição de uma identidade nacional. O sertão desvelado por Guimarães Rosa e narrado por Riobaldo é este território de contradições: constantes lutas pela disputa de terras, de poder. As batalhas dos grupos dos jagunços aconteciam em detrimento de um Estado armado que desbravava o sertão para mais adiante, revelando um sertão “sem limites de cercas”, tomado por fome, miséria e desigualdades.

O grande legado da escola em *Grande Sertão: Veredas* é a relação que esta estabelece com as demais instâncias de sociabilidade e se constitui enquanto travessia. De acordo com Resende (2012, p. 142), “o indivíduo somente é em relação ao outro. Esse encontro com o outro não se dá no campo da abstração, mas mediado concretamente por instituições, grupos ou organizações no campo da sociabilidade.” Neste sentido, a obra é constitutiva de

humanidade, pois reporta a universalidade da condição humana, mediada por um narrador que é singular, mas também universal.

A família, a religião, a escola e o grupo dos jagunços expressam a maneira como as instâncias de sociabilidade são atravessadas e transversalizadas pelas relações de trabalho, pela cultura e pelas relações de produção. Compreende-se, portanto, que o indivíduo se institui em sociedade, na relação com o outro, e as instâncias educativas estão inseridas num constante e tenso processo de formação e constituição.

A escola atual elucida apontamentos para pensar a escola em *Grande Sertão: Veredas*, considerando-se que o sertão é logo ali, é o lugar em que o moderno não chegou. Ainda hoje persiste uma escola pautada na instrução e na transmissão de conhecimentos, que se distancia de uma educação para a autonomia e formação humana, com desigualdade de acesso, desvelando um cenário repleto de contradições. O analfabetismo, que era tão pontual no Brasil Republicano, até os dias de hoje se efetiva enquanto realidade e indicador das desigualdades.

Com a adentramento ao longo dos anos no sertão de Guimarães Rosa, compreendo o romance como o retrato do Brasil. Pensando com Adorno a partir das contribuições de “O ensaio como forma”, no sentido que ele desenvolve em tese que determinados conteúdos exigem a forma do ensaio, ele está dialogando com o surrealismo, enquanto emblema, no sentido que este rompe com a questão da forma:

A atualidade do ensaio é a do anacrônico. A hora lhe é mais desfavorável que nunca. Ele se vê esmagado entre uma ciência organizada, na qual todos se arrogam o direito de controlar a tudo e a todos, e onde o que não é talhado segundo o padrão do consenso é excluído ao ser elogiado hipocritamente como “intuitivo” ou “estimulante”; e, por outro lado, uma filosofia que se acomoda ao resto vazio e abstrato, ainda não completamente tomado pelo empreendimento científico, e que justamente por isso é visto pela ciência como objeto de uma ocupação de segunda ordem. O ensaio tem a ver, todavia, com os pontos cegos de seus objetos. Ele quer desencavar, com os conceitos, aquilo que não cabe em conceitos, ou aquilo que, através das contradições em que os conceitos se enredam, acaba revelando que a rede de objetividade desses conceitos é meramente subjetivo. Ele quer polarizar o opaco, liberar as forças aí latentes. (ADORNO, 2003, p. 41).

Trazendo esta importante contribuição de Adorno para o *Grande sertão: Veredas*, eu arriscaria a desenvolver que determinados conteúdos exigem uma forma. A forma como foi escrito o romance é tributária do conteúdo que ele elucida. Foi exigido do Grande sertão esta forma. A relação entre forma e conteúdo é estrutural, ela diz da relação sujeito e objeto.

Guimarães Rosa poderia ter escrito o romance a partir de outras estruturas, mas o conteúdo do Grande sertão exigiu essa determinada forma.

O sertão é o mundo e o jagunço somos nós. Riobaldo representa o existir humano na sua singularidade e universalidade. A travessia mediada pela escola expressa o processo de modernização que empurra o sertão para mais adiante. A escola possibilitou a Riobaldo transcender a sua condição de pobre menino do destino para fazendeiro quase barranqueiro e herdeiro de grandes fazendas.

A presença da escola na vida Riobaldo representou concretamente “um movimento de superação dos limites, da pobreza e da banalidade da existência coletiva e pessoal, em termos de cultura e de humanização” (Coelho, 2009, p. 207). Sendo que essa abertura a horizontes mais amplos e significativos se efetiva no reconhecimento e na afirmação do outro, da alteridade, não como ameaça ou algo a ser controlado, mas como expressão necessária da condição humana e da cultura universal. Aí toda a importância do saber construído na escola, da leitura, das práticas coletivas. A escola se constitui no romance como realidade e condição para as mais demasiadas travessias. Na totalidade das discussões aqui propostas, a escola se apresenta e se afirma como instituição por excelência da formação humana.

O grande aprendizado de Riobaldo é revelar ao seu interlocutor e aos leitores que, de tudo o que ele viveu e se enveredou, a verdade é que o diabo não existe. E esta era a sua grande dúvida existencial. “Existe é homem humano. Travessia.” (ROSA, 2001, p. 749). O símbolo do infinito, ao final do romance é sugerido pelo próprio autor enquanto uma forma infinita de convite ao autoconhecimento, e que a travessia é condição da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, W. Theodor; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1956.

\_\_\_\_\_. O ensaio como forma. In: Adorno, W. T., *Notas de literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida, Coleção Espírito Crítico, Duas cidades: Editora 34, 2003. (p. 15-45)

ARRIGUCCI JR., Davi. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. *Novos Estudos*, CEBRAP, 1994.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W; HABERMAS, J. Textos escolhidos. Trad. José Lino Grunnewald [et al.]. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 29-56. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119.

\_\_\_\_\_. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

CANDIDO, Antônio. *Depoimentos sobre João Guimarães Rosa e sua obra*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

\_\_\_\_\_. “O homem dos avessos”. In: *Tese e antítese: ensaios*. São Paulo: T.A. Queiroz, p. 119-139. 2000.

\_\_\_\_\_. “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”. In: *Vários escritos*. 6ª ed. Reorganizada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, p. 101-126. 2017.

COELHO, Ildeu Moreira. *Realidade e utopia na construção da universidade: memorial*. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 1999.

\_\_\_\_\_(org.). *Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia*. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2009.

CORPAS, Danielle. *O jagunço somos nós: visões do Brasil na crítica de Grande sertão: veredas*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Relações de raça no Brasil: realidade e mito*. FURTADO, Celso (org.). In: *Brasil: tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos brasileiros, v. 23), p. 111-138.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1977.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande sertão: veredas*. São Paulo: Retrospectiva. 1972.

GEBRIM, Virginia Sales. Psicologia, higiene e educação no Brasil: entreatos, palavras e ações (1920-1940). In: MIRANDA, Marília Gouvea (org.). *Educação e desigualdades sociais*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2016. p. 235- 248.

GONÇALVES FILHO, A. A. *Educação e literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HOBBSAWM, J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 39. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

IANNI, Octávio. *Classe e nação*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

JAGUARIBE, Hélio. Estabilidade social pelo colonial-fascismo. In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos brasileiros, v. 23), p. 25-47.

JUNIOR, Caio Prado. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katályses*, Florianópolis, p. 37-45, abr. 2008.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1984.

MAZZARI, Marcus V. *Figurações do “mal” e do “maligno” no Grande sertão: veredas*. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-401420080003017&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420080003017&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 21 set. 2019.

MOURA, L. F. *Interpretações da multifacetada manifestação religiosa riobaldiana*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

PACHECO, Ana Paula. “Jagunços e homens livres pobres: o mito no Grande sertão”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 81. São Paulo: CEBRAP, p. 179-188.

PATTO, M. H. S. *Fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldias*. São Paulo: Intermeios, 2015.

PAULANI, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

RESENDE, A. C. A. A subjetividade em tempos de reificação: um tema para a psicologia social. In: *Estudos: vida e saúde*, v. 28, nº 4. jul/ago. Goiânia: UCG, 2001. p. 511-538.

RESENDE, A. C. A. Da relação indivíduo e sociedade. *Educativa*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 29-45, 2007.

\_\_\_\_\_. (org). Arte e Conhecimento. *In*: RESENDE, A. C. A.; CHAVES, J. *Psicologia social: crítica socialmente orientada*. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2010. p. 77-92.

\_\_\_\_\_. A escola e a constituição do sujeito. *In*: COELHO, Ildeu M. (org.). *Escritos sobre o sentido da escola*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2012.

RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa: o amor e o poder*. São Paulo: Unesp, 2004.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira (2002). “Homens provisórios: coronelismo e jagunçagem em *Grande sertão: veredas*”. *Scripta*, vol. 5, nº 10. Edição Especial 2º Seminário Internacional Guimarães Rosa – Rotas e roteiros. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 321-333.

\_\_\_\_\_. *Puras Misturas: estórias em Guimarães Rosa*. São Paulo: Fapesp; Hucitec. 1997.

VICENTINI, Albertina. O Sertão e a literatura. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1(1) p. 41-54, jan./jun. 1998.

\_\_\_\_\_. Regionalismo literário e sentidos do sertão. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 187-196, 2007.